

o mundo crítico

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

n.5 Out 2020



Falar de
desigualdades,
falar de injustiças

] mundo [crítico [

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

Editorial

Não há desenvolvimento sem redução das desigualdades? Ou o agravamento destas não importa desde que a pobreza se reduza e a situação da maioria melhore? Como é que as diferentes dimensões da desigualdade se articulam e se reforçam umas às outras? Têm os da cooperação internacional legitimidade para intervir num domínio tão fundamentalmente político e como devem fazê-lo?

Estas foram algumas das questões de partida para a definição desta edição da *Mundo Crítico – Revista de Desenvolvimento e Cooperação* que, em pleno processo de selecção editorial, foi confrontada pela actual crise pandémica. A COVID-19 tornou ainda mais urgente falar-mos de desigualdades – que se tornaram mais visíveis dentro dos países e entre países – e está a obrigar a reequacionar algumas questões para procurar responder à pergunta: e agora?

Assim, iniciamos esta edição com a *conversa imperfeita* entre o sociólogo moçambicano Elísio Macamo e o economista português Rogério Roque Amaro que são unânimes em considerar que a desigualdade é uma questão de injustiça. No dossiê dos textos de reflexão mais aprofundada – saber e circunstâncias – contamos com os contributos do director do gabinete do relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, Pedro Conceição e do director do *think tank* catalão CIDOB – Pol Morillas, numa reflexão sobre estes tempos e os que se avizinham. O filósofo Viriato Soromenho-Marques aborda a relação entre o “naufrágio ambiental” e as desigualdades, enquanto a investigadora brasileira Luana Pinheiro nos fala das desigualdades de género e a pandemia. O dossiê integra ainda uma análise do sociólogo Renato Miguel do Carmo sobre o mercado de trabalho como “fabricador das desigualdades” e do investigador Daniel Roedel sobre a dependência do Desenvolvimento. Esta editoria termina com um texto da investigadora Iolanda Évora sobre afrodescendência e a Europa no século XXI.

O *modos de ver* desta edição São Pessoas, fotografadas por Adriano Miranda e Paulo Pimenta, um projecto que documenta um país da Europa e as suas variadíssimas assimetrias. Nas *narrativas* o jornalista António Rodrigues fala-nos de Hinacenda, do povo Herero de Angola, Vanessa Rodrigues sobre o Museu de Mafalala, e Vasco Veloso partilha uma reflexão de consultor Cooperação internacional.

Nas *inovações*, a Cimeira Africana de Inovação é apresentada por um dos seus mentores – o economista cabo-verdiano José Brito – e Carlos Sangreman conta sobre a experiência do Observatório dos Direitos, na Guiné-Bissau. Nos *ecos gráficos*, a ilustradora Inês Córias aborda a ideia de ganância desenfreada, em *O Pequeno Empreendedor*. Por fim, sugerimos outras leituras sobre o tema, no *escaparate*.

Índice

6 / Autores

Conversas imperfeitas

14 / Ler as desigualdades como formas de múltiplas injustiças

Rogério Roque Amaro e Elísio Macamo

Saber e circunstâncias

36 / Como podemos perspectivar um mundo pós-Covid-19?

Pedro Conceição

47 / Lições de uma crise global: coronavírus, ordem internacional e futuro da UE

Pol Morillas

61 / Naufrágio ambiental e desigualdade

Viriato Soromenho-Marques

74 / A dependência do desenvolvimento ou o desenvolvimento dependente: notas críticas

Daniel Roedel

87 / Desigualdades, risco e precariedade: o trabalho das mulheres no Brasil e o contexto da pandemia de COVID-19

Luana Pinheiro

104 / O mercado de trabalho como fabricante de desigualdades

Renato Miguel do Carmo

117 / Afrodescendência e a Europa do século XXI

Iolanda Évora

Modos de ver

128 / São Pessoas

Adriano Miranda e Paulo Pimenta

Narrativas

140 / Hinacenda, o moribundo está para morrer

António Rodrigues

144 / É difícil

Vasco Veloso

148 / O Museu da Mafalala é história viva e tem atraído o centro para a periferia artística

Vanessa Rodrigues

Inovações

156 / AIS – um instrumento de redução das desigualdades em África

José Brito

159 / Observatório dos Direitos: um instrumento para medir a evolução dos direitos na Guiné-Bissau

Carlos Sangreman

Ecos gráficos

164 / O Pequeno Empreendedor

Inês Córias

Escaparate

170 / *Give a Man a Fish – Reflections on the New Politics of Distribution*

Ana Luísa Silva

173 / *Tempo de Cuidar – O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*

Luís Mah

176 / Conselho Editorial

177 / Conselho Consultivo

Autores

Conversas imperfeitas



ROGÉRIO ROQUE AMARO

Professor Associado do Departamento de Economia Política do ISCTE - IUL / Instituto Universitário de Lisboa, é doutorado em Análise e Planeamento do Desenvolvimento pela Université des Sciences Sociales II, Grenoble (França). Tem desenvolvido e apoiado vários projectos de intervenção comunitária e Economia Solidária em diferentes zonas do país e do mundo.



ELÍSIO MACAMO

Professor de Sociologia e Estudos Africanos na Universidade de Basileia, Suíça. Nasceu e cresceu em Moçambique, formou-se em Moçambique, na Inglaterra e na Alemanha. Já foi bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia como investigador pós-doutorado no Centro de Estudos Africanos do ISCTE. Interessa-se actualmente por questões metodológicas, mas continua a fazer pesquisas sobre questões do Desenvolvimento.

Saber e circunstâncias



PEDRO CONCEIÇÃO

É director do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD. Licenciado em Economia pela UTLisboa e em Física pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, Pedro Conceição é doutorado em Políticas Públicas pela Universidade do Texas, Austin. O seu trabalho de investigação foi publicado em revistas como a *Oxford University Press*, a *African Development Review* ou a *Ecological Economics*.



POL MORILLAS

É director do CIDOB – Barcelona Centre for International Affairs. É doutorado em Ciência Política, Políticas Públicas e Relações Internacionais. Tem publicado artigos sobre a integração europeia, a Política Externa e de Segurança Comuns e as relações euro-mediterrânicas. O seu último livro é *Strategy-Making in the EU – From Foreign and Security Policy to External Action* (Palgrave Macmillan).



VIRIATO SOROMENHO MARQUES

É filósofo, professor catedrático na Universidade de Lisboa, membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia de Marinha e conselheiro especial da Fundação Oceano Azul. Está há muito ligado às causas do ambiente, da paz com justiça, dos direitos humanos, tanto em Portugal como na Europa e na esfera global. Webpage: www.viriatosoromenho-marques.com



DANIEL ROEDEL

Pós-doutorando no ISEG da Universidade de Lisboa, ex-investigador visitante no ICS da Universidade de Lisboa. Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, no Brasil, com tese aprovada com louvor. Mestre em Bens Culturais e Projectos Sociais pela FGV-RJ. Bacharel em Administração pela UFRJ. Integrante do núcleo do Rio de Janeiro da Auditoria Cidadã da Dívida Pública brasileira.



LUANA PINHEIRO

Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, graduada em Economia pela mesma instituição. É investigadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde 2004, actualmente na Coordenação de Igualdade de Género, Raça e Estudos Geracionais. Coordenou a área de informação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (2007/11).



RENATO MIGUEL DO CARMO

É professor auxiliar do departamento de sociologia do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa e investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). É director do Observatório das Desigualdades e coordenador científico do CoLABOR. Publicou 25 livros (17 como editor e 8 como autor e coautor) e numerosos artigos em revistas internacionais.

Modos de ver



IOLANDA ÉVORA

É doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo- USP, investigadora do CEsa/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa e Professora do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG. É coordenadora do Projeto AFROPORT – *Afrodescendência em Portugal: sociabilidades, representações e dinâmica socioculturais e políticas. Um estudo na área metropolitana de Lisboa.*



ADRIANO MIRANDA

Estudou na Cooperativa de Ensino Artístico Árvore no Porto e no Ar.Co em Lisboa. Fotógrafo do Público desde 1996. Professor e formador na área da Fotografia, tem livros publicados e está representado em colecções em Portugal e no estrangeiro. Faz parte do colectivo 121212 que realizou um levantamento social de Portugal no ano de 2012 e, em 2017, publicou Carvões de Aço, sobre mineiros do Pejão, em Castelo de Paiva.



PAULO PIMENTA

É fotoperjornalista do Público. Recebeu o 1º Prémio de Fotoperjornalismo Estação Imagem (2012) e recentemente o Prémio Internacional de Fotografia Peironcely, em Madrid, entre outros. É autor do livro São pessoas, com Adriano Miranda. O seu trabalho tem figurado em diversas publicações institucionais. Integra projectos de ventente social, de luta contra a pobreza, integração, comunidade e património.



ANTÓNIO RODRIGUES

Cresceu fascinado com os jornais e o jornalismo e aos 16 anos foi para uma rádio-pirata, passando depois por um jornal para a emigração portuguesa, pelo semanário *O Jornal*, antes de chegar ao *Diário de Notícias*. Trabalhou no vespertino *A Capital*, em *O Independente*, no jornal *i* e no semanário *Sol* e hoje é jornalista do Público. Pelo meio foi delegado da Agência Lusa em Angola e editor executivo do jornal angolano *Rede Angola*.

Narrativas



VASCO VELOSO

Nasceu em Lisboa. Jurista de formação, procura a diversidade nas opiniões e nas experiências. Trabalhou diversos anos na Comissão Europeia até se mudar para o Gana em 2009. Desde então trocou várias vezes de país e de trabalho. Realiza regularmente tarefas de monitorização e avaliação de projectos de cooperação para o desenvolvimento em múltiplos países Africanos.



VANESSA RODRIGUES

É jornalista independente, documentarista, professora na Universidade Lusófona (Porto), onde é também doutoranda em Estudos de Comunicação para o Desenvolvimento, com uma investigação sobre Jornalismo e Desenvolvimento Humano. É autora do livro *Ala Feminina*. Viveu no Brasil - correspondente do DN e TSF - e na Jordânia. Em 2017, recebeu a Bolsa de Criação Jornalística sobre Desenvolvimento.

Inovações



JOSÉ BRITO

Nascido em Dacar, é Administrador da IHABA, que visa apoiar a construção de empresas de inovação em África. Foi Ministro de vários Governos de Cabo Verde: Plano e Cooperação (77/91), Economia, Crescimento e Competitividade (07/08), Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (08/11). Coordenou o projecto da ONU Futuros Africanos, visando ajudar os governos africanos a desenvolver processos de planeamento estratégico.



CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (2008/12). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

Ecós gráficos

INÊS CÓIAS

Estudou Arquitectura, Design Visual, Ilustração e Banda Desenhada. Editou o livro “Red Shoes”, presente na exposição da Oficina do Cego na EXD’11, selecionado para a biennial Livres à Voir 9, em França, e adquirido pela Biblioteca de Arte da Gulbenkian. Participou na antologia de banda desenhada “Nódoa Negra”, projeto vencedor da 5.ª edição do concurso Toma lá 500 paus e faz uma BD, da editora Chili Com Carne.

Escaparate

ANA LUÍSA SILVA

Trabalhou como gestora de projectos de saúde comunitária na Nigéria, em Moçambique e Madagáscar. Tem Mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela *London School of Economics* e é doutoranda na mesma área na Universidade de Lisboa. O seu interesse de investigação é a inovação na cooperação para o desenvolvimento, com foco na sociedade civil.

Capa

LUÍS MAH

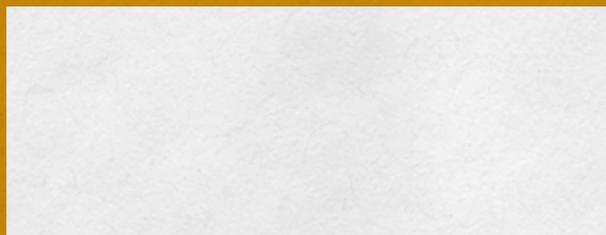
Professor no ISEG/ULisboa em Estudos de Desenvolvimento e investigador no CEsA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (ISEG/ULisboa), é também colaborador na ACEP. Foi director da Campanha do Milénio da ONU e a Chama Global para a Acção Contra a Pobreza em Portugal. As suas áreas de investigação são o papel do sector privado na cooperação internacional e finança para o desenvolvimento.



MATTHEW ROTA

Ilustrador, autor e professor, é licenciado pelo *Maryland Institute College of Art and the School of Visual Art*. Tem trabalhado para diferentes publicações impressas e online, como o *New York Times*, *New Yorker*, *Penguin Books*, *The LA Times*, *The Washington Post*, *Foreign Policy*, *The New Republic*, *Smithsonian*, *Variety*, *Buzzfeed*, entre outros.

Conversas
Imperfeitas



Ler as desigualdades como formas de múltiplas injustiças



ROGÉRIO ROQUE AMARO



ELÍSIO MACAMO

Falar de desigualdades significa falar de injustiça, pelo menos numa das suas expressões, que é a impossibilidade de determinadas pessoas terem acesso a determinados recursos. Falamos não só de recursos económicos, mas também de recursos políticos, culturais, ambientais, etc. De que forma é que este tema das desigualdades, lido como injustiça, tem consequências nefastas numa multiplicidade de áreas?

ROGÉRIO
ROQUE
AMARO (R.R.A.)

— Sou economista de formação. Sou um economista pouco convencional, pouco aberto às ortodoxias que dominam. Tenho lidado com as questões do desenvolvimento, onde obviamente me confronto com as questões das desigualdades. E agora também com a área da economia solidária que visa também combater as desigualdades. Há uma questão muito curiosa sobre a qual gostava de ouvir a sua opinião enquanto sociólogo. Segundo alguns economistas famosos, até prémios Nobel, a desigualdade é uma pré-condição para estimular o crescimento económico, para estimular a iniciativa e o empreendedorismo. Há uma teoria que diz que é preciso estarmos desiguais para estimular a iniciativa, o empreendedorismo e o crescimento económico. Concorda com essa afirmação?

ELÍSIO
MACAMO
(E.M.)

— É uma boa pergunta. Não acho que esteja de acordo com essa ideia. Acho que essa ideia só faria sentido dentro de uma proposta teórica que tivesse como pressuposto as desigualdades. Eu não creio que seja, do ponto de vista ético e normativo, mas também do ponto de vista científico, uma proposta que possa ser defendida até às últimas consequências. O meu problema é mais de natureza epistemológica, de teoria do conhecimento. É que essa proposta tinha que partir do princípio de que as coisas que acontecem na vida têm um certo elemento de determinismo. E que esse determinismo, controlados todos os factores, iria conduzir infalivelmente a esses resultados que o esquema parece esperar. O grande problema é que as coisas da vida não são assim. As desigualdades podem criar conflitos e podem levar inclusivamente ao colapso de um sistema social.

A primeira reacção a essa proposta é que ela faz pouco sentido a não ser

que haja um elemento de determinismo no pensamento que está por detrás dessa ideia que iria garantir, do ponto de vista epistemológico, esses resultados.

O último ponto, para que se possa pronunciar também, é que eu acho que a única justificação para esse tipo de proposta seria a ideia de que o que se tem em mente quando se fala de desenvolvimento é um certo crescimento económico. Mas, para mim, crescimento económico não é necessariamente desenvolvimento. Portanto, a minha pergunta para si, Rogério, é se as pessoas que fazem essa afirmação acham que crescimento económico é desenvolvimento.

R.R.A.

— Tem razão. Os que defendem a tese de que no processo crescimento económico as desigualdades podem ajudar a que ele ocorra estão a cometer, a meu ver, alguns erros. Desde logo, o erro epistemológico que referiu da visão determinista. Pior que isso até, há aqui uma perspectiva quase darwinista, mas já volto a pegar nesse assunto. Uma das falhas desta tese relaciona-se com a crença de que a desigualdade provoca crescimento económico, o que não é de todo garantido, do ponto de vista histórico, retrospectivo. No entanto, a questão fundamental é a que nos está a dizer. Devemo-nos ficar por uma avaliação dos efeitos das desigualdades apenas do ponto de vista economicista, do ponto de vista económico? Mesmo que haja crescimento económico, é compatível com outras questões, como a justiça social, a justiça ambiental, a justiça cultural e a justiça democrática? A história mostra-nos que normalmente as desigualdades têm acompanhado o agravamento de todos os processos que referi. Injustiça social, predação ambiental, destruição das culturas na sua diversidade, destruição de territórios, de localizações viáveis para as pessoas e aprisionamento da democracia. Os efeitos vão muito para além da componente económica e não se podem medir em termos de crescimento económico. Quanto muito, dependendo de como definimos desenvolvimento. Ainda que o conceito de desenvolvimento esteja a ser alvo de muitas críticas, pois acaba por não se conseguir desprender de uma visão ocidental, imperialista e economicista.

Escrevi recentemente um artigo sobre esta questão, onde, apesar de tudo, tento recuperar a palavra desenvolvimento. Muitos de nós, que lutámos contra o desenvolvimento economicista, que lutámos contra o imperialismo, fizemo-lo em nome de desenvolvimentos alternativos, tanto no norte como no sul. Isto foi possível por vários empenhamentos radicais, que criaram esperança e que abriram novos rumos na área do desenvolvimento comunitário, na área de uma ecologia integral, na área de um desenvolvimento mais humano, o que me faz crer que a palavra desenvolvimento não foi completamente abastardada. Foi bastante, mas não completamente. Isto não invalida que procuremos noutras epistemologias do sul outras expressões e outros conceitos que nos enriqueçam o diálogo com lutas que fizemos pelo desenvolvimento e que faço permanentemente pelo desenvolvimento em muitos países.

Gosto de estar em contacto e em diálogo com conceitos como o conceito de *sumak kawsay* do povo quechua, que é traduzido por *buen vivir*. Mais recentemente, através do economista senegalês Felwine Sarr, que vem falando do conceito de *noflay*, que é uma palavra *wolof*, para dizer bem-estar, alternativa ao desenvolvimento. Podíamos ir mais próximo da sua origem e ir aos povos *xhosa* e *zulu* e buscar a própria palavra *ubuntu* e o seu significado de *realizar-me em ti, ir contigo*, de continuidade contigo. E isso não permite a desigualdade como injustiça, como processo sistemático, como resultado. Obviamente, deste ponto de vista, estamos de acordo. A desigualdade não pode ser o nosso critério. Mesmo que as desigualdades levassem ao crescimento económico, o que não é verdade.

E.M.

— Eu tenho uma pergunta, antes de comentar o que disse. Quando estava a falar desses conceitos mais endógenos, eu não sei se vou até às últimas consequências com esse tipo de pensamento. Até que ponto é que o *buen vivir*, ou *ubuntu*, ou o que se diz em *wolof* são manifestações alternativas de crescimento económico ou de desenvolvimento e não apenas uma racionalização da situação em que estas comunidades se encontram hoje? Eu fiz, em tempos, um exercício em

relação ao *ubuntu* e ao *buen vivir* e cheguei à conclusão preliminar de que não havia muitas diferenças entre os princípios na base dessa visão do mundo e do que conhecemos do pensamento político e social da Grécia da antiguidade. Isto levou-me a pensar que se tratasse não necessariamente de uma visão alternativa, mas de uma expressão que me parece muito mais próxima do contexto económico e social de uma determinada comunidade. E fiquei com receio de que a insistência na idealização dessas outras concepções de desenvolvimento e de crescimento económico pudesse estar a condenar essas comunidades a uma vida sem perspectivas. Queria fazer essa provocação antes de responder à questão que me colocou.

R.R.A.

— Devo dizer que tenho sobre isto uma opinião relativamente aberta a interpretações diversas. Penso que, em primeiro lugar, é importante a atitude, que é epistemológica, no sentido de nos colocar perante a questão de como construir e dialogar com o conhecimento, que é ouvir o que outros povos, mentalidades e civilizações têm a dizer sobre o seu bem-estar. É importante ouvir, estar à escuta. Mas também é verdade que muitas vezes não são estes povos que nos dizem o que estão a viver. Eles são interpretados por pensadores, intelectuais, que obviamente têm os seus esquemas de interpretação, partem de pré-conceitos, de pressupostos e que depois elaboram a sua sistematização muito longe daquilo que é a origem dessas vivências. Há esse risco. E aí estar a ser não uma expressão directa, própria, espontânea dessas comunidades e civilizações, mas uma interpretação enviesada. Contudo, eu acho importante ler, estudar e ouvir o que eles têm a propor. Por outro lado, há por vezes a convicção que essas propostas são efectivamente alternativas e que arrasam completamente as propostas que existem vindas das tentativas de desenvolvimento alternativo.

Há autores, como o Boaventura Sousa Santos, que defendem que o desenvolvimento alternativo é uma ilusão, o que temos de ter são conceitos alternativos ao desenvolvimento. Eu não concordo com isto. Acho que muito

dos conceitos de desenvolvimento alternativo são verdadeiramente alternativos. São verdadeiramente experiências de propor uma vivência diferente. E eu digo isto por vivências próprias, nomeadamente em África e na América Latina, mas também em Portugal, nas zonas periféricas, nos bairros sociais e nas zonas rurais do país. E portanto acho que é extremamente ingrato e injusto arrasar completamente os conceitos de desenvolvimento alternativo, sem procurar dialogar com eles. Simultaneamente, tenho orientado teses de mestrado e doutoramento que têm mostrado que muitas vezes há mais pontos de contacto entre o conceito de *buen vivir* e algumas das propostas que não existiam ou que são apresentadas a partir de outras perspectivas. É mais interessante a interacção e o diálogo do que a recusa total de um lado pelo outro.

Eu diria, em síntese, que é importante ouvir o que essas civilizações nos têm a dizer. Seria bom ouvi-las em directo e não apenas intermediadas por intérpretes que muitas vezes enviesam o que eles têm a dizer. Isto deveria ser feito sempre em diálogo com outras propostas vindas de outros mundos e civilização, inclusivé do passado, como disse da Grécia antiga. Por fim, há mais ponto de contacto e de convergência do que se quer fazer crer. Às vezes quer-se dizer que é tão alternativo que se apaga o que é comum para sublinhar o que é diferente. E acho que isso às vezes é artificial e exagerado.

Gostava de voltar à questão que lhe coloquei sobre as desigualdades. Parece que num certo momento do pós-guerra, as desigualdades pareceram amenizar-se, pelo menos numa certa parte do mundo. Nos últimos 30 anos, as desigualdades claramente acentuaram-se. Hoje, as desigualdades dentro dos países e entre os países são muito mais acentuadas do que eram no final dos anos 70. E há alguns indicadores que são muito claros nisso. A Oxfam tem produzido vários relatórios sobre esta questão. A ONU também tem mostrado isso nos seus relatórios.

A vitória dos liberais e a queda do socialismo e do intervencionismo keynesiano acabaram por acentuar as desigualdades, trazendo novas formas de pobreza e exclusão social. Gostava de o ouvir comentar isto, inclusive no diz respeito a Moçambique, mas por agora em termos gerais.

E.M.

— Eu também não concordo com essa proposta darwinista. No entanto, a dificuldade que tenho nessa minha discordância é uma dificuldade pragmática. Até que ponto é que não está contida nessa proposta darwinista apenas a aceitação de um facto? Nós temos um sistema económico à escala global que funciona como funciona. As desigualdades a que assistimos são um efeito estrutural. Podemos remeter, com muita facilidade, ao funcionamento do sistema. Eu não concordo que existam pessoas que podem ser dispensadas da vida, mas gostaria de aceitar a ideia de que existe um sistema que produz esse tipo de pessoas e que provavelmente não existe uma maneira eficaz de corrigir esses defeitos. Podemos apenas ter soluções paliativas.

Podia sugerir que o ideal seria mudar completamente o sistema, mas não sei se seria realista esse tipo de exigência. Como vê, tenho dificuldades com a visão darwinista. Mas quando procuro perceber um indivíduo são na sua mente, chego a esta questão estrutural e começo a ver a questão como sendo uma questão pragmática. E é essa abordagem pragmática que me permitiria fazer uma distinção entre a criação de oportunidades como o paliativo possível desse sistema e não olhar para as desigualdades nos países da periferia, como países africanos e da América Latina, como o maior problema que as pessoas têm. São um problema, mas não o problema central. Na sociologia do desenvolvimento tendemos em olhar para as desigualdades como a causa dos problemas, quando o que essas desigualdades fazem é descrever a situação que os países enfrentam.

Olho para as desigualdades em Moçambique não como a causa para a instabilidade política, por exemplo, mas como uma descrição do problema do desenvolvimento, que nos remete para uma questão estrutural de base que é o sistema económico. O que tem acontecido é que, com o agravamento das dificuldades funcionais do próprio sistema, a situação dos países que estruturalmente estão numa relação difícil com o sistema, vai tender a piorar. A desigualdade manifesta-se mais a nível individual como um problema sociológico nesses países. Mesmo em Portugal, apesar de estar em certo ponto na periferia, penso que o problema da desigualdade se apresenta de uma forma

completamente diferente de como se apresenta em países africanos. Tendo isto em consideração, não há nenhum tipo de intervenção, na minha opinião, que se possa fazer no Senegal ou em Moçambique para melhorar a situação das pessoas, porque a nossa situação de desigualdade está intimamente relacionada com a nossa posição dentro do sistema económico. Algo que me parece diferente da Alemanha, dos Estados Unidos ou mesmo de Portugal.

R.R.A.

— Gostava de comentar algumas coisas. Desde logo concordo que as desigualdades mais do que uma causa são uma manifestação e um efeito. Por outro lado, quando disse que as desigualdades não são o principal problema de desenvolvimento de um país como Moçambique, gostava de perceber o que quer dizer, porque não sei se concordo. De qualquer das formas, a questão das desigualdades é hoje transversal porque podemos vê-la não só entre países, mas dentro dos países. É uma ilusão dizer que há países ricos e pobres, apesar de ser estatisticamente verdade. Há, sim, pessoas que têm acesso a determinados recursos e outras que não têm, mesmo no caso de países ditos mais ricos como é o caso dos Estados Unidos.

Gostava, por um lado, que me esclarecesse essa questão e, por outro, de pôr na agenda da nossa conversa os seguintes tópicos: de que forma é que as desigualdades, que normalmente tendemos a ver na sua componente económico-social (em termos de rendimento e em termos de efeitos sociais, pobreza, exclusão social), se repercutem noutras áreas, como por exemplo a relação com outros seres vivos, com outras culturas e com a democracia? Simultaneamente, de que forma é que a crise pandémica que estamos a viver contribuiu para o agravamento das desigualdades, produz novas desigualdades? Por fim, a grande questão que gostava de colocar é de que forma podemos combater as desigualdades, que estratégias, soluções podemos adoptar?

E.M.

— Eu, na verdade, não tenho a certeza do que estou a dizer. Vou explicar. É uma reacção instintiva que eu sempre tive à forma como os nossos problemas são vistos por nós. Isto é, gosto sempre de abordar os problemas de Moçambique e de África a partir de uma perspectiva de desconfiança crítica. Não aceitar a descrição que os outros fazem dos nossos problemas. É o efeito dessa desconfiança que faz com que eu comece por dizer que não tenho a impressão que as desigualdades sejam o principal problema. O que eu quero dizer com isto é que não está completamente nas mãos do governo moçambicano, da sociedade civil moçambicana, resolver os problemas económicos do país. Justamente porque todos eles são reféns de um sistema económico sobre o qual não têm controlo. O melhor que podem fazer não é necessariamente resolver os problemas graves e sérios que as pessoas têm de acesso às oportunidades e aos recursos e de uma distribuição mais equitativa da riqueza. Se concentramos muita atenção na resolução do problema das desigualdades, não vamos fazer aquilo que me parece absolutamente necessário, que é tornar o país mais robusto em relação ao sistema que cria todos estes problemas. Quando eu digo que a desigualdade não é o nosso principal problema isso não quer dizer que não seja um problema, que as pessoas não sofram com isso e que não tenha consequências na harmonia e integração na nossa sociedade. É como se estivéssemos perdidos à procura de um objecto apenas nos lugares onde há luz e não vamos procurar onde realmente perdemos esse objecto. Sempre que a indústria do desenvolvimento fala dos problemas africanos e fala em desigualdade... Eu não sei se existe desigualdade social em Moçambique. Penso que existe uma desigualdade estrutural. A desigualdade é social nas suas manifestações, mas penso que temos que resolver o problema estrutural, que infelizmente não está nas nossas mãos.

R.R.A.

— Falar de desigualdades significa falar de injustiça, pelo menos numa das suas expressões, que é a impossibilidade de determinadas pessoas terem acesso a determinados recursos. Falamos não só de recursos económicos, mas também de recursos políticos, culturais, ambientais, etc. Este tema transborda, de facto, a questão social e económica e vai tocar noutras áreas. De que forma é que este tema das desigualdades, lido como injustiça, tem consequências nefastas, na área das relações com o ambiente, do respeito pela cultura, da democracia efectiva e das práticas democráticas, na área do desenvolvimento regional e do acesso dos territórios ao seu bem-estar e no acesso ao conhecimento? Isto são apenas alguns exemplos de áreas em que a injustiça associada à ideia de desigualdades acaba por ter implicações negativas. Concorda?

E.M.

— Concordo e gosto da forma como colocou a questão. Temos capacidade de pensar em maneiras de afinar o sistema político para que se aborde a questão da justiça. Uma delas é o que falámos antes, e eu sei que tem reticências em relação a isso, sobre a questão de oportunidades. As pessoas precisam da sensação de que estão a fazer alguma coisa pelas suas próprias vidas. Um dos problemas na forma como fazemos desenvolvimento e fazemos política é pensar que podemos definir uma agenda baseada nos objectivos e que esses objectivos são sempre a solução de algum problema material. E eu penso que o principal desafio que enfrentamos situa-se a um outro nível, que é um nível de determinação de criação de condições dentro das quais se possa fazer alguma coisa.

Nós temos a questão da pandemia agora. É ver a forma como muitos governos africanos abordaram a questão. Costumo dizer que é suicídio por medo da morte. Para reagir à pandemia, fecharam a economia e não deram às pessoas a oportunidade de terem uma vida para poderem proteger essa vida. Penso que o mesmo aconteceu em Portugal. Não quero dizer que a COVID-19 não existe.

Digo, sim, que os países africanos se encontram numa situação em que a questão não é achatar a curva, mas sim dar uma vida às pessoas para que tenham interesse em proteger essa vida. E essa vida não se dá sem risco.

R.R.A.

— Essa é uma excelente questão e vou voltar a ela daqui a pouco. Só queria voltar ao princípio da sua intervenção para sublinhar que, na minha opinião, a questão das desigualdades é efetivamente uma manifestação e efeito, mas ela tem a ver com a questão da injustiça e é nessa perspetiva que deve ser abordada. É um problema de injustiça não permitir que todas as pessoas possam ter acesso às oportunidades e escolhas para lutar pelo seu bem-estar. Sendo um problema de justiça, não é apenas um problema de injustiça social, mas que tem tradução nos seus efeitos ambientais.

Muitas vezes, as desigualdades provocam estratégias desesperadas de utilização dos recursos por parte das populações mais pobres, que têm, por exemplo, de produzir carvão para poder sobreviver, destruindo a pouca vegetação existente. As desigualdades acabam por se traduzir em injustiças ambientais e em desigualdades em relação a outros seres vivos que ficam limitados na sua possibilidade de bem-estar e de sobrevivência. As desigualdades também se traduzem em desigualdade na valorização das culturas. Populações mais desprovidas, mais injustiçadas ficam, muitas vezes, sem possibilidade de defender a sua cultura, em nome da cultura que se sobrepõe, que tem poder, que é a cultura uniformizadora, destruindo aquilo que é a riqueza da diversidade cultural. Desigualdade que também se traduz em territórios que são deixados de lado, sem a possibilidade de se afirmarem face ao seu subdesenvolvimento, quer sejam territórios periféricos urbanos, quer sejam territórios periféricos rurais.

E, ainda, as desigualdades têm tradução no acesso à democracia, a ter voz activa, a poder ter uma palavra a dizer relativamente ao futuro. No fundo, as desigualdades têm quase todas na sua base uma visão economicista que

fez da economia o centro do mundo. E isso naturalmente acaba por capturar a democracia e pô-la ao serviço dos seus interesses, fazendo com que as desigualdades também se traduzam em desigualdades democráticas, de acesso à democracia. O que significa que este tema que estamos aqui a falar acaba por se traduzir num problema de dignidade humana e de sustentabilidade.

E.M.

— Concordo com esta ideia da injustiça e da dignidade. Não diria que a desigualdade nos leva a isso, mas cria sensibilidade para discutir os problemas de construção de uma sociedade do ponto de vista normativo e que não podemos fazer isto sem recurso a certos princípios que são importantes, como o princípio da justiça social, de dignidade humana. Nesse sentido a desigualdade tem um quê de instrutivo.

Eu iria contudo insistir na questão de que, como problema social, a desigualdade se coloca de forma diferente, de acordo com a sociedade. Não é um relativismo. É importante que toda a sociedade tenha a oportunidade de articular o problema da desigualdade. Se vai articular o problema da desigualdade em termos de justiça social, de dignidade, de solidariedade, de sustentabilidade, é algo que deve ficar ao critério de cada sociedade. É algo que tem uma certa historicidade.

Não sei muito bem qual é a sensibilidade de Portugal neste tema, mas gostaria de saber, sobretudo tendo como pano de fundo as discussões que têm havido no país em relação aos portugueses de origem estrangeira. Gostaria de perceber até que ponto essa discussão sobre a migração, sobre a integração de pessoas diferentes também reflecte uma sensibilidade histórica portuguesa em relação à questão da desigualdade.

R.R.A.

— Pois, essa é uma questão interessante. E, nos últimos tempos, não digo que esteja a ser colocada de uma forma explícita, mas está presente numa outra discussão que tem sido muito debatida, a questão de se há racismo em Portugal. Esta questão relaciona-se não só com os imigrantes que vêm sobretudo de África, mas também de outras origens. Isso tem-se traduzido nesta discussão, havendo duas posições opostas, nomeadamente as que consideram que em Portugal não há racismo. Normalmente são as pessoas mais à direita que se colocam nesta posição. Uma outra posição assume a existência de racismo, por vezes de forma mais aberta e outras mais subtil e uma das traduções disso é por exemplo a desigualdade de oportunidades. Por que é que os trabalhos de limpeza são feitos maioritariamente por pessoas oriundas de África? Porque é na fase de desconfinamento o número de infectados aumentou muito entre pessoas imigrantes trabalhadoras? Isso tem a ver com o tipo de postos de trabalho que têm. São eles que fazem a limpeza dos supermercados e, portanto, nunca pararam. São eles que têm que andar em autocarros sobrelotados, não têm carros próprios. São eles que têm que ir trabalhar às cinco da manhã e apanhar os autocarros sobrelotados. São eles que estão a fazer as obras nas casas, na rua, nos trabalhos públicos, na construção civil. Portanto, a questão das desigualdades acaba por ser atravessada por pertenças étnicas e origens de imigração que produzem formas de desigualdade também a esse nível. Temos essa noção clara em Portugal.. O vírus não distingue pessoas. Mas as condições que facilitam apanhar a infecção não são as mesmas para toda a gente. Nem toda a gente pode estar fechada em casa, sem correr riscos. Nem toda a gente tem acesso a água potável permanentemente. Há uma situação de resultados desiguais perante situações desiguais face a uma situação como esta que é o novo coronavírus. Este é um caso em que as desigualdades se agravaram. Há pessoas que gostam de glorificar o teletrabalho. Primeiro, o teletrabalho só é possível para quem possa fazer o trabalho à distância. Não é possível fazer a limpeza de uma casa à distância, não se pode fazer a reparação de um prédio ou de uma estrada em

teletrabalho. O teletrabalho tem outra desvantagem, mesmo para quem o pode fazer, podendo invadir o dia-a-dia da pessoa, que deixa de ter horários.

A COVID-19 é simultaneamente um agravamento destas situações e das desigualdades entre os efeitos que provocou, mas é também uma oportunidade para mudarmos de vida e para mudarmos uma série de coisas no sistema. Sendo ou não um problema central, a desigualdade é um quadro que decorre de injustiças, que exprime a falta de solidariedade e o poder da competição, que se traduz em indignidades e que impede a sustentabilidade. Foi a frase que decorreu da nossa conversa e que as suas frases e os seus comentários suscitaram em mim. Já percebi que a desigualdade não é para si um problema central, mas pensa que deve ou não ser combatida e como?

E.M.

— Penso que a desigualdade deve ser combatida, mas a grave dificuldade que temos é por onde pegar. Noutras sociedades, que não em África, as sociedades têm muito maior controlo sobre os processos económicos e portanto a questão coloca-se a outro nível.

Para mim o problema central é como traduzir a desigualdade num programa que consigamos atacar. Gostei das propostas que fez, introduzindo questões como a justiça e injustiça, a dignidade e a sustentabilidade. São coisas que criam espaços de acção para as pessoas, sobretudo no nosso contexto.

Não sei até que ponto, e isto é uma provocação, é que o conceito de racismo nos ajudaria a resolver o problema que acabou de narrar acerca de Portugal. Não creio que ao nível da tematização do racismo seja possível abordar o que está na base da vulnerabilização de certas populações, que, por razões que toda a gente conhece, são compostas maioritariamente por pessoas de uma certa origem. Mas isso é uma manifestação de desequilíbrio estrutural, própria do sistema económico, e talvez aí Portugal precise de um outro tipo de linguagem. É isso que acho interessante do debate que tenho acompanhado em Portugal. Parece-me existir uma certa incapacidade de problematizar esta situação, que permita

uma acção eficaz contra os problemas de base. Não creio que a problematização do racismo ajude nesse sentido. Acho interessante como uma sociedade como a portuguesa não está a conseguir encontrar a linguagem capaz de permitir definir o problema que precisa de ser atacado. Então há esta polarização entre quem é antirracista e quem é nacionalista. Acho isso interessante.

R.R.A.

— Concordo parcialmente consigo. Acho que uma discussão descontextualizada e mal colocada do racismo não ajuda muito à discussão de problemas como o das desigualdades. Contudo, acho que é um tema que precisa de ser discutido a sério e com profundidade. Acompanho de perto situações onde essa questão se vive intensamente. Não só nos meus contactos com comunidades imigrantes, nomeadamente de origem africana. Mesmo que seja de forma subtil, os efeitos prolongados do racismo, que vêm do colonialismo, fazem-se sentir ainda e têm expressões extraordinariamente negativas. A questão é que não estamos a saber discutir o problema, porque ele está lá nas entrelinhas e no dia-a-dia. Um problema ainda mais complicado de abordar são os preconceitos e o racismo contra a comunidade cigana. É uma comunidade que viveu 500 anos fora das cidades e que nos últimos 40 anos veio para as cidades. E não estamos a conseguir conviver de forma pacífica. Há aí racismo explícito. No caso dos africanos também é uma história de muitos anos. E têm expressões e resultados diversos nas imagens que se projectam, nos preconceitos que se constroem, nos lugares que se atribuem na sociedade. E isso posso dizer que vivo de perto nas relações que tenho com essas comunidades. E, portanto, discutir de forma superficial o racismo é inútil. Mas se o discutirmos em profundidade e o situarmos nas causas históricas, prolongados efeitos e expressões, isso é muito preciso na sociedade portuguesa.

Em relação à crise pandémica e às diferentes respostas internacionais, é evidente que os países estão a ser afectados de formas muito diversas. No entanto, é curioso que os Estados Unidos, um país que é uma potência, esteja

a ser um dos países afectados em termos de infectados e de mortes. Por outro lado, a China, que também é uma potência emergente, acabou por ser a quem fomos todos pedir ajuda, porque precisávamos de máscaras e de luvas.

A luta pela vacina mostra que as potências estão em competição para ver quem domina o quê. É evidente que tudo isto afectou imenso as economias. Levou a quedas na produção, no consumo, ao aumento da fome e do desemprego. Esta crise irá agravar as desigualdades, mas também há efeitos contraditórios como este da principal grande potência ser dos países mais afectados, em termos de infectados, de mortes e desemprego. Mas também é provável que, se não se fizer nada, sejam os países em mais dificuldades, com menos capacidade de resposta a sofrer mais com os impactos económicos, sociais e políticos da crise. A União Europeia, que já deu mostras de capacidade de solidariedade, agora está a ter dificuldade em gerar respostas de ajuda neste processo. Embora haja alguns sinais positivos, são talvez hesitantes e insuficientes. E depois não nos esqueçamos que os abutres das finanças estarão aí quando os países tiverem necessidade de se endividar, a cobrar os seus juros e as suas dívidas. Se não houver uma capacidade organizada e solidária, a nível das Nações Unidas ou União Europeia, os desequilíbrios entre países vão-se agravar.

E.M.

— De modo geral, concordo com essa leitura, mas quero referir três coisas. Nós, africanos, receamos que como estamos numa posição frágil e vulnerável no sistema económico mundial, se ele tossir apanhemos um resfriamento. É mais por essa via, dos problemas do sistema económico, que vamos sofrer as consequências. Em segundo lugar, o que me preocupa mais na questão da pandemia é a oportunidade que os países perderam de fazer as coisas melhor. Pela primeira vez, tivemos um problema mundial grave ao qual nós, países africanos, poderíamos ter respondido melhor sem necessitarmos de recursos financeiros, pois era uma situação de lidar com o conhecimento científico. Tem-se falado

muito dos países africanos serem os menos afectados pela pandemia. Havia tanta incerteza em relação ao conhecimento que se tem sobre esta pandemia. Essa incerteza, na minha opinião, era uma oportunidade para utilizar a inteligência, para saber como gerir a pandemia. Infelizmente perdemos essa oportunidade a favor do pânico geral. Os problemas que estamos a viver por causa da pandemia são problemas que provêm da nossa reacção à pandemia e não da pandemia em si. Isto leva-me ao terceiro aspecto, de volta ao que estava a dizer sobre a desigualdade. É muito importante ganhar o hábito de traduzir problemas internacionais em problemas locais. Nem todo o problema internacional é nosso problema. Nem toda a forma como o problema é visto internacionalmente tem que ser a forma como devemos ver o problema localmente. E mais uma vez perdemos uma grande oportunidade de fazer uso da inteligência para definir o problema da COVID-19 de uma maneira que nos permitisse agir. Não o fizemos e as consequências disso são desastrosas. Nós vamos sofrer muito em Moçambique, em Angola, e não consigo culpar os governos, porque estavam numa situação difícil. Não gostaria de estar na pele de nenhum governante africano nestas condições. Mas enquanto académico posso dizer que perdemos uma grande oportunidade de utilizar o conhecimento científico para informar a política.

R.R.A.

— Devo dizer que me revejo muito no que disse. Voltando à questão das desigualdades e das injustiças e de como as combater. Sem querer ter a pretensão de ter a resposta gostava de deixar três contributos. Primeiro, é preciso ter um quadro de referência claro para que essa luta seja travada com sucesso. Segundo, é preciso criar condições de partida que sejam justas e igualitárias. Terceiro, é preciso criar instrumentos e medidas de correcção ao longo dos processos e nos efeitos. Em relação ao primeiro ponto, e sem querer ser exaustivo, menciono três referências para o quadro estratégico. Primeiro, tratar este problema como um problema de desenvolvimento. Ou seja, como um problema de procura de bem-

estar e de promoção da felicidade das pessoas. Segundo, abordá-lo de uma forma multidimensional, perceber que as injustiças estão todas relacionadas entre si e tratá-las tendo em conta isso. Terceiro, assumir a solidariedade como um valor de referência das nossas sociedades, o que implica uma certa preocupação colectiva e não a lógica meramente individualista e competitiva.

O segundo ponto é o de lutar pela igualdade de oportunidades à partida e, portanto, agir para que essa igualdade de oportunidades sejam o mais próximo possível do ideal. Através, por exemplo, de educação pública que permita que toda a gente tenha acesso a um nível mínimo de conhecimento e pensamento crítico, daí a importância da escolaridade mínima. Por outro lado, outra condição, que ficou muito clara agora, é uma saúde pública que garanta o acesso de todos ao bem-estar físico. O terceiro elemento como condição de partida é ter uma democracia que funcione, não só do ponto de vista representativo, mas também participativo. Devem ser criados estímulos à democracia participativa, de raiz associativa.

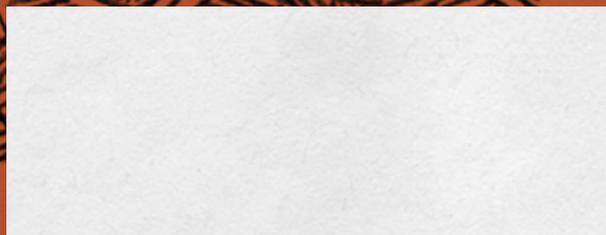
Finalmente, o terceiro pilar desta estratégia de luta contra as injustiças e as desigualdades é ter instrumentos de correcção ao longo do processo. Os anteriores são no princípio e este é ao longo do processo. Isso passa naturalmente por corrigir injustiças e desigualdades na distribuição de rendimentos. Obviamente que isto se faz com o Estado social, ou seja, através da tributação, da redistribuição e de transferências. É muito importante que se contenha o poder económico e a sua invasão do poder político. É também importante dar a voz ao maior número de pessoas nos processos de desenvolvimento. Isto acontece no desenvolvimento local, no desenvolvimento participativo.

E.M.

— No fundo, concordando com o que o Rogério disse, tudo para mim se reduz a um conceito que o Rogério também introduziu na nossa discussão: o conceito de dignidade humana. É um conceito que praticamente todas as

sociedades reconhecem. Faz também parte, do ponto de vista filosófico, do imperativo categórico de Kant, quando ele fala da necessidade de tratar as pessoas não como um meio, mas como um fim em si. Sou a favor de qualquer sistema político que tenha na sua base o respeito por este. Isso vai abrir espaço para todo o tipo de criatividade. E eu diria que muitos dos aspectos mencionados pelo Rogério fazem parte da agenda que a protecção e promoção da dignidade humana torna possível. Por exemplo, a questão da igualdade de oportunidades à partida. A questão da escolaridade, a questão da saúde, são questões muito importantes. E gostaria de destacar a questão da dignidade por considerar essencial dar espaço a cada sociedade para discernir o que precisa de fazer para estar à altura desse princípio. Tenho algumas reticências, não reticências de princípio, não porque não concorde com os elementos do que foi aqui explanado, mas para permitir que sejam as sociedades a dar substância a esta agenda. É o que faz com as nossas sociedades sejam diferentes, embora semelhantes. É o que gostaria que fosse possível para os países africanos, inclusive para o meu país, Moçambique. Gostaria que pudéssemos comunicar com o resto do mundo, ao nível da partilha de certos princípios básicos, sem contudo perdermos o direito de definir como vamos operacionalizar esses princípios.

Saber e
circunstâncias



Como podemos perspectivar um mundo pós-COVID-19?

PEDRO CONCEIÇÃO

DIRECTOR DO GABINETE DO RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO PNUD

“ Sugerir que a resposta à pandemia representa uma oportunidade sem precedentes para reconstruir melhor tornou-se um mantra, mas saber quais as necessidades a considerar para garantir que tal se verifica afigura-se menos claro. ”

A pandemia provocada pela COVID-19 está a desencadear uma crise no desenvolvimento humano. Em algumas das dimensões do desenvolvimento humano, as condições actuais encontram apenas correspondência nos níveis de privação que vislumbrámos pela última vez em meados da década de 80. Mais, esta crise está a afectar profundamente todos os elementos constitutivos do desenvolvimento humano: rendimento (com a maior contracção na actividade económica desde a Grande Depressão), saúde (causando directamente centenas de milhares de mortes e contribuindo indirectamente para mais 6000 mortes, diárias, de crianças cujas causas seriam perfeitamente evitáveis) e educação (com taxas de escolarização – contando com a impossibilidade de aceder à Internet – na educação primária a atingirem níveis correspondentes aos verificados em meados de 1980). Tudo isto sem contar com outros efeitos perceptíveis de forma menos directa, como a violência doméstica, com impactos ainda por documentar.

Simulações baseadas no Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado – com a dimensão da educação modificada para reflectir os efeitos do encerramento de escolas e outras medidas de mitigação – e que incorporam projecções actuais do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita para 2020. A simulação sugere que as condições actuais corresponderiam a uma queda abrupta e sem precedentes no que se refere ao desenvolvimento humano. Com praticamente 9 em cada 10 alunos a não frequentar a escola e profundas recessões na maioria das economias (incluindo uma queda de 4% do PNB per capita no mundo inteiro), o declínio no Índice seria o equivalente a apagar todo o progresso em matéria de desenvolvimento humano nos últimos seis anos. É importante ter em perspectiva que se as condições de acesso às escolas fossem restauradas, as capacidades relacionadas com a educação seriam imediatamente reestabelecidas – enquanto a dimensão relativa ao rendimento seguiria o trajecto da recuperação económica pós-crise. As simulações também demonstram a importância de promover a equidade no acesso aos recursos. Num cenário com um acesso à internet mais equitativo – no qual cada país diminui o fosso com os líderes do desenvolvimento humano na sua categoria – o declínio do desenvolvimento humano seria travado em mais de metade. Isto é perfeitamente acessível. Em 2018, estimou-se que 100 mil milhões de dólares seria o montante necessário para equiparar o acesso à internet em

países de baixo e rendimento médio – ou 1% dos programas fiscais extraordinários anunciados na totalidade dos países.

Esta não é a primeira vez que a humanidade enfrenta uma pandemia. A Peste Negra destruiu as estruturas económicas e sociais na Europa medieval. Para proteger o comércio e as viagens, cidades situadas no que é hoje a Itália foram pioneiras na instituição de quarentena e outras medidas de contenção durante a Renascença. Surtos globais de Cólera no início do Séc. XIX contribuíram para uma cooperação global sem precedentes em matérias de saúde pública e na realização de conferências internacionais sobre higiene e salubridade nesse período. Há cerca de 100 anos, movimentos massivos de pessoas pelo mundo, no pós Primeira Grande Guerra, contribuíram para espalhar o vírus Influenza que originou uma das mais letais pandemias de que há registo: a Gripe Espanhola. Há pouco mais de 10 anos, centenas de milhares de pessoas morreram durante a pandemia provocada pelo vírus H1N1. Surtos recentes de doenças zoonóticas (de outros animais para humanos), como a SARS e MERS, tiveram impacto brutal em várias partes do mundo, tal como outros surtos de doenças zoonóticas já conhecidas (Ébola). A SIDA provocou mais de 32 milhões de mortes desde o início da década de 1980. As ainda, em larga medida desconhecidas, características do vírus causador da COVID-19 (cuja origem é possivelmente de um animal não humano; cientistas têm vindo a assinalar há vários anos que a pressão humana no meio ambiente aumenta o risco e a frequência deste tipo de transmissões), a par com a globalização característica do nosso mundo foram determinantes na propagação do SARS-COV-2 em escassas semanas.

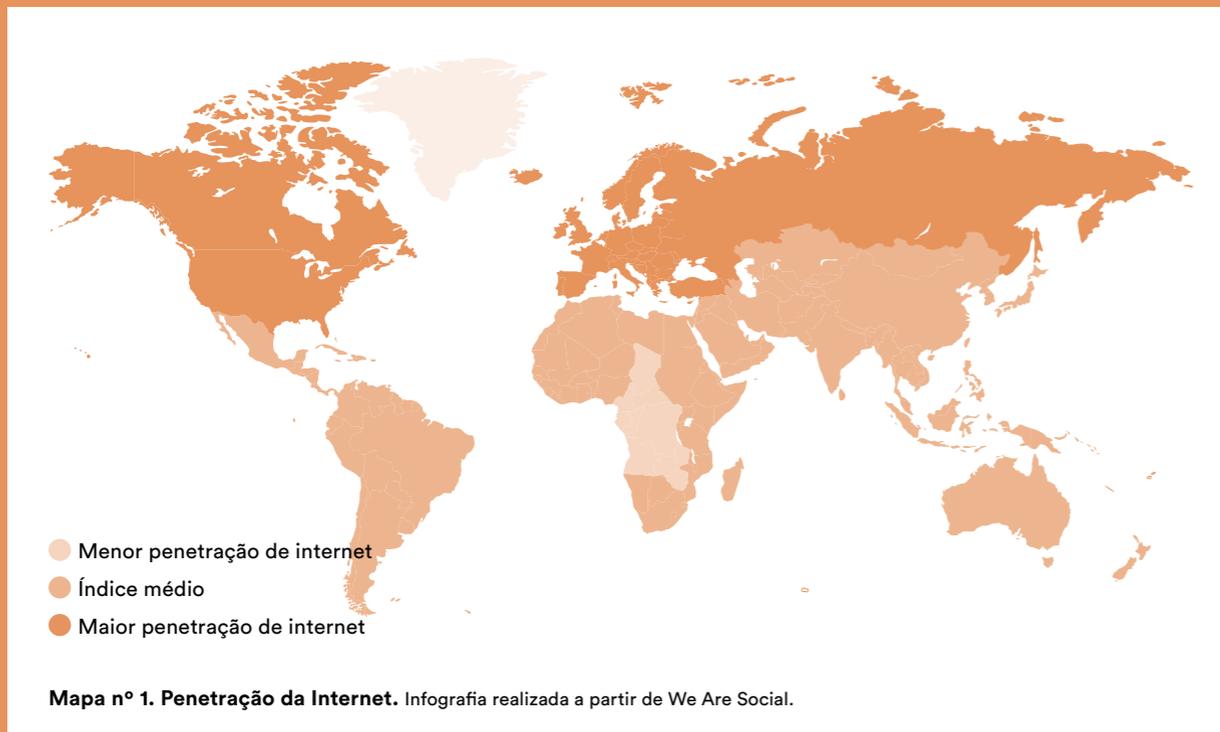
Contudo, esta pandemia não tem precedentes por ter evoluído de uma questão de saúde para uma crise económica e social. O distanciamento social e a suspensão de actividades não essenciais travaram a própria actividade humana. A Organização Internacional do Trabalho projetou que, no segundo quarto de 2020, as horas trabalhadas terão um decréscimo correspondente à actividade de 195 milhões de trabalhadores a tempo inteiro. Ao contrário de outras crises, o emprego está a ser atingido primordialmente de duas formas. Uma contração na procura do trabalho advém da reduzida actividade humana e do impacto da diminuição da riqueza na recessão global; e uma oferta de emprego a curto prazo advém da suspensão de serviços não essenciais

em vários países. O corte na oferta de trabalho e o aumento do desemprego necessitam de políticas macroeconómicas adequadas. No entanto, os efeitos vão além do típico declínio na procura, que é normalmente resolvida através do estímulo ao consumo e à actividade económica em geral. Isto sucede porque as políticas de saúde pública que têm em vista conter e atrasar a disseminação da COVID-19 têm como premissa reduzir o contacto e a interacção humana e, em consequência disso, a actividade económica.

Sugerir que a resposta à pandemia representa uma oportunidade sem precedentes para reconstruir melhor tornou-se um mantra, mas saber quais as necessidades a considerar para garantir que tal se verifica afigura-se menos claro. A esse respeito, há três possibilidades a considerar.

Primeiro, lembramo-nos que a pandemia foi consequência de tensões entre pessoas e tecnologia, entre pessoas e o planeta, entre quem tem e quem não tem. Estas tensões já estavam a moldar uma nova geração de desigualdades. Contudo, a resposta a esta crise pode moldar a forma como essas tensões são resolvidas, bem como demonstrar em que medida as desigualdades no desenvolvimento humano podem ser reduzidas. Assim, investimentos em avanços e na redução de disparidades do desenvolvimento humano são cruciais para garantir uma recuperação atempada e para nos prepararmos para uma próxima crise. Numa perspetiva de desenvolvimento humano, preocupada em expandir as competências e capacidades das pessoas, proteger a saúde pública e padrões de vida sustentáveis são essenciais. Prosseguir e reduzir disparidades em competências básicas e avançadas – as novas necessidades do Séc. XXI, tal como definido no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 – são a chave para atingir aqueles objetivos.

Um exemplo concreto relaciona-se com o acesso desigual às tecnologias, o qual tem tido um impacto considerável na capacidade das comunidades lidarem com a COVID-19. Desigualdades nos apoios e meios dos agregados familiares leva a uma experiência desigual na aprendizagem com recurso a meios online. A situação disruptiva causada pela COVID-19 na educação não tem precedentes. Escolas, a nível nacional, estiveram encerradas, em pelo menos 147 países, afectando mais de 1,4 mil milhões de crianças e jovens, ou seja, cerca de 86% da população estudantil mundial. Isto é desconcertante para o desenvolvimento de crianças que frequentam o ensino, com consequências a longo prazo para o seu potencial. A extensão no modo como o ensino formal é



Há um enorme espaço no qual as políticas públicas podem intervir no sentido de expandir o acesso a tecnologias, sem deixar ninguém para trás. Após décadas de desigualdades crescentes nesta área, este é o momento para promover uma modernização igualitária.

substituído pelo ensino em casa – através do envolvimento parental, autoiniciativa e recurso à internet – encontra-se dependente dos apoios e meios do agregado familiar. Tal como salientado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, o nível educacional dos pais molda a educação e a aprendizagem das crianças.

Em muitos países, os sistemas de ensino e universitário passaram a ser lecionados online. Tal como examinado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, o acesso à tecnologia é desigual, entre países. Enquanto se verifica uma convergência em tecnologias básicas, como no acesso a telemóveis, o fosso digital entre e dentro dos países acentuou-se no que respeita a outras tecnologias como o acesso a computadores, internet e banda-larga – tudo exemplos de capacidades avançadas. A interação entre a pandemia e a desigualdade em capacidades avançadas significa que muitos países não têm sequer a opção de fazer migrar o trabalho escolar, ou as aulas, para o online. Se este cenário se mantiver, os países que se encontram numa posição menos privilegiada também não terão acesso a essa possibilidade no futuro (divergência). Contudo, mesmo em países que tiveram os meios para fazer migrar o trabalho escolar e as aulas para o online, a experiência difere e os resultados acabam por ser mediados pela desigualdade. Em países com um Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado verificam-se apenas 28.3 subscrições de banda larga por cada 100 habitantes. A banda larga pode ser dispendiosa fora dos centros urbanos e as diferenças no acesso e na disponibilidade de aparelhos pessoais para o efeito são imensas, especialmente se esses aparelhos tiverem de ser partilhados no seio do agregado familiar. O acesso a material informático dedicado exclusivamente para aquelas actividades, o acesso à banda larga e as contribuições dos pais são circunstâncias determinantes para aferir do forte impacto negativo da pandemia no desenvolvimento humano a longo prazo, particularmente em alguns países e em grupos no seio dos diferentes países. Ademais, para garantir um ensino inclusivo, é necessário criar condições para os estudantes com necessidades especiais, em especial para aqueles têm algum tipo de dificuldade no processo de aprendizagem.

A importância da internet vai muito além da educação. No contexto da crise provocada pela COVID-19, vários aspectos fulcrais do desenvolvimento humano passaram a estar dependentes de recursos online e de aplicações: a possibilidade de trabalhar, comprar, manter-se saudável, denunciar violência doméstica, interagir socialmente e estar

Saber e circunstâncias

próximo daqueles que amamos. A nova geração de soluções desenhadas para contornar os efeitos da crise intensificarão, possivelmente, a dependência nessas tecnologias e no seu desenvolvimento. Os objectivos do desenvolvimento estão a alterar-se. Grupos desfavorecidos, sem possibilidade de aceder à internet têm uma maior probabilidade de serem esquecidos. Entre eles, idosos – grupo que concentra maior número de mortes em consequência da COVID-19 – que têm de enfrentar o desafio que advém de longos períodos de mobilidade condicionada e que, além disso, estão particularmente limitados no acesso às novas tecnologias que permitem fazer compras, pagar contas ou receber apoios estatais. Há um enorme espaço no qual as políticas públicas podem intervir no sentido de expandir o acesso a tecnologias, sem deixar ninguém para trás. Após décadas de desigualdades crescentes nesta área, este é o momento para promover uma modernização igualitária.

Em segundo lugar, a importância de se adoptar uma perspectiva equitativa também tem sido confirmada pelas análises históricas. À medida que uma crise se desenrola, uma abordagem activa que identifique os seus efeitos e mecanismos de transmissão pode moldar uma resposta duradoura e equitativa. É essencial distinguir entre os impactos a curto prazo da pandemia daqueles que se farão sentir a longo prazo – e impactos significativos, no geral. Partindo de uma vasta e profunda análise histórica, Walter Scheidel demonstrou que grandes choques como guerras e pandemias podem reduzir a desigualdade no rendimento sendo que, no entanto, esse resultado dependerá das respostas políticas. Quando as pandemias têm associada uma mortalidade alta, o retorno para o factor trabalho aumenta quando comparado com o retorno do factor capital uma vez que os trabalhadores exigem melhores remunerações – em parte porque há uma menor oferta de mão-de-obra, devido à mortalidade e também porque os trabalhadores têm receio de contrair a doença e, como tal, exigem melhores condições para continuar a deslocar-se para o trabalho. No rescaldo da Peste Negra, em certas partes da Europa, durante a Idade Média, nos locais onde as respostas políticas respeitaram estas exigências, as desigualdades de rendimento e riqueza caíram abruptamente. Onde se verificou uma política de repressão, como em certas partes do leste europeu, despoletou-se o aparecimento de estruturas sociais baseadas na servidão que duraram durante séculos, levando a persistentes e generalizadas desigualdades no acesso à riqueza.



ACEP

“

Enquanto o consenso actual já abrange a necessidade de combinar objectivos sociais, económicos e ambientais numa agenda inclusiva e global, a humanidade não está a percorrer um trilho que vá nesse sentido.

”

Análises recentes confirmam que os salários reais muitas vezes aumentam durante bastante tempo a seguir a uma pandemia. Contudo, as taxas de juros efectivas também sofrem um decréscimo e permanecem baixas durante um considerável período (em parte porque, ao contrário do que sucede em situação de guerra, não há destruição do capital físico) o que diminui a propensão para acumular riqueza e facilita a despesa pública. Desconhecemos se este padrão histórico ocorrerá, a longo prazo, após a pandemia provocada pela COVID-19: em parte porque a esperança de vida agora é bastante superior e a mortalidade poderá ser inferior à ocorrida em pandemias anteriores. Seja como for, as taxas de juro já se encontram particularmente baixas nos países desenvolvidos. Além da desigualdade no rendimento e no acesso à riqueza, as implicações das desigualdades para o desenvolvimento humano são ainda menos claras. Contudo, o potencial para reorganizar sistemas sociais e políticos após grandes choques deve ser algo a ter em conta e a oportunidade para nos tornarmos numa sociedade mais equitativa deve ser agarrada.

Em terceiro lugar, e finalmente, um dos aspetos mais gritante que resulta da resposta à crise é o lembrete relativo à importância da acção colectiva – acções que tomamos pensando não apenas em nós, mas em prol de todos. É óbvio que todos permanecemos vulneráveis até à disseminação do vírus ser travada em todo o mundo – até que surja uma vacina, ou seja implementado um tratamento. Evidências recentes de um país sugerem que um dos melhores prognósticos para aferir do sucesso das medidas de distanciamento social são as atitudes em relação às alterações climáticas.

Ainda assim, a vários níveis, as pessoas em todo o mundo responderam colectivamente. A adopção de comportamentos de distanciamento social – que em alguns casos teve início antes de políticas nessa área terem sido adoptadas formalmente – não poderia, provavelmente, ter sido aplicada e acabou por depender da cooperação voluntária de milhares de milhões de pessoas. A taxa de cumprimento de medidas-chave para o distanciamento social, baseado num recente e extremamente alargado inquérito baseado em mais de 100.000 respostas em 58 países entre março e abril de 2020, foi de pelo menos 90% da população. E isto foi feito em resposta a um risco global assumido como prioridade e em detrimento de um crescimento mais rápido da economia. Se precisávamos de provas evidentes de que a humanidade consegue responder colectivamente a um desafio global, esta situação muito possivelmente demonstrou-o.

A aprendizagem com esta crise, somada à evolução de valores e prioridades, afectará as nossas perspectivas sobre a forma como o desenvolvimento humano se molda à medida que avançamos para os meados do Séc. XXI e ao que estamos dispostos a fazer para lá chegar. Enquanto o consenso actual já abrange a necessidade de combinar objectivos sociais, económicos e ambientais numa agenda inclusiva e global, a humanidade não está a percorrer um trilha que vá nesse sentido. O mundo está aquém no que concerne à luta contra as alterações climáticas, ao mesmo tempo a que se assiste à ascensão de uma nova geração de desigualdades em matéria de desenvolvimento humano, e com a previsão de ainda ter 400 milhões de pessoas a viver em pobreza extrema em 2030.

A reflexão sobre a presente pandemia, as suas implicações e a perspectiva de construirmos sobre alguns dos ganhos alcançados podem ser lições válidas para a adopção de acções mais vigorosas. Por exemplo, a economia e a sociedade digital foram as únicas realidades que mantiveram a economia e que permitiram a interacção social para milhares de milhões de pessoas. O aprofundamento no uso da teleeducação ou da telemedicina podem contribuir para expandir o acesso a estes serviços, se houver investimento na redução das desigualdades e no reforço de competências. Outro exemplo é a redução acentuada da actividade económica que também se reflectiu em menos poluição e muito provavelmente nas emissões de gases com efeito estufa (atendendo à queda abrupta na procura de combustíveis fósseis). À medida que a actividade económica recupera, as sociedades terão de confrontar-se com a escolha de manter velhas abordagens ou reforçar a aposta no investimento de novas abordagens, mais amigas do ambiente. Há um amplo consenso público no que respeita ao apoio de medidas mais vigorosas no rescaldo da pandemia provocada pela COVID-19, com 2/3 dos adultos em 14 países a apoiar a priorização das questões relacionadas com as alterações climáticas durante o período de recuperação – e 71% consideram que as alterações climáticas constituem uma crise tão grave quanto a pandemia provocada pela COVID-19.

Mais do que tudo, esta crise é um duro lembrete sobre a improbabilidade de a humanidade se manter saudável num planeta adoecido. Ignoramos a nossa disrupção da natureza por nossa conta e risco. Contudo, a crise demonstrou o

potencial da humanidade quando age colectivamente para dar resposta a um desafio global que é partilhado por todos. Sim, a resposta pode ter sido irregular, fragmentada e incoerente mas, virtualmente em todos os lugares, milhares de milhões de pessoas modificaram o seu comportamento para enfrentar uma ameaça comum. Isto tornou perfeitamente claro que dar resposta a outros desafios globais – desde as alterações climáticas e a extinção de espécies até às crescentes desigualdades em matéria de competências avançadas – está ao nosso alcance.

Este artigo tem por base o Relatório de desenvolvimento Humano de 2019 (<http://www.hdr.undp.org/en/2019-report>) e o Relatório “COVID-19 e Desenvolvimento Humano: avaliar a crise, perspetivar a recuperação” (<http://hdr.undp.org/en/hdp-covid>).

Lições de uma crise global: coronavírus, ordem internacional e futuro da UE

POL MORILLAS
DIRETOR, CIDOB

“**Um novo 'idealismo' internacional seria necessário para que a crise do coronavírus fosse abordada com uma visão de experiências positivas.**”

Pode ser que a crise do coronavírus seja só uma desaceleração no caminho das dinâmicas internacionais durante as últimas décadas. Quem sabe se, depois de um período de hibernação das principais economias internacionais, a vida volta à normalidade, os planos de estímulo enfrentem o temporal e o mundo volte a ser plano e hiper-conectado¹. No entanto, o coronavírus pode ser também um ponto de inflexão na era da globalização.

Em qualquer destes cenários, a crise do coronavírus vai forçar-nos a considerar algumas lições acerca das nossas democracias, dos autoritarismos de outros e dos valores das sociedades: sobre a mudança da ordem internacional, em particular desde um plano ideacional; sobre o auge do populismo e os discursos baseados em “o meu país primeiro”; sobre as perspectivas para a cooperação internacional numa ordem global reordenada; e sobre o papel da União Europeia.

1. Democracia, autoritarismo e valores

Pouco antes do confinamento, em que estou a escrever, chegou-me a notícia de que uma das pessoas com quem me havia reunido tinha dado positivo no teste do coronavírus. A notificação não revelava o nome do afectado, mas recomendava redobrar as precauções perante um contacto físico mais que provável. Em nome do direito da privacidade individual, e prevalecendo este sobre o conhecimento colectivo do grupo ali presente (tínhamos ou não dado um abraço?), segui as recomendações das autoridades de saúde, permanecendo um mínimo de 15 dias confinado, algo que rapidamente seria de cumprimento obrigatório devido ao decreto das medidas de confinamento geral.

A maneira como se comunicou o caso demonstra o valor que damos nas nossas sociedades ao direito dos indivíduos e à sua privacidade, algo que contrasta com o tratamento da crise do coronavírus em certos países asiáticos. Alguns atribuem-no a uma diferença cultural de base. As sociedades ocidentais entendem a segurança desde um ponto de vista individual e como mecanismo de protecção dos direitos dos seus cidadãos, enquanto as orientais a entendem como um bem social, e, portanto, subordinado aos interesses da comunidade.

Refere-se o confucionismo como a raiz civilizadora por detrás de um comportamento social baseado nos princípios da hierarquia, no respeito pela autoridade, na confiança no Estado, e na subordinação dos direitos individuais em benefício da comunidade.

Na era digital, este tratamento da privacidade tem uma tradução imediata no uso de dados. Na Coreia do Sul, Singapura ou China, os dados fornecidos por telemóveis e outros dispositivos foram utilizados para controlar a população e evitar a expansão do coronavírus. A vigilância digital como mecanismo de controlo, mas também como ferramenta para um fim superior – a saúde da população –, foi, para alguns, objecto de admiração. Pelo contrário, na União Europeia, o Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD) – paradigma do seu poder regulatório – privilegia a privacidade das pessoas e dos seus dados com uma utilização para fins comerciais, limitando o acesso a terceiros e também às autoridades públicas.

O uso dos dados e, em particular, o debate acerca de se os autoritarismos digitais ou as democracias estão mais bem colocados para fazer face a uma crise como a do coronavírus, estão a centralizar uma boa parte das análises. Este debate é, em certa maneira, enganador. O mesmo uso dos dados e os limites à privacidade foram utilizados tanto por autoritarismos e semi-autoritarismos (China ou Singapura), como por democracias (Taiwan ou Coreia do Sul) e, em democracia, a gestão da epidemia resultou tanto em boas práticas (Coreia do Sul) como em situações-limite (Itália ou Espanha).

O elemento-chave parece ser a eficácia das medidas, mais que o tipo de regime político que as aplica. Como argumentava Francis Fukuyama, a crise do coronavírus pode fazer com que os governos que perdurem sejam aqueles que são percebidos como eficazes na luta contra o vírus e suas consequências e o nível de confiança que, por estes motivos, lhe outorgam os cidadãos. Neste caso, o tipo de regime (democracia liberal ou autoritarismo) importaria menos que a velocidade com a qual se adoptam soluções para a contenção da pandemia.

Os autoritarismos contam com uma ampla capacidade de reacção, articulação da hierarquia de comando e limitação das liberdades públicas. Também censuram vozes críticas como as do médico chinês Li Wenliang, cujo alerta atempado foi silenciado pelas autoridades por conspirar contra o regime – o qual contribuiu para a expansão global do vírus. As democracias, por sua vez, baseiam-se na deliberação e na capacidade de crítica às autoridades públicas, o que resulta numa melhor seleção de políticas públicas, mas também numa maior

lentidão. Esta provém dos mecanismos de *checks and balances* e a gestão política do *trade-off* entre critérios sanitários e epidemiológicos e os efeitos económicos negativos do confinamento. A descentralização e coordenação dos diferentes níveis de governo revelaram-se em si mesmas um factor decisivo na gestão da pandemia, algo que é objecto de crítica se se parte de um prisma centralista do poder do Estado.

Menos prometedor é o recurso a factores culturais e civilizacionais para definir o êxito ou o fracasso na gestão da pandemia até hoje, por muito que os valores que ordenam a sociedade sejam efectivamente diferentes em democracias ocidentais ou na Ásia. É a afiliação cultural que está na base da resposta política à crise? Estas explicações recordam as teorias baseadas no choque cultural ou civilizacional de Huntington durante os anos 90, que foram rapidamente postas em questão por diversos motivos.

Primeiro, pela impossibilidade de definir unicamente as civilizações com bases em critérios culturais ou religiosos (existe uma civilização confuciana propriamente dita, se nela habitam múltiplas culturas e religiões?). Segundo, pela utilização da identidade, em vez da política, como factor explicativo do conflito. Terceiro, pela convivência de identidades múltiplas em todas as civilizações, como escreveu Amartya Sen. Quarto, pelo predomínio de conflitos dentro das civilizações, mais que entre elas. E, finalmente, pelo reducionismo cultural a que submetemos as relações internacionais quando obviamos factores (geo)políticos, de segurança ou económicos de maior envergadura, como nos recordava Fred Halliday. Com o passar do tempo, muito provavelmente também atribuiremos o êxito ou fracasso na gestão do coronavírus à eficácia dos governos e às políticas que neste tempo se formularão, independentemente da cultura ou raiz civilizacional dos Estados.

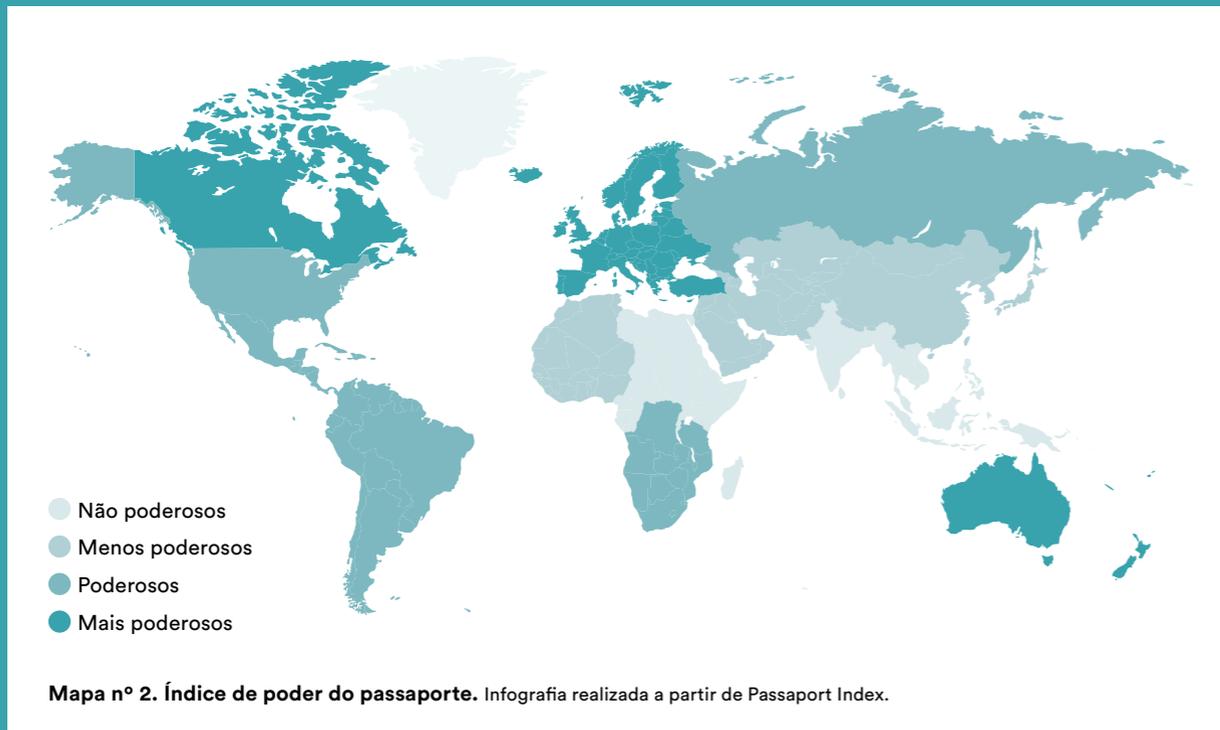
2. Um desafio ideacional à ordem internacional

Apesar da limitação das explicações culturais na resposta a esta crise global, o coronavírus reforçará a mudança ideacional do sistema internacional. No plano material, a mudança da ordem internacional estava bem consolidada ao início da crise. Em 1995, as economias dos sete principais países emergentes, o E7 (China, Índia, Indonésia, Brasil, Rússia, Méxi-

co e Turquia), representavam um volume equivalente a metade do PIB – em paridades de poder de compra – do G7 (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Japão, Canadá e Itália). Em 2015, as economias do E7 já eram mais ou menos comparáveis às do G7. Em 2040, o E7 poderia inclusive duplicar o PIB do G7. Em menos de meio século, o mundo sofreu uma severa transformação no âmbito material, e o sistema internacional rege-se hoje pela multipolaridade.

Nesta mudança, na qual a China e os Estados Unidos competem pela hegemonia, surge inerente um elemento ideacional que se acentuou com o coronavírus. A opinião pública global já há tempo que se apercebe de uma crescente influência de China na cena internacional. Já em 2017, se verificou um equilíbrio na imagem favorável entre a China e os Estados Unidos². O mundo pergunta-se hoje se, apesar dos erros iniciais na gestão da crise, o poder normativo chinês aumentará ainda mais. O envio de equipamento sanitário e de médicos a países europeus, bem como a guerra informativa com os Estados Unidos sobre a origem do vírus, foram oportunamente instrumentalizados pelo regime chinês para melhorar a sua imagem face ao exterior. Assim, a China trata de equiparar a sua crescente proeminência material na ordem internacional com um melhor posicionamento no plano ideacional.

Após décadas de crise das democracias ocidentais, com o auge do liberalismo, do populismo e o recuo nacional no seu seio, a mudança da ordem ideacional parece consolidar-se. O Ocidente recalibra o ocidental-centrismo das ideias que regeram a ordem internacional, desde o final da Guerra Fria, em particular o inquestionável predomínio do liberalismo democrático e do mercado. O auge do autoritarismo capitalista da China supõe uma contraposição de base ao fim das ideologias que já proclamou Daniel Bell em 1960. Em boa medida, o modelo asiático que o coronavírus evidenciou resulta numa competição pelas ideias e os modelos políticos e sociais à escala global. As ideias dominantes até agora estão a tornar-se menos dogmáticas, algo que, para um Ocidente que se crê vencedor no plano normativo, pressupõe um banho de realidade.



“ Um Ocidente estagnado no seu pensamento viu como a retracção nacional e a lógica do 'meu país primeiro' faziam desmoronar anos de predomínio construído em torno da promoção da democracia, do multilateralismo, do liberalismo e das sociedades abertas. ”

3. Populismos e híper liderança

Durante os 20 anos do auge normativo do Ocidente (1989-2008), parecia que não havia alternativa ao predomínio internacional dos EUA, nem sequer à lógica pós-moderna por detrás da ideia da Europa. Isto traduziu-se numa certa autocomplacência, que com a crise económica implodiu sob a forma de populismo. Um Ocidente estagnado no seu pensamento viu como a retracção nacional e a lógica do “meu país primeiro” faziam desmoronar anos de predomínio construído em torno da promoção da democracia, do multilateralismo, do liberalismo e das sociedades abertas. O populismo converteu-se na grande alternativa à integridade deste pensamento, por muito que as suas receitas dificilmente se pudessem materializar com êxito. Além disso, o populismo trouxe ao de cima que a igualdade de oportunidades e o bem-estar tinham sido relegados para segundo plano durante muitos anos.

Com a crise do coronavírus, emerge um novo modelo de contestação ideacional com predominância no Ocidente, ausente em muitos dos debates posteriores à Guerra Fria. Diferentemente do sucedido a partir do 11-S, a contestação não está circunscrita a narrativas baseadas numa concepção cultural, religiosa ou moral diferente e, em relação à crise financeira de 2008, coloca certos postulados da globalização em dúvida. Numa visão externa, perguntamo-nos até que ponto certas doses de hierarquia e sentido de comunidade permitem confrontar melhor uma crise como a do coronavírus. E numa visão interna, o populismo instrumentaliza a crise para enaltecer os benefícios da retração nacional, o fecho das fronteiras e os perigos de um mundo aberto.

O certo é que o coronavírus mostra também os limites do populismo, tanto no que se refere ao seguimento das recomendações dos peritos, bem como na centralidade das instituições enquanto veículo para a gestão e saída da crise. Os principais expoentes do populismo ocidental, Boris Johnson e Donald Trump, fizeram marcha atrás em relação aos seus posicionamentos iniciais no tratamento da pandemia. O primeiro, renunciando à lógica da “imunidade do rebanho” (*herd immunity*, que recomendava um contágio generalizado para fomentar a imunidade da população), contra a opinião dos peritos do *Imperial College* de Londres. E o segundo, perante a evidência das centenas de milhares de mortos nos Estados Unidos, que dinamitariam as suas possibilidades de ser reeleito, tanto quanto os danos económicos das medidas de confinamento.

Apesar de terem rectificado a sua posição, ambas as figuras conseguiram incentivar uma aproximação retórica e política concreta na luta contra o coronavírus. A hiper liderança, a celeridade que requiere a gestão da crise e o predomínio de líderes fortes na política internacional normalizam a gestão de líderes como Johnson e Trump, não obstante terem-se mostrado péssimos gestores na fase inicial. Assim o demonstram os inquéritos realizadas pouco depois do estalar da crise, que lhes deu um bom nível de apoio e popularidade e reforçou as suas expectativas eleitorais. O coronavírus move-se num terreno fértil, caracterizado pelo descrédito da política tradicional e das instituições, percebidas desde há tempo, por amplas camadas da população, como estando em falha sistémica. É pouco provável que o populismo desapareça passada a crise, como tampouco o farão os hiperes líderes que o defendem. E, quanto mais alto seja o custo da crise, mais se pode enraizar a desconfiança institucional.

Parte da retórica e da agenda destinada à captura do poder do populismo pode vir a reforçar-se em lugares diversos. Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orbán vê o estado de emergência como uma oportunidade para reforçar o seu poder, mais do que como uma medida temporária e proporcional. O Parlamento húngaro aprovou a 30 de março uma lei que permite a Orbán legislar por decreto durante um período indefinido de tempo, suspender o Parlamento enquanto dure o estado de emergência sem limite temporal, adiar eleições durante este período e endurecer as sentenças contra quem desinforme (leia-se contradiga) a versão oficial sobre a gestão da crise. Quer dizer, governar por decreto como mecanismo para reforçar o seu poder e descredibilizar a democracia, enquanto retira crédito da crise. Algo que Orbán já fez em 2015 com a crise dos refugiados e que o levou a declarar um estado de emergência ainda vigente e que prorroga agora indefinidamente.

4. Perspectivas para a cooperação internacional

A crise do coronavírus, somada às dinâmicas internacionais subjacentes, faz com que o sistema internacional enfrente o paradoxo de não poder voltar atrás, nem avançar com uma reforma da governação internacional. Por um lado, o Estado-nação viu-se reforçado com a

gestão da crise devido às suas competências em matéria sanitária, de controlo de fronteiras e de planos de estímulo. Mas isto não equivale a uma diminuição do global nesta crise, começando pela pandemia em si e pela necessidade de um marco de cooperação internacional que facilite avançarmos em direcção à vacina. Portanto, e apesar de ser provável que certas dinâmicas de desglobalização na produção de bens sanitários, medicinais ou bens de consumo básicos se instaurem após a crise, não é expectável que o mundo de manhã deixe de ser globalizado, interconectado e interdependente. Um retrocesso absoluto rumo ao nacional não seria realista nem desejável.

Por outro lado, a lógica do “meu país primeiro” e as dinâmicas de soma zero, inclusive as ameaças de guerras comerciais, levam a governação internacional a um beco sem saída. Se o que se trata é de estabelecer marcos de cooperação mais eficazes, a retracção que fomentam os líderes das principais potências internacionais é contrária a qualquer reforma do sistema de governação internacional, para a qual também falta vontade política. Isto, somado aos consensos que requerem as reformas, levou muitas instituições internacionais a um ponto morto, desde a Organização Mundial do Comércio ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, passando pelo Acordo do Clima de Paris e o de não proliferação nuclear no Irão.

Num contexto de rivalidade entre grandes potências, as organizações internacionais são instrumentalizadas e convertem-se num tabuleiro de jogo geopolítico por onde passa a competição. Muitos países, incluindo a Rússia e a China, preferem preservar uma ordem internacional obsoleta, mas que lhes possibilita manter a sua posição de poder. Portanto, e apesar de o nacional não ser suficiente para abordar objectivos globais como o coronavírus ou a crise climática, tão pouco conseguimos tecer as cumplicidades e espírito de liderança necessários para um avanço efectivo da governação internacional.

Um novo “idealismo” internacional seria necessário para que a crise do coronavírus fosse abordada com uma visão de experiências positivas. Durante os anos 1930 e 1940, pouco depois de se ter afundado a disciplina das relações internacionais com o objectivo de estudar as causas da guerra, surgiu o primeiro grande debate entre “realistas” e “idealistas”. Os segundos, também pejorativamente classificados de “utopistas”, eram os que acreditavam na necessidade de se dotar de um quadro de cooperação internacional em que se torna impossível o advir de uma nova guerra, para a qual era necessária a (fracassada) “Sociedade das

Nações” que promoveu Woodrow Wilson depois da Primeira Guerra Mundial. Os realistas eram aqueles que, baseados na obra de E. H. Carr “The Twenty Years’ Crisis”, consideravam os “idealistas” uns pacifistas moralistas, por não entenderem que os Estados sempre priorizaram o seu poder e sobrevivência num sistema internacional anárquico.

Os realistas de ontem são o “meu país primeiro” de hoje. Com a diferença que, devido à multipolaridade actual do sistema internacional, os níveis de interconexão e interdependência entre Estados superam em muito os posteriores à Primeira Guerra Mundial. O mundo antes e depois do coronavírus será um mundo em que continuarão a combinar-se as dinâmicas de poder entre as principais potências internacionais, com a China em clara ascensão, com fortes dinâmicas de interconexão global. Não obstante, nenhuma potência terá capacidade suficiente para escrever, por si só, as regras de um novo reordenamento global, configurando aquilo que Ian Bremmer descreveu como um mundo (não)governado por G-Zero³.

5. Outro desafio para a governação europeia

Neste contexto, a UE tem um desafio e uma responsabilidade notáveis. E é quando o mundo pára que à Europa pedimos velocidade. Depois de anos de crise, a UE mostrou as lacunas do seu sistema de governação e a lentidão dos seus mecanismos de gestão de crise e de tomada de decisões. Se a ordem liberal está em crise, a UE, como seu representante paradigmático, sofre na primeira pessoa a perseguição de potências exteriores como Rússia e China, o distanciamento por parte dos Estados Unidos e o questionamento interno por forças políticas eurocéticas de diferentes índoles.

Uma década de crise ininterrupta alterou a base da União. A crise do euro pôs em dúvida os alicerces da moeda única e a necessária reforma da união monetária ainda insuficiente no plano económico. A crise dos refugiados alterou a liberdade de movimentos e o espaço Schengen. O Brexit pôs fim à lógica de aprofundamento e ampliação continuada do projecto de construção europeia. E o coronavírus levou ao restabelecimento de barreiras internas, à limitação da mobilidade das pessoas, pôs em perigo o mercado único e demonstrou a insuficiente capacidade de mobilização de recursos comuns para fazer frente à crise sanitária de



ACEP

“**As dinâmicas de interdependência e hiper-conectividade voltarão e, ao fazê-lo, revelarão que a cooperação efectiva à escala internacional é o melhor antídoto para crises como a do coronavírus.**”

e da economia. As crises internas da UE, somadas à instabilidade nos vizinhos a sul e a este, põem em causa desde há algum tempo a sua projecção externa e o perfil de “força para o bem” do sistema internacional⁴.

A UE fundou-se depois da guerra. Devido à sua gravidade, a crise do coronavírus não é uma guerra, mas sim uma emergência de saúde global, social e económica. Na sua gestão, a União passou por fases distintas. Em primeiro lugar, uma sensação de surpresa, sem capacidade por parte da UE de coordenar medidas, cuja responsabilidade recai, antes de mais, nos Estados membros (política de saúde ou controlo das fronteiras). Seguidamente, uma fase com uma série de desenvolvimentos alinhados com as dinâmicas actuais da política internacional (“o meu país primeiro”), traduzidas na limitação de exportações de material de saúde entre Estados membros, o fecho das fronteiras nacionais, somados a uma falta de coordenação no plano europeu das medidas tomadas pelos Estados.

Depois, a necessidade de articular uma resposta conjunta à crise, mediante a compra, no valor de 750 mil milhões de euros, de activos públicos e privados por parte do BCE; ou a salvaguarda dos benefícios do mercado único, com as medidas da Comissão para assegurar a distribuição de material médico a todos os Estados que o necessitassem. O conjunto de políticas da UE, que inclui um pacote de empréstimos de emergência e um futuro fundo de reconstrução, foi acordado no Conselho Europeu de 23 de abril. E finalmente, a sensação habitual de que a UE só sobreviverá se for capaz de se reformar profundamente – uma etapa em que a UE tende a encalhar e que neste caso passaria por uma mutualização da dívida (euro/coronabonds).

A médio prazo, a Europa deve recuperar a sua génese social, que é parte dos seus valores constitutivos, tanto como a criação de um mercado interno e o incentivo do Estado de direito. A Europa social ficou muito depauperada depois de anos de austeridade, pelo que a legitimidade de uma saída europeia para a crise passa também por progressos em matéria social e económica. Noutras palavras, passa por uma Europa que funcione e cuja legitimidade emana dos resultados e não só dos processos (imersos numa crise de governação) ou dos ideais (com o eurocepticismo a aumentar e uma ordem liberal refutada). Se a saúde e a segurança das pessoas ganharam centralidade num momento em que nos críamos infalíveis, será necessário que o projecto europeu proteja melhor os seus cidadãos e garanta progressos na construção social.

Em termos de valores, não teria muito sentido pensar que a Europa estimulará o esquema da China. Nem a Europa nem os seus cidadãos quererão renunciar aos seus valores fundamentais, razão pela qual não tem sentido equacionar que sistema político será melhor para enfrentar uma crise com estas características. Não renunciaremos às liberdades individuais em prole de um autoritarismo mais eficaz, pelo que a alternativa passa por uma Europa de instituições fortes e funcionais. Não obstante, a reforma da governação europeia não é imediata e isto aumenta a sensação de dessincronização entre a rapidez da crise e a nossa capacidade de resposta.

No plano operativo, é necessário voltar a uma lógica transaccional e de soma positiva. Para evitar o bloqueio e a fragmentação definitiva da UE, a discussão deve ir mais além da saída da crise do coronavírus e incorporar elementos de reforma e prioridades pendentes como o quadro financeiro plurianual, o Brexit ou a Europa digital. A lógica transaccional impor-se-á quando o âmbito de negociação for suficientemente generoso para ter alianças flexíveis entre Estados, evitando as tradicionais fraturas entre países devedores e credores, por exemplo.

Este pacto político para a Europa deverá incorporar mecanismos de solidariedade entre Estados, mas também deve evitar afundar-se em fracturas recorrentes desde a crise do euro. As novas alianças devem construir-se sobre a base de interesses partilhados, e não somente em função do número ou da categoria de Estados membros (norte, sul, fundadores, hanseáticos ou frugais, para utilizar categorias recorrentes). A carta assinada por nove Estados membros – de origens diversas e baseados nestes critérios – reclamando maiores doses de coordenação entre Estados, um instrumento de dívida comum e um ambicioso plano de recuperação económica é uma boa amostra disto.

A Europa continua a estar mais bem equipada que outras potências para fomentar uma ordem multilateral e cooperativa baseada em regras. As dinâmicas de interdependência e hiper-conectividade voltarão e, ao fazê-lo, revelarão que a cooperação efectiva à escala internacional é o melhor antídoto para crises como a do coronavírus. Mas se fracassamos, a larga tradição de poder dos Estados impor-se-á como segunda melhor opção numa ordem internacional fragmentada.

Referências

1. Thomas Friedman (2005), *The World is Flat. A Brief History of the Twenty-first Century*, New York: Farrar, Straus and Giroux

2. Segundo Pew Research, em 2017 uns 49% respondiam ter uma visão favorável dos Estados Unidos e uns 47%, da China. Também crescia a perceção em muitos países de que China tem mais influência no mundo hoje do que há uma década.

3. Ian Bremmer (2012), *Every Nation for Itself. Winners and Losers in a G-Zero World*, London: Penguin Books.

4. O “force for good”, tal como então o caracterizou o antigo Alto Representante, Javier Solana. Véase Esther Barbé e Pol Morillas (2019), “The EU global strategy: the dynamics of a more politicized and politically integrated foreign policy”, *Cambridge Review of International Affairs*, 32:6, 753-770, DOI: 10.1080 / 09557571.2019.1588227.

* Este artigo foi actualizado em 28 de abril de 2020.

Artigo gentilmente cedido pela CIDOB – Barcelona Centre for International Affairs para esta edição; disponível em inglês e espanhol no site da CIDOB.

Naufrágio ambiental e desigualdade¹

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
PROFESSOR CATEDRÁTICO NA UNIVERSIDADE DE LISBOA

“
**Só poderemos fazer a transição
energética e realizar uma
formidável e imperativa mitigação
através de uma responsabilidade
partilhada pelos bens comuns.**
”

Estamos a assistir, apenas numa fracção das nossas vidas, ao processo de alteração radical do Planeta, com efeitos catastróficos que se vão repercutir ao longo de séculos, e cujas consequências são impossíveis de avaliar em toda a sua dimensão. A Pandemia da COVID-19. Que continua a semear a morte e o sofrimento pelo mundo não deve servir para nos distrair do diagnóstico que a une ao flagelo em marcha das alterações climáticas. Tanto a pandemia como a emergência climática não são causas, mas sintomas da crise global do ambiente. São consequências da brutalidade e irresponsabilidade com que continuamos a devorar a Terra, destruindo os milenares, mas frágeis equilíbrios ecológicos, de que depende a nossa continuidade histórica como civilização e, talvez, até a nossa sobrevivência como espécie. O tempo é escasso para mudar o modo como habitamos a Terra. A forma como seremos ou não capazes de substituir a desigualdade pela solidariedade, ditará a diferença entre a salvação ou o colapso.

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa) foi a primeira instituição internacional, criada em 1988 no seio das Nações Unidas, para estudar o estado geral do clima e as respostas globais à sua rápida degradação. Em Maio desse ano, no mês em que a concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera atinge o seu pico anual, o resultado indicava 364 ppmv (partes por milhão de volume). Em Dezembro de 2009, depois de três anos de intenso envolvimento, por convite da Comissão Europeia, no processo da Cimeira de Copenhaga (COP15), assisti ao rotundo fracasso dessa tentativa de acelerar o combate às alterações climáticas. No pico do CO₂ desse ano, registavam-se 390 ppmv. Em Maio passado, a concentração atingia 417 ppmv. Um aumento de 27 ppmv em apenas 11 anos.

Por outro lado, em Julho de 1969, quando a Apollo 11 permitiu a primeira caminhada humana na Lua, a população mundial rondava os 3,6 mil milhões de seres humanos. Hoje, Em 2020, somos 7,8 mil milhões. O dobro da população de 1969, com mais 600 milhões! Muita gente, num planeta onde a insegurança alimentar vai transformar-se num problema tão normal como as ondas de calor, as inundações súbitas, e a subida do nível médio do mar.

1. O fracasso da esfera política e institucional

Como foi possível ter chegado a esta encruzilhada trágica? A resposta, apesar da sua complexidade, pode ter uma expressão simples: a política tem falhado completa e irresponsavelmente. Não é por falta de investigação e de investimento das empresas no melhor aproveitamento de recursos materiais e energéticos, e na redução e valorização dos resíduos que a situação geral se agravou. Pelo contrário, existe uma abundante literatura que demonstra como em muitas empresas se deram passos importantes no sentido de fazer convergir cada vez mais a realidade com o modelo e o objectivo de uma economia circular². Contudo, o desempenho empresarial deve ser colocado na perspectiva das tendências mais gerais de insustentabilidade crescente. Alguns sucessos da microeconomia são anulados pelos fracassos na macroeconomia. A boa gestão de muitas empresas não chega para mudar o insucesso da transição energética global para maior eficiência energética e para fontes renováveis de energia, A batalha decisiva para evitar um colapso civilizacional sem precedentes.

¹ Como ponto de partida desta reflexão o autor partiu do seu seguinte texto: V. Soromenho-Marques, Viriato, "Economia: Da (In) Sustentabilidade à Urgência, Dirigir & Formar- A Revista do IEF, n.º 24, 2019, pp. 8-11.

² Paulo Rosa, C. Sassanelli and S. Terzi, "Towards Circular Business Models: A systematic literature review on classification frameworks and archetypes", *Journal of Cleaner Production*, 18 July 2019, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.117696>.

Uma teoria dinâmica do desenvolvimento sustentável deve usar com total proveito as quatro causas aristotélicas, fazendo, como é claro, uma adequada adaptação (ver Tabela 1). A dimensão político-institucional, “como causa eficiente”, deveria assumir um papel de liderança. Essa dimensão traduz-se em políticas públicas e nos seus derivados, leis, tratados internacionais, investimento público, incentivos ou penalizações fiscais, entre outros instrumentos³.

Tabela nº 1. Desenvolvimento sustentável como processo de transformação

Dimensão Político-Institucional como Causa Eficiente: princípio da mudança, factor decisivo para a transformação da realidade. Traduz o consenso e a vontade política e operacional de mudança.
Dimensão Económica como Causa Material: aquilo do qual algo surge, ou mediante o qual algo chega a ser. Traduz a mudança na reprodução quotidiana das condições de vida numa perspectiva da sua continuação e qualificação.
Dimensão Ambiental como Causa Formal: é a ideia ou o paradigma que dá forma (e condiciona) a transformação. Traduz o quadro de conhecimento complexo que deve modelar a mudança (incluindo os limites e possibilidades abertos pela aplicação da nossa representação das leis naturais).
Dimensão Social como Causa Final: o objectivo visado, o modelo de sociedade pretendida. Traduz o projecto de futuro onde as relações humanas (e dos humanos com as outras criaturas e ecossistemas) ocupam um lugar central.

Desde o fracasso da cimeira climática de Copenhaga (COP 15, Dezembro de 2009), os países ocidentais têm não só perdido iniciativa numa economia cada vez mais dominada pela Ásia, como desbarataram o capital de credibilidade necessário para liderar a transição energética. A União Europeia está há uma década mergulhada numa crise, que depois de ter sido financeira se transformou numa luta pela sobrevivência, onde as questões do ambiente e clima passaram para segundo plano, apesar de muita retórica vazia. Os EUA, que sempre estiveram relutantes na questão climática, tornaram-se, com a liderança do truculento Trump, no principal desestabilizador mundial: do ambiente ao comércio, incluindo a própria paz global.

³ V. Soromenho-Marques, “Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Verde. A Teoria e a Prática”, *Dirigir & Formar*, n.º23, Abril a Junho de 2016, pp.3-7.



ALAIN CORBEL

“
Como é que demorámos tanto tempo a reagir, e de forma tão descoordenada? Como foi possível 'o salve-se quem puder' europeu, e as oscilações na resposta de tantos países?
”

A incompetência política – bem traduzida no Acordo de Paris de 2015, que hoje até o Secretário-Geral das Nações Unidas considera insuficiente para evitar uma tragédia sem precedentes – é complementada pela cumplicidade política com os interesses egoístas, e moralmente inaceitáveis de responsáveis de empresas multinacionais ligadas ao modelo económico dos combustíveis fósseis⁴. Nos últimos anos, temos tido acesso a informação relevante que nos permite falar de factos, não de suspeitas. Podemos apontar o ano de 1982 como a data exacta em que, com o que já se sabia então no plano científico, poderíamos ter começado a combater as alterações climáticas⁵. Nesse ano, o responsável do departamento de ambiente da gigante petrolífera norte-americana Exxon, M. B. Glaser, divulgava, em circuito interno, um relatório de 40 páginas sobre o dióxido de carbono e o efeito de estufa. A leitura desse estudo leva-nos a conclusões surpreendentes: 1. A Exxon tinha, na altura, muito mais informação do que qualquer Universidade do mundo sobre o efeito de estufa, que era estudado pelos cientistas da empresa há décadas. 2. Os modelos e as respectivas projecções surpreendem pelo rigor: em 1982 antecipava-se que em 2020 a concentração de CO₂ estaria no intervalo entre as 400 e as 420 ppmv (em Maio 2020, como já referi, a concentração já atingiu 417 ppmv!). 3. Quando a Exxon, ainda nessa década de 80, muda de orientação e começa a financiar empresas de comunicação e mercenários científicos para semear a confusão e as mentiras “negacionistas”, não o fez por ignorância, mas apesar do conhecimento⁶...

⁴ Ver Declarações de António Guterres ao programa “360” da RTP3 de 18 de Julho de 2019.

⁵ Nathaniel Rich. 2018. “Losing Earth: The Decade We Almost Stopped Climate Change.” The New York Times, August 1, 2018. https://www.nytimes.com/interactive/2018/08/01/magazine/climate-change-losing-earth.html?emc=edit_th_180805&nl=todayshdlines&nid=220927.

⁶ Kyla Mandel, “Exxon predicted in 1982 exactly how high global carbon emissions would be today”, Think Progress, May 14, 2019. <https://thinkprogress.org/exxon-predicted-high-carbon-emissions-954e514b0aa9/>

2. Mitigação global: a urgência de um novo acordo global de ambiente e clima

Com a manutenção dos cenários de crescimento das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), poderemos chegar ao final do século com 3 ou 4° C de aumento médio da temperatura em relação ao período pré-industrial (1° C desse caminho já foi percorrido). Contudo, o impacto das retroacções positivas, como é o caso da libertação do carbono e do metano capturados no *permafrost* em crescente colapso, pode criar uma situação completamente fora de controlo, com uma subida rápida do nível médio do mar⁷.

O tempo escasseia. Estamos a pouco mais de uma década de atingir uma concentração de 450 ppmv, que nos fará correr riscos que as gerações futuras não nos perdoarão. O Secretário-Geral da ONU, bem como cientistas e organizações não-governamentais estão em busca de uma nova linguagem para mudar qualitativamente o combate à crise ambiental e climática. Uma linguagem que seja capaz de expressar a nossa interdependência da natureza, e dentro da natureza. Como traduzir isso no plano jurídico e diplomático? A Casa Comum da Humanidade, um projecto português que se universalizou, pretende contribuir para um novo Pacto Global do Ambiente da ONU, que passa por introduzir no direito internacional público o dever de protecção do Sistema Terra. Só poderemos fazer a transição energética e realizar uma formidável e imperativa mitigação (redução das emissões de GEE) através de uma responsabilidade partilhada pelos bens comuns e pelos ciclos fundamentais que alimentam a vida organizada e os ecossistemas complexos no nosso planeta⁸.

⁷ Will Steffen et alia. 2018. *Trajectories of the Earth System in the Anthropocene*. PNAS (Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America).

⁸ Paulo Magalhães, 2016. “Safe Operating Space for Humankind Treaty [SOS treaty]. A Proposal”. In *SOS Treaty. The Safe Operating Space Treaty. A New Approach to Managing the Use of the Earth System*, edited by Paulo Magalhães, Will Steffen, Klaus Bosselmann, Alexandra Aragão and Viriato Soromenho-Marques, 289-302. Cambridge: Cambridge Scholars: 289-302

3. Adaptação e “segurança humana”

Portugal está a sentir na carne a mudança climática. Em 1981, uma onda de calor era uma raridade. Hoje é o novo normal. Em todos os estudos, Portugal está num dos piores cantos geográficos da Europa para enfrentar o futuro. Quem julga que a hecatombe incendiária de 2017 foi um caso episódico ainda não percebeu nada. Hoje a protecção da população e a adaptação do território às alterações climáticas que já não podem ser evitadas devem constituir o fulcro de coordenação das políticas públicas nacionais, onde a mitigação não dispensa as medidas de adaptação.

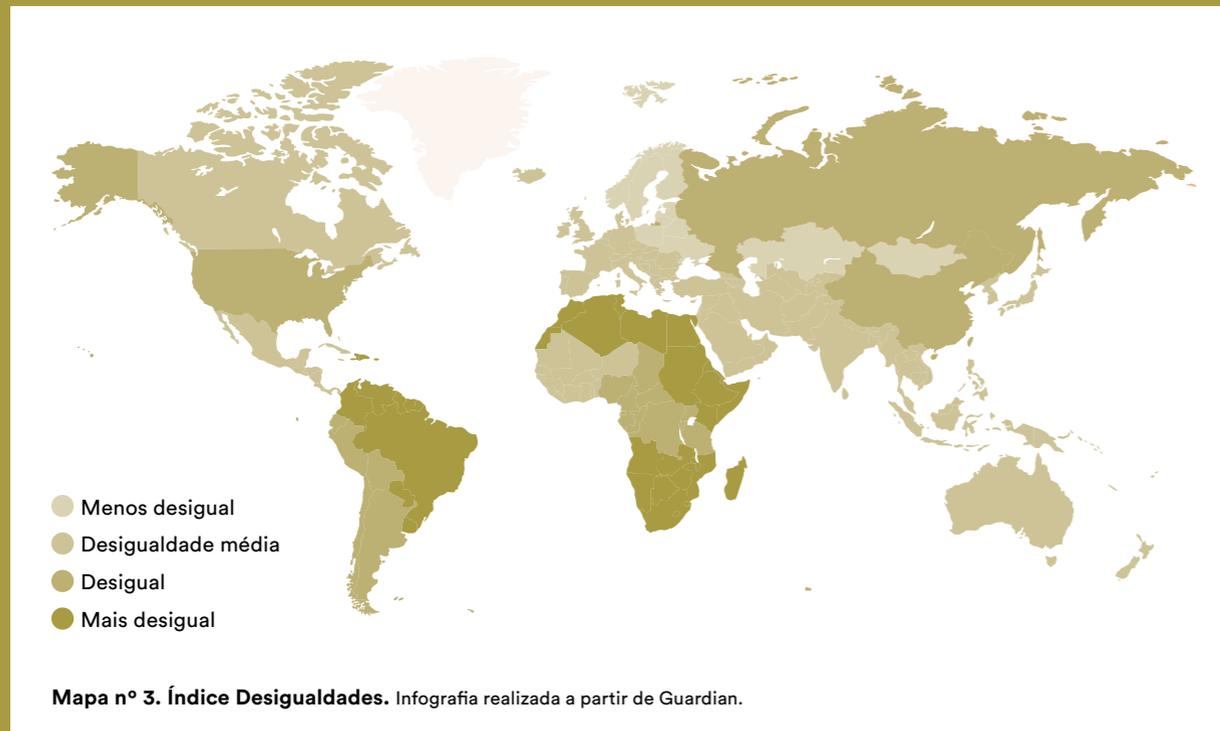
Não podemos deixar de começar por arrumar a casa, em particular através de um novo e estratégico ordenamento florestal e agrícola que seja resiliente às alterações climáticas e aumente a nossa independência alimentar no caso, muito provável, de o comércio internacional sofrer períodos de interrupção, que podem ser muito prolongados. O problema reside, como já afirmava Aldo Leopold na década de 1930, na insensibilidade do mercado ao valor ecológico das espécies da flora que não podem ser imediatamente comercializadas, mas que são fundamentais para a manutenção da saúde de um dado sistema ecológico. Esta incompreensão tem levado a abruptas políticas de especialização, tanto agrícola como florestal (sendo a escandalosa ocupação de mais de 10% do território nacional pelo eucalipto um nefasto e singular exemplo pela negativa à escala mundial), que se traduzem numa diminuição da biodiversidade, na degradação da qualidade dos solos, na depleção de recursos hídricos, entre outros efeitos colaterais indesejáveis. Esta política que falta, é a única em linha com o conceito da ONU de “segurança humana” (*human security*), proposto em 1994, e que comporta 7 categorias; segurança económica; segurança alimentar; segurança sanitária; segurança ambiental; segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política⁹.

⁹ V. Soromenho-Marques, “«Human Security» and the Reshaping of Contemporary Thinking on Peace and War”, *Security at a Crossroad. New Tools for New Challenges*, Teresa Rodrigues and André Inácio (editors), New York, Nova Science Publishers, 2019, pp. 3-19.

4. Alterações climáticas e pandemia

Ao longo das últimas décadas, a disseminação das doenças, quer as conhecidas quer as novas, tem tido raiz principal ou nas alterações climáticas (como é o caso da migração para Norte de doenças transportadas por vectores, ou as altamente prováveis pandemias do futuro, resultantes da “reanimação” de vírus e bactérias durante milhares de anos congelados e neutralizados na criosfera), ou na extinção maciça de espécies, que provoca fenómenos de zoonose, o “salto” de vírus de animais para os humanos (actualmente, 75% das novas doenças têm esta origem). A combinação das duas causas não pode ser excluída. No caso da presente pandemia de COVID-19 trata-se claramente de uma consequência da segunda causa: a destruição dos habitats e a captura ou reprodução em cativeiro de espécies em vias de extinção, comercializadas vivas, em mercados (*wet markets*) asiáticos (sobretudo na China) e africanos. A epidemia SARS (2003) teve a mesma origem. Avisos foram feitos. Por virologistas, por Bill Gates, por Obama. Mas não foram escutados. Como é que demorámos tanto tempo a reagir, e de forma tão descoordenada? Como foi possível “o salve-se quem puder” europeu, e as oscilações na resposta de tantos países, que estão a aumentar o número de vítimas e colocaram, mesmo Estados com razoáveis sistema de saúde, à beira, ou mesmo para além, da sua exaustação, como já ocorreu em Itália e Espanha? Para que a nossa resposta possa ser útil, temos de ir ao fundo da questão. A verdade é que o actual sistema económico-político não está organizado em função da defesa das sociedades – seja a sua saúde, seja a sustentabilidade do ambiente de que dependemos – mas sim, em função da manutenção em funcionamento de uma máquina económica que tudo sacrifica à demanda distópica da reprodução desmedida, potencialmente infinita, do capital¹⁰.

¹⁰ V. Soromenho-Marques, “A União Europeia nos cuidados intensivos”, *Diário de Notícias*, 21 de Março 2020, p. 29.



“ Os 20 Estados mais expostos às consequências da emergência climática são todos da faixa dos países em desenvolvimento, sendo 17 deles países africanos. ”

Foi o Papa Francisco quem melhor sintetizou a presente situação, ao afirmar que o modelo de actividade produtiva no mundo está subordinado a uma “economia que mata”. Todos os indicadores da sustentabilidade global do Sistema-Terra têm-se agravado num ritmo sem precedente, colocando até em causa alguns sucesso na melhoria da qualidade ambiental regional na maioria dos países ditos desenvolvidos. O persistente fracasso da diplomacia ambiental e climática, antecipa que Portugal se deve preparar para enfrentar os impactos da emergência climática, provavelmente contando apenas com as suas forças. Mesmo que, desejavelmente, a situação internacional se inverta num sentido positivo, Portugal deve preparar-se, desde já, para as profundas, perigosas e destrutivas consequências da mudança climática sobre a saúde pública, a biodiversidade, o litoral, o regime hidrológico e as reservas hídricas, a produtividade dos solos, o aumento de calamidades causadas pelos eventos extremos (como ocorreu no Verão de 2017), etc., só para mencionar as que aparecem como mais evidentes pela sua inevitabilidade¹¹. Com ou sem esta pandemia, a humanidade caminha para novos e terríveis impactos directos da crise ambiental e climática. A saída da catástrofe do CODIV-19 deve capacitar-nos – através de um vasto consenso nacional e se possível europeu - para estarmos prontos para as próximas crises que nos colocarão à prova nas próximas décadas e gerações.

¹¹ V. Soromenho-Marques, “*Laudato si. A Poderosa fragilidade que liberta*”, Chaves de Leitura para o Aprofundamento e Aplicação da Encíclica *Louvado Sejas* do Papa Francisco, Prior Velho, Edições Paulinas, 2015, pp. 3-9.

5. Resistência ética contra a inércia económica e a desigualdade

A ingenuidade não é permitida quando o tempo urge. A inércia do sistema económico, se não for contrariada, irá conduzir-nos ao abismo. Os Estados e as políticas estão anestesiados. Por isso, os indivíduos devem tomar a dianteira através da sua resistência ética. O primeiro exemplo que quero apresentar vem dos próprios mercados. Em 2017, face à ausência de políticas efectivas para combater as alterações climáticas, constituiu-se uma coligação, cada vez maior, de grandes investidores sob o lema **Climate Action 100+**. Neste momento já representam 323 grandes investidores que totalizam quase 32 biliões de dólares (qualquer coisa como quase duas vezes o PIB da União Europeia em 2017!).

Estes investidores podem ser grandes fortunas, mas também fundos de pensões (por exemplo, dos funcionários dos Estados da Califórnia e de Nova Iorque), fundos soberanos, fundos ligados a Igrejas, etc. Eles exigem, na sua condição de accionistas, que as grandes empresas em cujo capital participam tenham políticas efectivas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, com estratégias e metas concretas.

Um exemplo de luminosidade ética, ainda mais forte, foi dado por uma menina sueca, Greta Thunberg, que desde Agosto de 2018, quando contava apenas 15 anos, iniciou uma greve solitária às aulas todas as sextas-feiras. A sua reivindicação é de uma enorme clareza: é preciso passar das palavras aos actos no combate às alterações climáticas. Em poucos meses, o seu exemplo generalizou-se a quase todos os países europeus, com a Bélgica à cabeça, tendo sido realizadas várias acções mundiais, que prometem prosseguir. Greta Thunberg tem sido convidada para múltiplas conferências internacionais, onde tem falado sempre com veemente dignidade. Greta não pretende ser uma estrela pop, nem parece querer deixar de usar a sua enorme e crescente celebridade para servir uma causa que, como ela o repete sempre, é a causa comum do futuro de todos, que se encontra sob severíssima ameaça.

Em Portugal, na Europa e no mundo iremos assistir a um crescimento exponencial da pobreza e da desigualdade, As organizações internacionais já alertaram para situações

de ruptura nos frágeis sistemas administrativos de Estados confrontados com desafios para os quais não têm recursos. Muitos países pobres, que em quase nada contribuíram para as alterações climáticas – Moçambique, por exemplo - têm sofrido desproporcionalmente com as alterações climáticas. Aliás, os 20 Estados mais expostos às consequências da emergência climática são todos da faixa dos países em desenvolvimento, sendo 17 deles países africanos¹².

A crise pandémica vai funcionar como um catalisador no aumento do sofrimento, da desigualdade e da instabilidade social. Um desafio ético para os europeus – através das ONG e de outras associações cívicas - será não só o de vencer o egoísmo e a miopia estratégica que tem atrasado uma resposta adequada dentro de portas a estas ameaças existenciais do ambiente/clima e da desigualdade, mas também o saber construir e alargar internacionalmente uma política de apoio e solidariedade, sobretudo aos países africanos mais atingidos por esta combinação de flagelos. Aquilo que é um imperativo ético para cada um de nós como indivíduos, é também, politicamente, parte integrante do interesse nacional e europeu. Se não o compreendermos atempadamente, 2021 poderá ser o ano em que o reacendimento da crise migratória às portas da Europa se junta à mistura explosiva do desemprego e dos populismos em solo europeu. Se não estivermos à altura da tarefa de combater a desigualdade em todas as frentes, será ela a colocar em causa a paz e a democracia que tendemos, ingenuamente, a considerar como adquiridos. Na verdade, a paz e a democracia, em todo o lado e também na Europa, são plantas frágeis, que fenecem sem a água do civismo e o alimento das boas políticas públicas de justiça e igualdade.

¹² https://germanwatch.org/sites/germanwatch.org/files/2019-12/climate_risk_index_2020_world_map_1999-2018.jpg

A dependência do desenvolvimento ou o desenvolvimento dependente: notas críticas

DANIEL ROEDEL
PÓS-DOCTORANDO NO ISEG/ULISBOA

“ **Projectos endógenos de desenvolvimento têm alcance limitado e encontram obstáculos no modo como o capitalismo se organiza e se reproduz no âmbito global.** ”

Introdução

O debate sobre desenvolvimento na América Latina e no Brasil teve forte presença no século XX até os anos 1970, quando o processo de globalização de mercados começa a se impor. De início, foi caracterizado pela necessidade de se cumprir etapas para a superação do subdesenvolvimento, cujo modelo seguido foi o dos países capitalistas centrais industrializados.

Para Dos Santos essa concepção de desenvolvimento que se daria pela:

Adopção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade económica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (DOS SANTOS, 2015, p. 18).

Assim, propunha-se que os países do Terceiro Mundo¹ incorporassem o modelo económico e social dos países centrais do capitalismo como projecto de desenvolvimento, superando gradativamente o subdesenvolvimento. A acção do Estado no fomento do processo marcou a opção.

Nesse contexto, predominaram a visão da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o entendimento de que o desenvolvimento se daria pela industrialização, com a proposta de substituição de importações, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que enfatizava a necessidade de se criar uma burguesia nacional que liderasse uma revolução capitalista nacional, de modo a promover o desenvolvimento. Pelas suas ideias centrais, o grupo ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista.

Posteriormente, ao debate foram incorporados estudos que convergiam para uma constatação de que o subdesenvolvimento brasileiro e da América Latina não se constituíam de uma etapa inferior em relação aos países de capitalismo avançado e que deveria evoluir gradativamente ao padrão adoptado por esses países, mas era uma condição para essa posição

¹ Conforme o período histórico são denominados países subdesenvolvidos, países do terceiro mundo ou países emergentes, e pode incorporar um número maior ou menor de países, mas que geralmente se refere aos países em que o desenvolvimento económico e social se configura como inferior aos países centrais no capitalismo, tais como: Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Reino Unido.

que os países centrais do capitalismo possuíam. Assim, o capitalismo dos países periféricos, como o Brasil e a América Latina, cumpria um papel de dependência no sistema, papel que, no caso brasileiro, era reforçado internamente pela burguesia nacional, cujos interesses históricos se constituíram vinculados aos dos países centrais, especialmente Inglaterra, França e Estados Unidos. Esses argumentos consagraram-se como Teoria da Dependência, que teve como protagonistas os brasileiros Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos entre outros. Embora não vinculados ao grupo formulador da Teoria da Dependência, Celso Furtado e Florestan Fernandes, também a apontaram a dependência como limitação ao projecto autónomo de desenvolvimento do capitalismo no país.²

Esse confronto entre visões de desenvolvimento foi ainda alimentado pela oposição entre dois projectos distintos de organização económica e social – capitalismo e socialismo –, que influenciou fortemente as reflexões e proposições de modos de desenvolvimento durante o período de Guerra Fria.

A Dependência

Embora a industrialização, por meio da substituição de importações, tenha proporcionado crescimento económico; o aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais, representaram limites do modelo para o desenvolvimento (Tenório, 2007). O alcance restrito do projecto de desenvolvimento, como superação gradativa das condições de subdesenvolvimento e assimilação do modo de vida e dos padrões socioeconómicos dos países centrais, evidenciou os limites do capitalismo em universalizar o modelo proposto. Subdesenvolvimento e desenvolvimento são então entendidos como “resultado histórico

² Há também os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto que propõem uma dependência associada, na qual os países latino-americanos deveriam buscar uma associação com os países dominantes na ordem capitalista favorecendo a entrada de poupança externa para financiar o desenvolvimento. Mas o argumento desconsidera o papel da poupança interna no financiamento do desenvolvimento e a ação das empresas multinacionais na apropriação dos mercados dos países subdesenvolvidos em busca de maior lucratividade (Bresser-Pereira, 2010).

do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento” (Dos Santos, 2015). Ou seja, as periferias dos países de capitalismo avançado estabeleceram-se como economias capitalistas “num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos económicos e poderosas forças imperialistas” (*idem*, 2015, p. 26), que se consolidaram e condicionaram o desenvolvimento dependente do capitalismo nos demais países (Dos Santos, 1991, p. 30).

Ademais, a própria América Latina se estabelece historicamente como instrumento dessa relação subordinada às economias centrais, como produto da expansão do capitalismo nesses países. E as relações aqui estabelecidas, servis e escravistas foram, desde a origem, inseridas no projecto colonial voltado para a acumulação capitalista (Dos Santos, 2015, p. 32), aspecto que moldou também as burguesias nacionais e impôs limitação à construção de projectos nacionais de desenvolvimento. É, portanto, uma subordinação decorrente da expansão do capitalismo a partir do século XIX e produto da própria lógica de construção capitalista na periferia, cuja burguesia não se contrapôs, mas a ela se associou.

No Brasil, a relação de dependência com os países centrais do capitalismo foi reforçada também pelo financiamento dos capitais internacionais e pelo acesso a tecnologias que apoiassem o processo de industrialização e aumento da competitividade ocorrido a partir dos anos 1930. (Dos Santos, 2015, p. 75; Marini, 2000, p. 46).

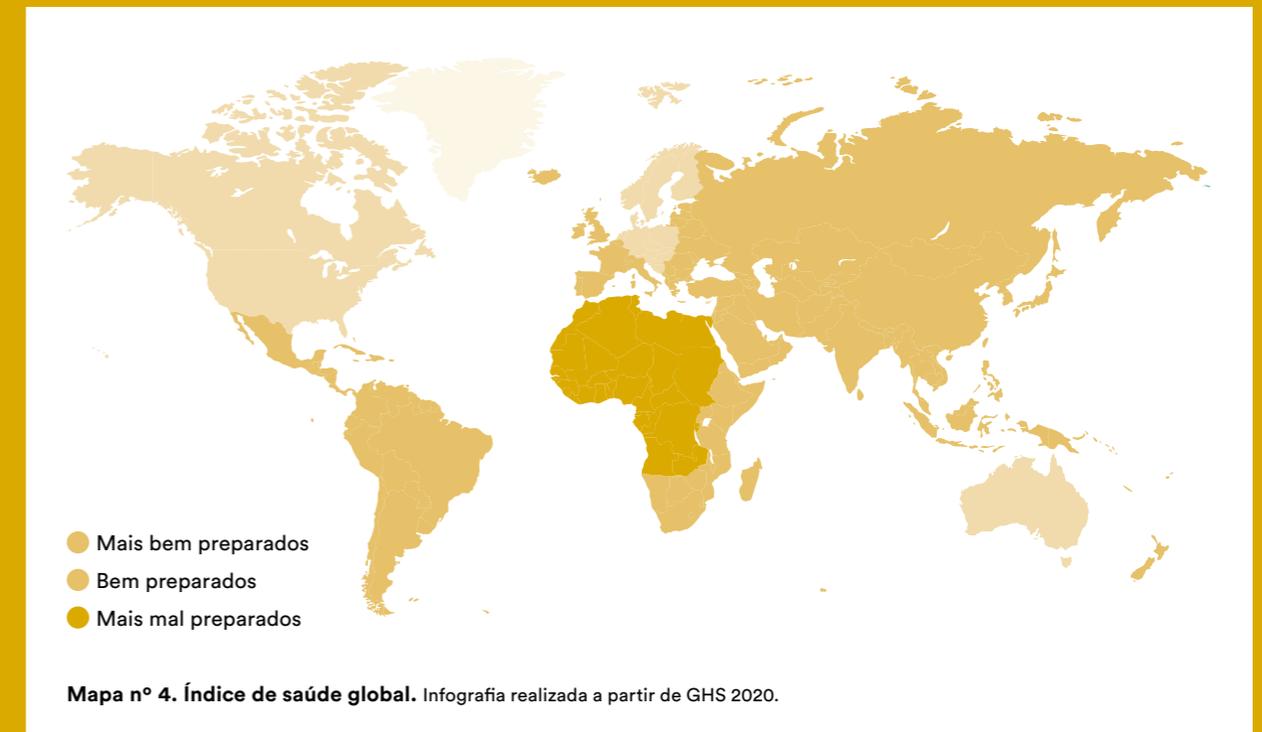
Essas considerações, que marcaram a construção da Teoria da Dependência, procuraram romper com o modo subordinado de desenvolvimento predominante, propondo-se a explicar tanto a origem da dependência dos países periféricos como as condições de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo, sendo que para os países periféricos essa relação impunha limites para projectos de desenvolvimento que se pautassem na importação do modelo capitalista hegemónico. Já para os países centrais, o subdesenvolvimento da periferia era uma condição necessária para a acumulação e o desenvolvimento de suas economias.

Assim, a trajetória histórica de dependência do capitalismo no país é alimentada e garantida por uma burguesia que não se formou por rupturas com a ordem anterior, mas a partir da herança colonial e imperial, cuja independência de classe se realiza pela dependência com relação à ordem externa. Constituiu-se, portanto, numa condição de existência e de dominação no âmbito interno (Marini, 2000; Fernandes, 2009; Dos Santos, 2015). É este

sentido que historicamente predomina na concepção de projectos de modernização a partir dessa própria ordem, que não se constituiu como projecto autónomo, mas, pelo contrário, reforçou os vínculos com o capitalismo dos países centrais e por uma burguesia, cujos interesses priorizam a preservação do sistema. E, por ser dependente do capitalismo internacional, adoptou uma posição reaccionária, mesmo em termos capitalistas. (Marini, 2000, p. 99-100). Portanto, não pode ser considerada como burguesia nacional portadora de um projecto autónomo de desenvolvimento, mas fundamentalmente subordinado. É, conforme Fernandes, uma

Organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade [que] sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida (FERNANDES, 2009, p. 21).

Esse aspecto da formação da burguesia nacional e do próprio capitalismo no país justifica o seu carácter autoritário e excludente, pois, do mesmo modo que não se formou um projecto de desenvolvimento com alguma autonomia, também não se formou um projecto de país que mesmo dentro dos marcos capitalistas reproduzisse um mercado de trabalho, de consumo e de uma democracia liberal que acompanhou os países capitalistas centrais no século XX. Ou seja, as próprias revoluções burguesas, que obtiveram êxito nos países centrais e tornaram o capitalismo hegemónico, enfrentam obstáculos para se instaurar no país, uma vez que os interesses dominantes estão associados e os papéis já definidos nessa ordem. Criam-se economias com papéis a desempenhar na ordem capitalista mundial. Aos países centrais são reservados os estágios mais avançados de desenvolvimento; aos países periféricos a produção a baixo custos e a transferência de excedentes económicos para alimentar o modelo de desenvolvimento nos países centrais. Sectores internos nos países dependentes actuam predominantemente para consolidar e reproduzir essa relação, fazendo com que a dependência seja um bom negócio para as partes (Fernandes, 2009, p. 28;34) e promovendo uma super-exploração do trabalho, na qual os trabalhadores são submetidos a condições de trabalho que provocam desgaste prematuro, cuja restauração não ocorre em condições apropriadas, ou seja, o seu valor é adicionalmente rebaixado em relação ao que produz (Luce, 2018), o que limita o atendimento de necessidades básicas de existência e de consumo.



“ A financeirização da economia mundial e o sistema da dívida pública transferem recursos dos países periféricos da ordem capitalista para os países centrais, comprometendo a capacidade de esses países criarem alternativas que viabilizem desenvolvimentos e promovam alguma justiça social. ”

O que prevalece é a configuração de um papel periférico na divisão internacional do trabalho, no qual as burguesias dos países centrais se apoiam nas burguesias locais na apropriação do excedente económico e que actuam em favor dessas economias em detrimento de projectos mais autónomos de desenvolvimento. As burguesias locais, identificadas económica e culturalmente com os interesses externos, fortalecem e legitimam essa ordem. Mudanças são operadas a partir dessa relação de dependência e não em oposição a ela (Furtado, 1984).

Esses são, portanto, aspectos de uma mesma condição: a ordem do capital que se expressa por meio de burguesias que ocupam posições que se complementam e constroem uma hegemonia burguesa, que articula e estrutura os interesses de classe tanto nos países centrais quanto nos países periféricos do capitalismo; nacional e internacional operam como partes integrantes de um mesmo projecto (Fernandes, 2009).

Outro aspecto que pode ser considerado restritivo para a internalização do desenvolvimento desses países nos moldes adoptados e preconizados pelos países de capitalismo avançado é a inviabilidade da sua universalização. A sedução do estilo de vida desses países centrais baseia-se no intenso consumo de recursos naturais. Com impactos socioambientais que são cada vez mais elevados, as restrições mantêm as assimetrias da relação desenvolvimento X subdesenvolvimento e inviabilizam a possibilidade de sua superação, conforme antecipado por Celso Furtado em 1974, quando abordou o mito do desenvolvimento económico.

Furtado entende que a acumulação capitalista liderada pelos países centrais exerce forte pressão sobre os recursos naturais, fazendo com que a idealização da extensão a todo o planeta do modo de vida que produz entre em contradição com seus limites naturais, resultando numa exclusão de grandes massas que vivem nos países periféricos e que, portanto, não podem alcançar tais padrões, a despeito da criação de expectativas quanto à sua universalização.

Essa constatação é reforçada pelas vantagens competitivas que os capitais buscam nos países periféricos, que por sua vez oferecem benefícios para a atracção de capitais que levam à precarização do trabalho, comprometendo a renda e o consumo. Além disso, a radicalização desse modelo nos anos recentes, dentro do neoliberalismo, tem levado ao desmonte das políticas nacionais de desenvolvimento nos países periféricos e

transferido a acção política para as empresas transnacionais que actuam a partir de seus interesses económicos (Furtado, 1999).

O que Furtado entende por mito, Arrighi (1997) entende por ilusão. Isto porque os países centrais no capitalismo, durante o século XX, mantiveram-se praticamente os mesmos, a despeito de movimentos conjunturais de expansão da industrialização para os países semiperiféricos e periféricos. Alterações temporárias no padrão de desenvolvimento representaram muito mais o resultado de acções dos países centrais, tanto em termos de economia quanto decorrentes de interesses geopolíticos. E a industrialização alcançada na semiperiferia e na periferia não tornou a economia dos países centrais mais frágeis em termos de poder global.

A desigualdade entre países ricos e pobres decorre, portanto, da transferência de riquezas obtidas pela intensa exploração da força de trabalho e de recursos naturais em favor dos países dominantes, acentuando o subdesenvolvimento pela perda do potencial produtivo, tanto ecológico quanto cultural, dos países explorados e gerando passivos ambientais para as regiões exploradas. A dependência tecnológica e a importação forçada de modelos de desenvolvimento compatíveis com a racionalidade económica dos países centrais contribuem para que se mantenha essa relação (Leff, 2009).

Contudo, apesar de esses padrões de desenvolvimento não se universalizarem, a relação não se rompe e se torna viciosa, uma vez que as alternativas apresentadas tendem a reforçar a relação de dependência, condição acentuada pelo modo como se estabelece a globalização.

Dívida pública e dependência

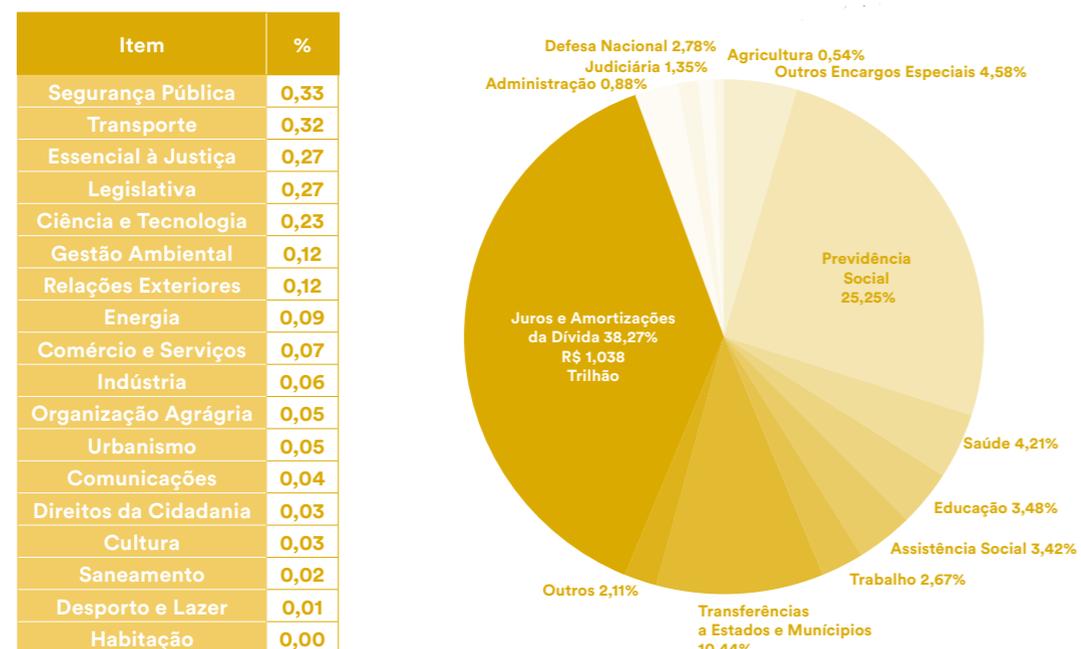
As questões abordadas no âmbito do pensamento de Dos Santos, Marini, Furtado e Fernandes, embora tenham sido marcantes no debate político e económico nos anos 1960 e 1970, permanecem actuais e, até mesmo, intensificadas na presente relação de mercados globalizados, não se restringindo ao capitalismo industrial. A financeirização da economia mundial e o sistema da dívida pública transferem recursos dos países periféricos da ordem capitalista para os países centrais, comprometendo a capacidade de

esses países criarem alternativas que viabilizem desenvolvimentos e promovam alguma justiça social. A esse respeito, Mazzucato (2018) destaca que:

Desde a década de 70, a desigualdade crescente de riqueza e rendimento moldou profundamente o modo como a finança se desenvolveu. O crescimento do sector financeiro alimentou também o crescimento da desigualdade, sobretudo juntando-se à influência e poder de lobby de financeiros que têm tendência para preferir a redução de impostos e despesas sociais, e promovendo a volatilidade do mercado financeiro que faz aumentar as fortunas daqueles que invariavelmente compram barato e vendem caro (p. 181).

No caso do Brasil, anualmente são comprometidos cerca de 40% do orçamento federal para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O quadro a seguir, de 2019, exemplifica esse comprometimento³:

Gráfico 1. Orçamento Federal brasileiro executado em 2019. Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida



³ Disponível em www.auditoriacidada.org.br, acessada em 20/05/2020.

A austeridade e a predominância da financeirização, transferem os resultados do trabalho para o capital e o mercado assume funções sociais do Estado (Louçã, 2013). Assim, transfere-se o poder do Estado para os detentores dos títulos da dívida, o que faz com que a política pública predominante seja o pagamento da dívida, subordinando as demais políticas e privilegiando os credores em detrimento dos cidadãos. É a dívida pública como um grande negócio (Benakouche, 2018), não somente no Brasil, mas nos demais países periféricos no capitalismo actual, conduzido pelas finanças. É um modelo em que o valor do capital fictício supera várias vezes o valor produzido pela economia real. Assim, se o investimento privado nas dívidas públicas proporcionarem um maior retorno aos capitais do que a produção essa será a valorização priorizada. Ou seja, uma valorização monetária, descolada da produção de valor (Harvey, 2018).

Como modo de garantir a prioridade para os compromissos financeiros, políticas de austeridade são impostas por agências internacionais de financiamento (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), que criam restrições à acção social de governos, em favor dos beneficiários da financeirização económica, cujos objectivos vão além das transferências imediatas de recursos e cumprem o papel de criar e renovar uma relação de dependência dos países devedores com os credores privados. É, portanto, uma situação em que a dívida se destina a “regular o comportamento do devedor” (Zizek & Hortvat, 2015, p. 145-146).

O enfraquecimento das estruturas de poder nacionais e sua subsunção aos mercados financeiros globais enfraquece também a condição de se criar políticas sociais, essenciais principalmente em períodos de agudização das crises dos mercados, tais como nos anos recentes, bem como criar mecanismos adequados de regulação dos mercados financeiros em favor da sociedade. Assim, as políticas sociais são transferidas para a acção filantrópica de indivíduos e instituições sociais ou para a acção de responsabilidade social empresarial.

Considerações finais

A ideia hegemónica de desenvolvimento está associada directamente à expansão do capitalismo e não à superação de etapas de precariedade material, predominante nos países periféricos para outras de abundância, predominante nos países centrais do capitalismo (Bonente, 2016). Os países centrais estabeleceram as regras desse modelo, tanto na fase industrial, como na etapa actual de financeirização. Projectos endógenos de desenvolvimento têm alcance limitado e encontram obstáculos no modo como o capitalismo se organiza e se reproduz no âmbito global.

À medida que a acumulação no capitalismo se desloca da criação de valor na produção para a sua circulação, na qual o dinheiro se torna mercadoria em contínua multiplicação, dentro do que Harvey (2018) denomina de loucura da razão económica, processos de desenvolvimento baseados na criação de valor na produção tendem a se subordinar à velocidade e intensidade da reprodução obtida pela mercadoria dinheiro. E isto faz com que o curto prazo da acumulação imponha limites ao próprio desenvolvimento, intensificando crises económicas e sociais que já não se concentram nos países periféricos do capitalismo, mas atingem também os países centrais acentuando a exclusão social. A recente crise mundial e seus desdobramentos em países europeus são evidências da expansão das adversidades inerentes ao sistema. Cabe, assim, o alerta de Boaventura Sousa Santos (2018), sobre o risco de retrocesso europeu do desenvolvimento para o subdesenvolvimento.

Concluindo, por serem argumentos que possuem uma base ideológica, as recomendações hegemónicas para o desenvolvimento naturalizam a sua constituição e ocultam as contradições inerentes. Assim, mantêm e reforçam a dependência e a assimetria de poder em detrimento de proposições que de facto contribuam para a superação de crises e para a melhoria das condições de vida das populações dos países periféricos.



ACEP

Aos países centrais são reservados os estágios mais avançados de desenvolvimento; aos países periféricos a produção a baixo custos e a transferência de excedentes económicos para alimentar o modelo de desenvolvimento nos países centrais.

Referências

- Arrighi, Giovanni. 1997. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bonente, Bianca Imbiriba. 2016. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: Eduff.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2010. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez.
- Dos Santos, Theotônio. 2015. *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular.
- Fernandes, Florestan. 2009. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global.
- Furtado, Celso. 1999. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1984. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra coleção Leitura 3ª edição.
- Harvey, David. 2018. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Leff, Enrique. 2009. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Louçã, Francisco. 2013. *A sustentabilidade do Estado Social: mitos, mentiras e outras questões*. Coimbra: Revista Estudos do Século XX nº 13.
- Luce, Mathias Seibel. 2018. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma abordagem histórica, 1ª edição*. São Paulo, Expressão Popular.
- Marini, Ruy M. 2000. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis-RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.
- Mazzucato, Mariana. 2019. *O valor de tudo: fazer e tirar na economia global. 1ª ed.* Lisboa: Temas e debates.
- Sousa Santos, Boaventura. 2018. *Populismo, democracia e insurgência*. In: Honório, Cecília (org.). *O espectro dos populismos. 1ª edição*. Lisboa: Tinta da China.
- Tenório, Fernando G. (org). 2007. *Cidadania e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed Unijuí.
- Zizek, Slavoj; Horvat, Srečko. 2015. *O que quer a Europa?* Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Desigualdades, risco e precariedade: o trabalho das mulheres no Brasil e o contexto da pandemia de COVID-19

LUANA PINHEIRO

INVESTIGADORA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, BRASIL

“
A pandemia foi capaz de revelar, de forma cruel, as nossas entranhas, exibindo ao mundo as nossas desigualdades e a nossa incapacidade de, em pleno século XXI, ser capaz de as transformar.”

A inserção feminina no mercado de trabalho no Brasil foi, historicamente, marcada por profundas desigualdades não apenas entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres. É facto que a existência e a persistência histórica de valores patriarcais e de normas tradicionais de género mantiveram boa parte das mulheres distante do mercado de trabalho até a década de 1970. No entanto, a existência de práticas e valores racistas – inicialmente abertos nos contextos de escravidão e paulatinamente escamoteados até chegarmos à construção do mito da democracia racial – e também classistas/elitistas lançaram muito mais cedo ao mundo do trabalho um conjunto significativo de mulheres, particularmente negras e pobres. Para estas mulheres, a busca por renda não era uma opção (ou uma revolução de género), mas uma necessidade imposta pelas suas condições de vida e pelas suas identidades sociais, que as relegavam a espaços muito específicos e desprestigiados da sociedade.

Existem elementos, contudo, que marcam, de forma geral, a vida das mulheres no mundo do trabalho. Um primeiro deles é a inserção feminina mais precária no mercado de trabalho quando comparada à masculina. Os indicadores tradicionalmente utilizados para acompanhar o comportamento da dita “esfera da produção” são invariável e permanentemente piores para as mulheres em comparação aos homens. E, claro, são invariável e permanentemente piores para mulheres negras do que para brancas, por exemplo (Ipea, 2020).

Um segundo elemento que marca a vida das mulheres no mundo do trabalho diz respeito à quase exclusiva responsabilização feminina pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, realizado diariamente como forma de garantir a reprodução da força de trabalho e da sociedade de forma mais ampla. Os poucos dados disponíveis sobre esta questão no Brasil apontam que as mulheres não apenas se envolvem mais com o trabalho reprodutivo, como alocam o dobro de horas que os homens nestas actividades e se dedicam a um tipo de trabalho mais específico, indicando haver, mesmo no campo do trabalho reprodutivo, uma divisão sexual das tarefas. Neste contexto, as mulheres acabam sendo responsáveis por aquelas actividades que poderiam ser identificadas como rotineiras e menos discricionárias, com menor controle do tempo, tais como lavar roupas e vasilhas, passar roupas, limpar a casa, cuidar dos filhos, cozinhar. Já aos homens caberiam as actividades mais ocasionais e flexíveis, como, por exemplo, a realização de

pequenos reparos nas residências, os cuidados com o jardim e os carros ou o pagamento de contas (Pinheiro, 2018).

A desigual distribuição do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres e a existência de uma desigualdade estrutural no mercado de trabalho indicam que, mesmo em pleno século XXI, permanecem válidos os princípios de uma divisão sexual do trabalho baseada em normas e valores tradicionais de género. É importante destacar que a divisão sexual do trabalho é plástica e flexível, adaptando-se e manifestando-se de formas distintas em diferentes contextos sociais ou momentos históricos. No entanto, será sempre possível encontrar – em maior ou menor grau – separação e hierarquização das tarefas desempenhadas por homens e mulheres. Como dizem Hirata & Kergoat (2007, p.597): “sempre que se tenta fazer um balanço da divisão sexual do trabalho em nossas sociedades, se chega à mesma constatação: nessa matéria, tudo muda, mas nada muda”. As relações estabelecidas entre homens e mulheres no âmbito da divisão sexual do trabalho, portanto, parecem ser caracterizadas pela permanência, podendo-se verificar mais deslocamentos da fronteira entre o masculino e o feminino do que de facto a supressão dessa diferenciação (Pinheiro, 2018).

As desigualdades estruturais que marcam a vida das mulheres no mundo do trabalho são potencializadas em contextos extremos, como o que estamos a viver desde que a pandemia da COVID-19 se instaurou ao redor de todo o mundo. Este texto procura conferir alguma luz também a este momento e aos seus impactos sobre a vida das mulheres e às desigualdades de género, em particular no que diz respeito às suas vivências e experiências no mundo do trabalho. Para tanto, além desta introdução, esse texto está organizado em mais duas secções: a primeira que apresenta as condições estruturais do trabalho das mulheres no Brasil, tanto no que se refere ao trabalho pago, quanto ao não pago, e segunda, que mostra como a pandemia da COVID-19 afectou as condições de trabalho das mulheres e as desigualdades de género no Brasil.

1. Desigualdades de género estruturais no mundo do trabalho brasileiro

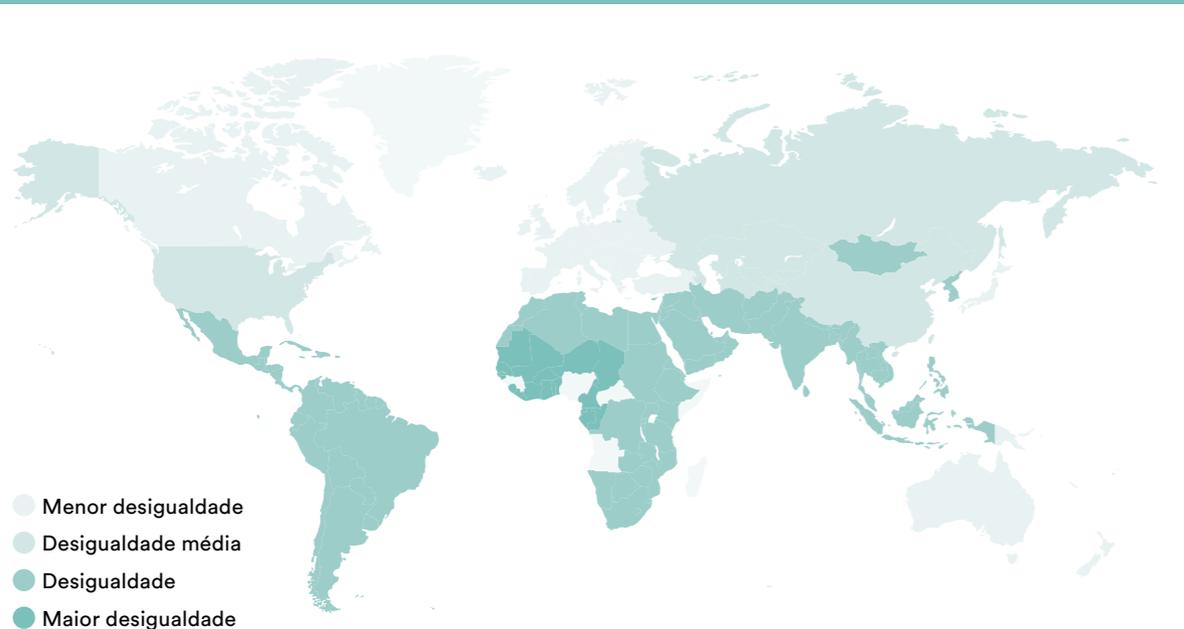
Existe, no Brasil, uma vasta literatura que trata das condições históricas de maior precariedade e vulnerabilidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho. De modo geral, o que este conjunto de pesquisas aponta é para a permanência de desigualdades de género nesta esfera, ainda que ao longo da década de 2000, estas diferenças se tenham reduzido de forma importante. O facto de serem estruturais, contudo, faz com que elementos conjunturais não sejam capazes de alterar as condições de inserção feminina no mercado de forma definitiva e, assim, conjunturas desfavoráveis podem reavivar e reforçar as desigualdades estruturais, tal como se pode ver na pandemia da COVID-19.

De maneira geral, no que se refere ao mercado de trabalho, as desigualdades de género são ainda muito significativas. A tabela 1 apresenta um resumo dos principais indicadores de trabalho para homens e mulheres dos anos de 1995 e a 2018, de forma a que seja possível perceber como, apesar de uma melhora na participação feminina neste espaço, ainda persistem importantes desigualdades de género e de raça.

Tabela nº 1. Indicadores selecionados para o mundo do trabalho, segundo sexo e raça/cor. Brasil, 1995, 2001 e 2018

	Taxa de participação		Taxa de desemprego		% em ocupações precárias*		Rendimento médio		Jornada semanal em trabalho doméstico e de cuidados não remunerado	
	1995	2018	1995	2018	1995	2018	1995**	2018	1995***	2018
Mulheres	54,3	53,7	7,0	14,1	46,9	26,5	1057,1	1.800	29,0	21,7
Branças	53,8	54,6	6,4	11,5	41,5	20,9	1347,9	2.276	28,8	21,2
Negras	55,1	53,0	7,9	16,3	54,4	31,4	660,4	1.378	29,3	22,1
Homens	85,2	73,9	5,0	10,9	26,8	16,7	1996,5	2.403	11,0	11,0
Branços	84,3	74,2	4,6	8,3	21,5	13,4	2620,1	3.221	10,7	11,0
Negros	86,2	73,6	5,4	12,8	33,5	19,4	1218,9	1.743	11,2	11,0

Fonte: PNAD e Pnad contínua/IBGE . Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea
 * sem carteira + trabalhador doméstico + trabalhador familiar auxiliar
 ** Deflacionado pelo INPC anual médio para 2018
 *** o IBGE só começou a coletar esta informação em 2001



Mapa nº 5. Índice de desigualdade de género a nível mundial. Infografia realizada a partir de Views of the world 2019.

A desigual distribuição do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres e a existência de uma desigualdade estrutural no mercado de trabalho indicam que, mesmo em pleno século XXI, permanecem válidos os princípios de uma divisão sexual do trabalho baseada em normas e valores tradicionais de género.

“ ”

Um primeiro indicador importante a ser analisado refere-se à taxa de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Desde os anos 1970 tornou-se comum falar de um fenómeno que ficou conhecido como “feminização do mercado de trabalho”. De facto, houve, a partir deste período histórico, uma entrada significativa no mercado de trabalho de grupos de mulheres que até ali estavam ausentes. Se em 1970, apenas 18,5% das mulheres brasileiras participavam do mercado de trabalho (Pinheiro et. al., 2016), 25 anos depois este valor já alcançava mais de metade da população feminina em idade activa. É importante notar, contudo, que de 1995 a 2018, ou seja, em um período de mais de 20 anos, a taxa de participação feminina manteve-se praticamente a mesma, fenómeno que algumas pesquisadoras têm começado a chamar de um novo “tecto de vidro” na experiência feminina no mercado, que se soma ao já conhecido “tecto de vidro” relacionado com a pouca presença de mulheres em cargos de poder e direcção.

Dentre os principais elementos levantados para explicar as maiores dificuldades das mulheres para participarem no mercado de trabalho estão, obviamente, aqueles relacionados à desigual distribuição de género do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, bem como a ausência do compartilhamento deste trabalho com Estado (via oferta de serviços, como creches, por exemplo) e com o mercado (ver, por exemplo, Costa, 2007).

Os dados da tabela 1 permitem, neste sentido, perceber como as mulheres ainda carregam a responsabilidade primária pelo trabalho de reprodução social, realizado de forma não remunerada no espaço domiciliar. Em 2018, as mulheres ainda realizavam o dobro das horas de trabalho reprodutivo que os homens (21,7 contra 11,0), sendo muito interessante notar que no período de 18 anos para os quais o IBGE colecta estas informações, os homens permaneceram realizando exactamente as mesmas 11 horas de trabalho reprodutivo, enquanto as mulheres reduziram suas jornadas em cerca de 7 horas semanais.

Este fenómeno – chamado de convergência de género por Gershuny (2003) – vem-se a verificar em todo o mundo, sendo, contudo, diferente na sua composição e magnitude. Embora em boa parte dos países a convergência se dê por uma redução nas jornadas femininas e uma ampliação nas jornadas masculinas em trabalho reprodutivo, no Brasil essa convergência é resultado de um movimento que se verifica apenas em função

do comportamento feminino. As mulheres adaptaram-se à sua maior presença no mercado de trabalho, mas os homens brasileiros seguem o mesmo padrão de comportamento no espaço privado. Não existem, portanto, pelo menos no caso das jornadas, evidências que permitam falar numa redistribuição do trabalho reprodutivo entre os sexos.

Importante destacar que a persistência de um padrão de desigualdade de género nas jornadas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado não é exclusividade de países como o Brasil. De facto, mesmo nos países escandinavos, tão conhecidos pelas suas políticas em prol da igualdade de género e pela cultura mais igualitária neste campo, ainda persistem desigualdades relevantes. Na Suécia, por exemplo, entre as décadas de 1970 e 2000, as mulheres reduziram significativamente as suas jornadas reprodutivas, enquanto os homens, apesar de ampliarem as suas jornadas, o fizeram em velocidade muito inferior, e, em 2000, as mulheres suecas ainda eram responsáveis por mais de 70% do total de trabalho reprodutivo (Evertson e Nerme, 2004). Neste caso particular, é importante considerar a forma como as políticas de bem-estar são desenhadas e impactam, de forma diferenciada, homens e mulheres. Em boa medida, as iniciativas públicas tendem a aliviar o peso do trabalho das mulheres, mas pouco se direccionam para estimular o comportamento dos homens de forma a torná-los corresponsáveis pelo trabalho doméstico (Hook, 2010).

A responsabilidade feminina pelo trabalho reprodutivo e a persistência de valores tradicionais de género que mantêm as mulheres como responsáveis por este trabalho, impacta, portanto, em todos os aspectos da inserção e participação feminina no mercado de trabalho. Para além de reduzir as suas possibilidades de participar do mercado de trabalho, a divisão de género desigual do trabalho reprodutivo, impacta a forma como as mulheres conseguem ocupar espaços no mercado de trabalho, as suas possibilidades de construção de carreiras e a própria “escolha” das carreiras que irão seguir. Assim, ainda que consigam colocar-se à disposição do mercado de trabalho, a ocupação de postos de trabalho é mais difícil para as mulheres do que para os homens e para os negros do que para os brancos. Temos, assim, na intersecção destes dois marcadores sociais, uma situação que, em 2018, apontava para taxas de desemprego da ordem de 8% entre homens brancos e de 16% entre mulheres negras. Em 2018, em função da grave crise económica brasileira, não apenas o desemprego se encontrava em patamares bastante

elevados – muito superiores aos verificados em 1995 – como as desigualdades de género e raça seguiam em patamares muito significativos. Se em 1995, as mulheres tinham taxa de desemprego 40% maior que a dos homens, mais de duas décadas depois, ela ainda era 30% superior à masculina. As desigualdades inclusive aumentaram nesse período quando se consideram as mulheres negras em comparação aos homens brancos, os dois pólos nessa relação no mercado de trabalho. Em 1995, a taxa de desemprego das negras era 71% superior à dos brancos, valor que sobe para 96%, em 2018.

Este é apenas um indicador que evidencia a importância de que as mulheres sejam consideradas não como um grupo homogêneo, com experiências semelhantes no mercado de trabalho, mas como um universo de diferentes mulheres, que vivenciam este espaço social a partir de condições muito distintas, sejam elas negras ou brancas, do sudeste ou nordeste, com ou sem alguma deficiência, entre outros marcadores sociais importantes. O que os indicadores sociais mostram de forma geral (Ipea, 2020) – e não apenas para o mundo do trabalho – é que as mulheres negras tendem a localizar-se na base da pirâmide social brasileira, ao passo que homens brancos se mantêm sempre no topo dessa hierarquia, evidenciando uma condição estrutural de desigualdade.

O mercado de trabalho brasileiro também é marcado por elevados níveis de precariedade e desprotecção social. Tal condição, porém, é superior para mulheres e para negros. Considerando como ocupações precárias apenas as categorias de “empregados/as sem carteira de trabalho assinada”, “trabalhadoras/es domésticas/os” e “trabalhadores auxiliares” (que, em geral, são trabalhadores / as que actuam em suporte a algum membro familiar sem remuneração), tem-se, em 2018, que pouco mais de ¼ das mulheres ocupadas estava em alguma destas actividades, valor que era dez pontos percentuais menor para os homens. Entre as mulheres brancas, essa proporção era de 21%, valor que, na mesma direcção, era dez pontos inferior ao das mulheres negras. Ou seja, quase 1/3 de todas as mulheres negras ocupadas no mercado trabalham em condições de desprotecção social, vulnerabilidade e maior exploração. Interessante pontuar que, ao mesmo tempo em que grande parte da população feminina ocupada se encontra em postos precários de trabalho, ao longo dos anos, cada vez mais mulheres conseguiram ascender a profissões de maior valor e prestígio social e económico, o que poderia ser chamado de bipolaridade das ocupações femininas.

Dentre as ocupações precárias cabe destacar, aqui, o trabalho doméstico remunerado. Esta é uma ocupação que ainda emprega quase 6 milhões de mulheres, o que equivale a 14,6% das mulheres ocupadas, sendo 10% entre as brancas e 18,6% entre as negras (Pinheiro et. al., 2019). O trabalho doméstico e de cuidados remunerado ancora-se num tripé de desigualdades – género, raça e classe – e mantém-se historicamente como um nicho feminino e negro, de mulheres oriundas de camadas de mais baixa renda, que trabalham sem protecção social (menos de 30% possuem carteira de trabalho assinada), com altos índices de exploração e abusos, incluindo sexuais (Mori et. al, 2011).

O trabalho doméstico remunerado é uma das expressões de uma categoria mais ampla de trabalho, à qual podemos chamar de trabalho de cuidados. Paradoxalmente, além de ser um limitador da presença feminina no mercado de trabalho, os cuidados também são a principal porta de entrada das mulheres nesta esfera. A permanência de concepções tradicionais de género, que ainda associam às mulheres – como inatas – as habilidades de cuidar, de comunicar, de acolher (ao mesmo tempo que as desassocia dos homens), faz com que no mercado de trabalho sejam ocupações relacionadas aos cuidados aquelas que estejam mais abertas à presença feminina. Podemos falar aqui em corredores de vidro que limitam a experiência das mulheres na esfera pública e as “confinam” a determinados espaços.

No caso brasileiro, 76% das mulheres ocupadas – e apenas 24% dos homens – trabalham no que poderíamos chamar de sector de cuidados¹. Tal sector engloba tanto as actividades que demandam um contato face a face entre quem oferece e quem recebe o cuidado e que se relacionam à recomposição do bem-estar ou ao desenvolvimento de capacidades físicas, sociais ou emocionais (como trabalhadores que realizam atendimento na área de saúde, educação ou assistência social), quanto também actividades que não necessariamente demandam uma relação interpessoal e que não desenvolvem capacidades, mas que fazem parte do trabalho de reprodução social, a exemplo dos trabalhadores/as que cuidam da limpeza das casas e das áreas comuns, cozinheiros/as, zeladores/as, lavadeiras, passadeiras, etc.

¹ Utilizou-se como parâmetro para definição do sector de cuidados os trabalhos de Mignon Duffy, em especial o artigo DUFFY, Mignon. Reproducing Labor Inequalities: Challenges for Feminists Conceptualizing Care at the Intersections of Gender, Race, and Class. *Gender and Society*, v.19, n.1, 2005, pp. 66-82. As estimativas produzidas para o Brasil foram produzidas a partir da PNAD continua/IBGE para o ano de 2018.

O trabalho de cuidados – também chamado de *care* – é um trabalho de múltiplas dimensões, indo além de um simples fazer. É um trabalho não apenas material, mas também relacional e emocional, envolvendo dinâmicas diversas, interações, sentimentos como amor, carinho, raiva, frustração, cansaço (Molinier et. al, 2009). Estes são elementos importantes a ter em conta, especialmente quando se trata do caso da pandemia de COVID-19, quando não apenas a exigência de trabalho se amplia em termos físicos, mas também em termos emocionais, por conta de todas as incertezas, inseguranças, perdas e medos que envolvem o momento, tal como se verá na próxima secção.

2. A pandemia de COVID-19 e os impactos sobre o trabalho das mulheres

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi oficialmente a 25 de Fevereiro, na cidade de São Paulo, e a primeira morte deu-se algumas semanas depois, a 17 de Março, na mesma cidade. Desde então, o Brasil teve um crescimento exponencial no número de casos e mortes, tendo alcançando, em meados de Junho, às impressionantes marcas de mais de 2 milhões de casos confirmados e quase 80 mil mortes (média de pouco mais de mil por dia nos últimos 30 dias).

Os impactos da doença sobre homens e mulheres são inúmeros e envolvem não apenas aqueles relacionados ao adoecimento e morte consequente, mas também se expandem para a organização da sociedade, do sistema de saúde, do sistema educacional e a sua organização, do emprego, do acesso a renda, do trabalho de cuidados remunerado e não remunerado, da violência, entre muitos outros aspectos². Muitas abordagens poderiam ser adoptadas para uma discussão que envolva impactos sobre as mulheres. Neste texto, porém, optou-se por elencar alguns pontos importantes relacionados ao trabalho das mulheres, seja ele remunerado ou não.

² Para o caso brasileiro, sugere-se acessar o hot site www.ipea.gov.br/coronavirus, que traz importantes análises sobre os diferentes impactos da pandemia de Covid-19, incluindo estudos sobre os impactos da pandemia sobre a violência contra as mulheres e sobre o trabalho doméstico remunerado.



DÁRIO PEQUENO PARAÍSO

“ Tanto homens, quanto mulheres têm vivenciado um aumento na sua carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, mas, como já se poderia esperar, este aumento foi maior para elas do que para eles. ”

Um dos impactos mais imediata e directamente sentidos pelas mulheres neste contexto refere-se ao facto de que elas são maioria nas actividades de cuidados – remunerados ou não – e/ou actividades que foram consideradas essenciais e, portanto, são a maior parte dos trabalhadores que estão na linha de frente do enfrentamento da pandemia. Elas são, por exemplo, 74% dos profissionais de saúde no atendimento directo aos pacientes (médicos, enfermeiras, técnicas e assistentes de enfermagem, fisioterapeutas, entre outros), 93% das trabalhadoras domésticas e de cuidados remunerados, 79% dos trabalhadores na assistência social, 54% dos trabalhadores de mercados ou quaisquer actividades relacionadas à alimentação, 63% dos trabalhadores essenciais de limpeza, entre outros. São as mulheres, portanto, as trabalhadoras mais expostas ao contágio e aos impactos físicos e emocionais que o trabalho nas condições em que tem sido realizado no Brasil acarreta. Em muitos estados, as UTIs estão superlotadas, faltam medicamentos, equipamentos de protecção individual, respiradores e muitos médicos/as, por exemplo, acabam tendo que realizar escolhas sobre quem pode ter acesso a um respirador e, portanto, a uma chance de sobreviver à doença (Suarez, 2020). São condições de muita exigência física e de grande stresse mental e emocional para esse conjunto de trabalhadoras.

As mulheres são também as maiores responsáveis pelo cuidado ofertado de forma não remunerada no espaço domiciliar, como demonstrado na secção anterior. No contexto da pandemia, esta sobrecarga aprofunda-se por uma série de motivos dentre os quais, cabe destacar: 1) o facto de que para garantir o isolamento social, as escolas, creches e actividades de contra-turno foram fechadas e muitas trabalhadoras domésticas e/ou cuidadoras acabaram por ser dispensadas pelos seus empregadores; 2) os arranjos informais de cuidado das crianças também sofreram forte impacto, uma vez que não se recomenda que crianças, por exemplo, fiquem com os seus avós, por serem, estes, grupo de maior risco para a infecção provocada pela COVID-19; 3) a sobrecarga sobre os sistemas de saúde, aliada ao medo das pessoas se contaminarem nas emergências, faz com que muitos doentes (de COVID-19 ou de outras enfermidades) acabem por ficar nas suas casas e vários procedimentos que antes seriam realizados em instituições de saúde sejam tratados no âmbito domiciliar; e 4) o fechamento de boa parte do comércio reduziu a possibilidade de partilha do trabalho reprodutivo com o mercado, por meio das lavan-

darias ou restaurantes, por exemplo. Restaram, então, às mulheres o cuidado ainda mais extenso de crianças, idosos e doentes, que passaram a permanecer mais tempo em casa, com menos suporte externo. Há, portanto, maior demanda por cuidados num momento em que a oferta destes cuidados – formal ou informal – se reduziu, devido às medidas de prevenção da COVID-19 (Staab, 2020). O Brasil ainda não possui dados que permitam medir a intensidade deste aumento do trabalho reprodutivo, mas a ONU Mulheres tem conduzido estudos rápidos em alguns países que mostram que tanto homens, quanto mulheres têm vivenciado um aumento na sua carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, mas, como já se poderia esperar, este aumento foi maior para elas do que para eles (UN Women, 2020).

Como já mencionado, uma das primeiras estratégias para o combate à pandemia da COVID-19, uma vez que ainda não foram identificados remédios efectivos para debelar o vírus ou vacinas, é o distanciamento social. Adoptado em maior ou menor nível em diferentes cidades do Brasil, o distanciamento pressupõe que todos os serviços não essenciais durante o período da pandemia devem ser suspensos ou realizados de forma remota. Neste contexto, muitos trabalhadores e trabalhadoras – em especial os informais – tiveram, de repente, os seus empregos e rendas comprometidos, com aumentos nas taxas de desemprego, especialmente em actividades consideradas não essenciais no período da pandemia. Como as mulheres se encontram estruturalmente inseridas no mercado de trabalho em ocupações mais precárias e informais, bem como em ocupações tradicionalmente associadas ao feminino, a capacidade das mulheres de garantir seus meios de subsistência é altamente afectada pela pandemia. A experiência demonstrou que as quarentenas reduzem consideravelmente as actividades económicas e de subsistência e afectam sectores altamente geradores de empregos para as mulheres, como comércio ou turismo (ONU Mulheres, 2020, p.1)

Um exemplo dessa situação, muito relevante para as mulheres brasileiras, diz respeito às condições das trabalhadoras domésticas³, em que a informalidade responde por 70%. Ou seja, 7 de cada 10 trabalhadoras domésticas não têm acesso ao seguro-desemprego, caso sejam demitidas no contexto da pandemia ou ao auxílio-doença, caso sejam infectadas pelo vírus. Por não terem contratos de trabalho formalizados, a dispensa

³ Para uma análise detalhada sobre os impactos da Covid-19 sobre as trabalhadoras domésticas, ver Pinheiro et. al, 2020.

pode ser rápida e sem qualquer tipo de protecção social para estas mulheres, o que é ainda mais comum para o caso das diaristas, que são trabalhadoras que actuam menos de 3 vezes por semana na casa dos empregadores e para as quais a legislação não garante vínculo trabalhista. Além de estarem fortemente expostas ao vírus, uma vez que trabalham no espaço doméstico e em permanente contacto com outros corpos e seus pertences, a vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas frente à pandemia também se concretiza com a perda de renda e da ocupação. Assim como essas trabalhadoras, milhares de outras mulheres ocupadas no comércio, no sector de beleza, em pequenos empreendimentos de alimentação, perderam os seus empregos e os seus rendimentos com o processo de isolamento social.

Mesmo para aquelas trabalhadoras que não perderam os seus empregos, um importante – e pouco abordado – impacto da COVID-19 refere-se à redução da produtividade feminina, causada, em boa medida, pelo aumento das suas actividades reprodutivas (cuidado de filhos, idosos, doentes e da própria casa). Pesquisa conduzida pela revista Dados tem sido capaz de mostrar como a produção académica de mulheres pesquisadoras se reduziu significativamente no segundo trimestre de 2020, momento em que a pandemia se instalou e se espalhou pelo país (Candido e Campos, 2020). É um primeiro indicador a ser considerado, especialmente importante porque, não apenas para pesquisadoras, como para boa parte de trabalhadores e trabalhadoras, a remuneração mensal é resultado também de sua produtividade, medida em termos bastante objectivos, não levando em conta os processos de desigualdade na divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

Apesar de tantas questões, o governo brasileiro tem dado respostas insuficientes e confusas para socorrer estes trabalhadores que passaram a enfrentar não apenas as incertezas e sofrimentos relacionados à COVID-19, mas também à sua própria subsistência. Sem uma coordenação central, o isolamento social nunca se efectivou verdadeiramente e, quatro meses após as primeiras medidas de afastamento social, as taxas de contágio e letalidade seguem elevadas, mas a reabertura de todos os sectores está em processo, uma vez que as empresas – e os trabalhadores – já não podem suportar mais um fechamento tão longo. Voltaram ao trabalho, sem a garantia de qualquer tipo de protecção nos transportes públicos ou nos seus ambientes de trabalho, milhões de trabalhadores, levando o

vírus das regiões mais abastadas (por onde ele chegou) para as regiões periféricas, onde o acesso aos serviços de saúde é bastante precário e onde as taxas de letalidade do vírus já se mostram também mais elevadas (COVID, 2020). A renda básica emergencial⁴, criada para repor a renda dos trabalhadores desempregados, informais, microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais ou facultativos do Regime Geral de Previdência Social, não apenas foi instituída com prazo de apenas 3 meses – no valor de R\$600 (máximo de 2 benefícios por família) ou R\$1200 para mulheres chefes de família com filhos – como enfrentou inúmeros problemas burocráticos que impediram ou atrasaram sua concessão aos beneficiários.

Os desafios impostos pela COVID-19 aos brasileiros são inúmeros e muito significativos. Não apenas teremos que lidar por muito tempo com os efeitos económicos que a pandemia provocou, como também com efeitos sociais, psicológicos e mentais que afectam e afectarão todos nós. Para as mulheres, contudo, como sempre se verifica, os impactos serão ainda maiores, não apenas no que se refere ao mundo do trabalho, mas também no que diz respeito ao aumento dos casos de violência doméstica no contexto do confinamento⁵ e dos maiores índices de adoecimento mental. A pandemia, contudo, não criou nenhuma dessas questões. As desigualdades de género são, como mostradas no começo desse texto, estruturantes da sociedade brasileira. A pandemia, além de as aprofundar em boa medida, foi capaz de revelar, de forma cruel, as nossas entranhas, exibindo ao mundo as nossas desigualdades e a nossa incapacidade de, em pleno século XXI, ser capaz de as transformar e de garantir às mulheres uma vida de igualdade e de menos exploração.

⁴ Para maiores detalhes, ver <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>. Acesso em 20/07/2020.

⁵ Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a violência de género no Brasil, ver ALENCAR, Joana et. al. *Políticas públicas e violência baseada em género durante a pandemia da Covid-19: ações presentes, ausentes e recomendadas*. Brasília: Ipea, 2020. (Nota técnica – Disoc, n.78)

Referências

CANDIDO, Marcia Rangel e CAMPOS, Luiz Augusto. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. *Blog DADOS*, 2020, 14 de maio de 2020. Disponível em <<http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>>.

COSTA, Joana. *Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro*. 2007. 60 p. Dissertação de mestrado – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

EVERTSSON, Marie e NERMO, Magnus. Dependence within families and the division of labor: comparing Sweden and the United States. *Journal of Marriage and Family*, Columbus, v. 66, n. 5, p. 1272–1286, 2004.

GERSHUNY, Jonathan. *Changing times: work and leisure in postindustrial society*. New York: Oxford University Press, 2003.

HOOK, Jennifer. Gender inequality in the welfare state: sex segregation in housework, 1965–2003. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 115, n. 5, p. 1480–1523, 2010.

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, 2020. Disponível em: <www.ipea.gov.br/retrato>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MOLINIER, Pascale et. al. *Qu'est-ce que le care?* Souci des autres, sensibilité, responsabilité, Paris: Payot & Rivages, Petite Bibliothèque Payot, 2009.

MORI, Natalia et. al (orgs). *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Brasília: Cfemea, 2011.

O Globo (2020), COVID-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 2020.

ONU Mulheres. Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres, 2020. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>.

PINHEIRO, Luana et al. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília: Ipea, 2016. (Nota técnica – Disoc, n. 24).

PINHEIRO, Luana. *O trabalho nosso de cada dia: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

_____. et. al. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir de dados da PNAD Contínua*. Brasília: IPEA, 2019

_____. *Vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Brasília: Ipea, 2020. (Nota técnica – Disoc, n.75)

STAAB, Silke. *COVID-19 sends the care economy deeper into crisis mode*. UN Women, 2020. Disponível em <<https://data.unwomen.org/features/covid-19-sends-care-economy-deeper-crisis-mode>>.

SUAREZ, Joana. A carga pesada dos médicos da linha de frente: escolher quem morre e quem vive. *Carta Capital, Saúde*. São Paulo, 22 de abril de 2020. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/saude/a-carga-pesada-dos-medicos-da-linha-de-frente-escolher-quem-morre-e-quem-vive/>>.

UN WOMEN. Surveys show that COVID-19 has gendered effects in Asia and the Pacific. Un Women, 2020. Disponível em <<https://data.unwomen.org/resources/surveys-show-covid-19-has-gendered-effects-asia-and-pacific>>.

O mercado de trabalho como fabricador de desigualdades

RENATO MIGUEL DO CARMO
PROFESSOR AUXILIAR DO ISCTE-IUL

Nas últimas duas décadas (...) assistiu-se a um reforço das desigualdades: por via da transferência dos rendimentos do trabalho para o capital, e pela amplificação da distância entre os quadros mais favorecidos e os empregados mais pobres.

O mercado de trabalho não é um mercado

A utilização do termo “mercado de trabalho” é tão corrente no espaço público e na discussão política e até académica que se tornou quase impossível não o usar enquanto expressão que basicamente identifica toda e qualquer dimensão ou sector que caracteriza o mundo laboral. Contudo, apesar desta suposta indiferenciação crescentemente opaca do conceito, não deixa de ser curioso evidenciar que, das múltiplas perspectivas possíveis, aquela que continua a predominar é a que olha para o mercado de trabalho a partir de um ponto de vista meramente funcional, como se as suas dinâmicas resultassem de um recorrente ajuste e equilíbrio entre oferta e procura. Nesta linha, entende-se que o mercado de trabalho deverá maximizar a sua eficiência e ser o mais eficaz possível de modo a responder às carências ou aos excedentes de recursos humanos das empresas e da economia em geral. Por seu turno, é menos corrente enquadrar na análise outras dimensões que advenham não só das desigualdades económicas e sociais (salariais, contratuais, etc.), como, principalmente, da assimetria de relações de poder assentes em hierarquias fortemente enquistadas e geradoras de polarizações sociais.

A este respeito faz sentido recorrer à obra precursora de Karl Polanyi (2012 [1944]) que alertou para uma grande transformação ocorrida fundamentalmente ao longo do século XIX, por via da qual se alterou o significado e o valor social atribuído ao trabalho, encarado inicialmente como actividade humana cuja essência não foi concebida para ser vendida, para o estatuto de mercadoria que passa a ser comprada e vendida à semelhança de qualquer outro produto. Esta transformação provocada pelo capitalismo industrial é intrinsecamente fictícia na medida em que o trabalho caracterizava-se nas sociedades pré-industriais como sendo uma actividade contextualizada e, de certa forma, mediada pelas relações comunitárias, sociais e simbólicas. O valor do trabalho estava assim incrustado tanto no seio das dinâmicas económicas e das trocas mais mercantis, como das relações de vizinhança e de entreatajuda. Segundo este autor, a crescente *mercadorização* do trabalho tem como base um profundo processo de desincrustação das actividades laborais relativamente às instituições sociais, assim como aos contextos de interacção e de interconhecimento que constituíam a vida das comunidades. Ao desprender-se do mundo da vida, segundo a conceção de Jürgen Habermas (1987), o trabalho passa a ser concebido como

uma mercadoria que ganha ou perde valor decorrente do suposto equilíbrio entre oferta e procura estabelecido a partir das supostas lógicas do mercado.

Tendo como referência a abordagem de Polanyi, os mercados não só se vão tornando preponderantes e tendencialmente independentes da vida comunitária, como ganham vida própria, induzida por leis e regulações supostamente intrínsecas e autónomas que, por sua vez, se impõem e condicionam a organização e o funcionamento dos restantes sectores da sociedade. Deste modo, a desincrustação não só identifica um crescente desligamento e desengajamento dos mercados face à reprodução das relações sociais e dos modos de vida que se desenvolvem nas instituições, como caracteriza, ao mesmo tempo, uma potente influência exterior que interfere progressivamente e, por vezes, coercivamente, nas configurações sociais pré-estabelecidas de forma a comprometer, por exemplo, a coesão interna das comunidades locais que entram em processos acentuados de desestruturação. No actual contexto da economia globalizada estes processos são cada vez mais correntes e marcantes. Por exemplo, impactos sociais e económicos resultantes de encerramentos ou deslocalização de fábricas ou de outros estabelecimentos industriais ou comerciais podem ser devastadores e gerar situações quase irreversíveis de empobrecimento e de precarização social.

Por outro lado, além do tipo de desincrustação descrito, não há dúvida que enquanto mercadoria (apesar de fictícia) o trabalho está também a perder valor sobre outras fontes de rendimento, nomeadamente o capital. Como referimos noutra texto, “o trabalho está a sofrer um processo acentuado de desvalorização económica e social, evidenciado pela compressão e redução dos rendimentos provenientes de parte substancial dos salários; pela retirada de muitos direitos adquiridos e universais que contribuía para a protecção parcial face às tendências de ‘remercadorização’; pela consecutiva precarização das condições laborais e contratuais; pelo aumento galopante do desemprego etc.” (Carmo e Barata, 2017: 326).

Como é conhecido, as desigualdades de rendimento aumentaram nas últimas duas décadas em muitos países da Europa e nos Estados Unidos. Este aumento tem causas complexas das quais sublinhamos dois processos simultâneos. De um lado, a repartição funcional do rendimento tem pendido cada vez mais para o capital, em detrimento dos rendimentos do trabalho. Segundo estudo recente da OIT, em Portugal a fatia do rendimento do trabalho no Produto Interno Bruto caiu de 65,8% em 2004, para 54,5% em 2017. Por outro lado, ao nível da distribuição das remunerações, verificou-se uma crescente polarização que tem

vido a reforçar os escalões salariais do topo (sobretudo os 10% mais ricos). Neste sentido, assistiu-se a um reforço das desigualdades: por via da transferência dos rendimentos do trabalho para o capital, e pela amplificação da distância entre os quadros mais favorecidos e os empregados mais pobres.

A semelhança do que têm alertado vários autores, como Thomas Piketty (2014) e Anthony Atkinson (2016), não são só os rendimentos provenientes do trabalho que vão perdendo peso face aos do capital, como, na própria distribuição salarial, são principalmente os escalões de topo que vêem reforçados os seus níveis de rendimento. Como se refere no texto anteriormente citado gera-se assim uma espécie de “(...) dupla desincrustação, em que o trabalho passa a estar cada vez mais arredado dos próprios mercados, tornando-se cada vez mais vulnerável” (Carmo e Barata, 2017: 326). Ou seja, com o aprofundamento do capitalismo, o trabalho não só se transformou numa mercadoria e, por isso, perdeu o valor vinculado à vida social e comunitária, como nas últimas décadas, mesmo enquanto mercadoria fictícia, tem vindo a perder valor económico face a outras fontes de rendimento.

Segmentação e rotatividade: a contratação atípica a tornar-se típica

Se o primeiro processo de desincrustação do trabalho ocorreu durante o capitalismo industrial, este segundo processo acentua-se na fase mais recente de emergência do capitalismo financeiro de cariz neoliberal. Na verdade, as políticas de liberalização que marcam a actual fase da globalização atingiram vários sectores da economia e até das sociedades. Destes não há dúvida que o mundo do trabalho foi dos mais afectados. Como é sabido, em muitos países desenvolvidos assistiu-se a uma profunda desregulação das formas habituais de contratação que, entre vários factores, provocou uma considerável na redução dos acordos de negociação e contratação colectiva, na regressão da representação e da força dos sindicatos, designadamente nos sectores dos serviços, na compressão ou estagnação dos salários (sobretudo nos escalões intermédios). Todavia, uma das maiores consequências da

liberalização e desregulação foi o incremento e alastramento dos vários tipos de contratação temporária que afectam um número crescente de trabalhadores, particularmente no grupo dos mais jovens. Em Portugal, segundo o Eurostat, a percentagem de empregados com contratos temporários estabilizou nos 22% em 2018 (a média da União Europeia cifra-se nos 14%), mas nas idades até aos 24 anos ascende aos 64% (UE28: 44%).

Estudos recentes sobre estas dinâmicas de precarização do trabalho (OIT, 2018) identificam um grau elevado de segmentação laboral no qual se reconhecem percursos profissionais muito fragmentados, caracterizados por contratos de trabalho com durações curtíssimas (em muitos casos inferiores a um ano). Esta prática recorrente obriga os indivíduos a circular de trabalho em trabalho, por intermédio de situações contractuais muito diversas que vão dos estágios (remunerados ou não), passando pelo trabalho pago à tarefa (por vezes remunerado à hora), a contratos com termo. Além disso, num número significativo de situações não se procede regularmente aos descontos para a segurança social e a maior parte não tem acesso a qualquer tipo de seguro de saúde (público ou privado). Assim, à segmentação laboral acresce uma forte irregularidade nas carreiras contributivas, o que aprofunda ainda mais as formas de desprotecção social.

Uma investigação qualitativa levada a cabo sobre jovens trabalhadores em situação laboral precária (Carmo e Matias, 2019) alerta precisamente para o facto de a maior parte dos entrevistados, apesar de terem uma trajectória ainda curta no mercado de trabalho, não deixam de deter um acentuado nível de fragmentação das modalidades de contratação relativamente aos percursos inventariados. De frisar que parte destes jovens exerce mais do que uma actividade em simultâneo, recorrendo por isso a estratégias de pluriactividade que providenciem diversas fontes de rendimento para colmatar o baixo nível salarial decorrente da actividade principal. Também convém salientar que alguns dos trabalhos exercidos encontram-se em certos casos na fronteira, por vezes ténue, entre a informalidade e a formalidade, legalidade e ilegalidade.

De notar que a maior parte dos trabalhos exercidos são relativamente pouco qualificados (atendedor de *call center*, empregado de loja, em supermercado ou restaurante, pacote, etc.), e caracterizam-se por tarefas rotineiras, altamente repetitivas e intelectualmente pouco estimulantes. São trabalhos sem interesse, nada apelativos e que basicamente garantem uma remuneração mínima capaz de proporcionar uma vida de mera sobrevivência (Barata, 2018)

e de luta quotidiana que permite manter os mínimos económicos de forma a não se cair na pobreza ou na dependência económica de outros (familiares ou amigos).

Estas e outras dinâmicas de precarização laboral contribuem claramente para a acentuada desvalorização do trabalho, quer devido aos baixos níveis salariais que são habitualmente praticados, quer pela crescente desprotecção que aumenta sobremaneira a probabilidade de se cair em situações de grande fragilidade social. Como se salientou no estudo mencionado, este aprofundamento da desincrustação, segundo a concepção de Polanyi, significa um reforço da mercadorização do trabalho perante a qual os indivíduos são praticamente destituídos de direitos laborais e sociais fundamentais, correndo os riscos decorrentes, por exemplo, de uma situação de desemprego ou de um acidente laboral (muitos nem são elegíveis para receber subsídio de desemprego, como o caso dos bolseiros ou de certos estagiários). Na prática, estes trabalhadores estão por sua conta e risco e, neste sentido, encontram-se numa situação laboral hipermercadorizada (Carmo e Matias, 2019: 163-177).

Perante estas lógicas de contratação muito opacas e nalguns casos quase clandestinas, percebe-se que o funcionamento do suposto mercado de trabalho é determinado em grande medida por factores muito pouco funcionais (por vezes, disfuncionais) que estão longe de proporcionar o simples equilíbrio entre oferta e procura. Pelo contrário, a imagem que emerge é a de um labirinto cheio de encruzilhadas, onde as regras e normas não são devidamente instituídas, no sentido em que são pouco claras ou mesmo indefinidas. Estas lógicas são alimentadas principalmente por relações assimétricas de poder entre quem tem a autoridade para decidir contratar, e nos moldes em que o pretende fazer, e quem é contratado, ao qual não resta grande margem para recusar dada oferta de trabalho já que não dispõe de outras alternativas (designadamente, contratos que prevejam remunerações mais elevadas e com maior nível de protecção laboral e social). Na verdade, não se estabelece qualquer equilíbrio ou ajuste entre oferta e procura, mas, simplesmente, uma estipulação pré-definida, quase monolítica e impositiva, por parte da oferta, que assenta fundamentalmente na contratação temporária não dando, por isso, grande margem para escolhas alternativas e diferenciadas do lado da demanda.

Se estas tendências de precarização se acentuarem no futuro, mantendo-se a dificuldade crescente de muitos trabalhadores de acederem a contratos permanentes (tanto jovens, como com mais idade), chegaremos a um ponto onde a designada *dupla desincrustação* se



ACEP

“ Uma sociedade profundamente desigual, empobrecida e desfilada deixa de ser uma sociedade decente e passa a ser outra coisa, para a qual esperemos não ter de inventar um nome, cada vez mais distante das noções de humanidade e solidariedade. ”

tornará dominante no mercado de trabalho, relegando o valor do trabalho humano para a periferia dos sistemas de produção na qual este tenderá a ser cada vez menos qualificado, menos bem pago e menos protegido e, por esta via, menos relevante enquanto um factor essencial para a dinamização e desenvolvimento das economias.

Precariedade e mais além: tempo sem futuro

O fenómeno da precariedade tem sido amplamente estudado nos últimos anos a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas (Doellgast, Lillie, Pulignano, 2018). Uma primeira abordagem incide principalmente na análise das alterações institucionais e regulatórias ocorridas desde os anos de 1980, alertando para os impactos que a liberalização das leis laborais e a flexibilização contractual têm provocado no mercado de trabalho. Um desses impactos revela-se em alguns países no reforço da dualização entre insiders, que apesar das diversas pressões sobre os direitos adquiridos mantêm no essencial as garantias de protecção social, os níveis salariais e as expectativas de carreira, e os outsiders, em situação contractual temporária, nas suas múltiplas modalidades, que se encontram mais desprotegidos em termos laborais e sociais. Como demonstram vários estudos, as políticas de liberalização no mundo do trabalho podem ter contribuído para o reforço da dualização, designadamente pelo facto de a precarização laboral ter vindo a alastrar-se em vários setores económicos, como o turismo e hotelaria, afectando um número crescente de profissionais.

Outras abordagens, mais críticas, têm salientado a influência da precariedade num conjunto de esferas sociais que ultrapassam a condição estritamente laboral e contratual, identificando os seus efeitos no quotidiano e no modo como os indivíduos percebem a sua situação social e laboral. Este foco sobre as subjectividades baseia-se, na maior parte dos casos, em investigações de carácter qualitativo e que, de uma forma geral, pretendem compreender até que ponto a vivência da precariedade interfere nas dimensões mais existenciais da vida social e pessoal. Estas análises têm contribuído para demonstrar que a precariedade se vem transformando num fenómeno social complexo e multidimensional com consequências profundas não apenas na condição socioeconómica dos indivíduos, mas também na sua qualidade de vida e no bem-estar social e emocional.

Um dos aspectos que merece uma atenção crescente relaciona-se com a dimensão temporal e a forma como a precariedade condiciona a vivência do presente e a percepção do futuro. Nas investigações desenvolvidas no âmbito do Observatório das Desigualdades, sobre as transições sociais vivenciadas pela população trabalhadora mais jovem, verifica-se que uma das consequências da experiência da precariedade laboral se expressa no modo limitado como os indivíduos projectam o seu futuro pessoal e, também, colectivo (Carmo, Cantante, Alves, 2014). Os projectos de vida tendem a ser construídos de forma muito ténue e insegura, indicando uma dificuldade acrescida em estabelecer horizontes temporais que vão além do presente mais imediato. Esta dificuldade em elaborar planos previsíveis representa uma das consequências mais devastadoras da precariedade em relação à construção de sentidos e de significados subjectivos sobre o futuro. De uma certa maneira, a incerteza que se vive no presente, por exemplo, resultante das preocupações sobre a continuidade do contrato ou a possibilidade de encontrar outro emprego depois de cessar o prazo do contrato vigente, não afecta somente o tempo quotidiano, mas compromete, simultaneamente, a possibilidade de se estabelecer horizontes de futuro estáveis e previsíveis.

Do ponto de vista das desigualdades, podemos dizer que, para além da consequência nos níveis salariais e económicos que tendem a ser mais baixos nos trabalhadores em situações contratuais temporárias, a precariedade tem, por acréscimo, um impacto sobre as dimensões existenciais e vitais, nomeadamente no que diz respeito ao bem-estar social e de saúde, que podem ser seriamente afectados. Isto é, até certo ponto, pode estabelecer-se uma relação entre a persistência da precariedade laboral e os seus efeitos mais profundos na estabilidade psíquica e mental.

O impacto da pandemia de COVID-19 revelou ainda mais as fortes assimetrias e desequilíbrios que constituem o mercado de trabalho em Portugal. Assim, apesar da recuperação apreciável dos níveis de emprego, de rendimento e de poder de compra ocorridos entre 2016 e 2019, o que se está a observar é que os impactos conjuntos da crise sanitária e da crise socioeconómica recentes revelaram e exacerbaram um conjunto de vulnerabilidades sociais não resolvidas completamente no período anterior de recuperação, tornando bem evidente a necessidade de se reequacionar os modelos de resposta engendrados pelas políticas públicas. A este respeito é muito notória a amplitude das debilidades sociais e laborais que deflagram, quase instantaneamente, no mercado de trabalho onde um número considerável de

trabalhadores foi tremendamente afectado pela perda de rendimento devido ao aumento do desemprego ou ao agravamento da situação anterior de precariedade (Silva *et al*, 2020a, 2020b). Um número relevante, ainda difícil de contabilizar em termos estatísticos, encontra-se numa situação quase completa de desprotecção social na medida em que caíram imediatamente no desemprego, logo nas primeiras semanas do confinamento (Caleiras e Carmo, 2020). Muitos destes trabalhadores executavam as suas actividades em situações contratuais débeis ou, em certos casos, sem qualquer tipo de contrato. Na verdade, devido ao trabalho informal que exerciam em diversos sectores (recebendo à tarefa ou ao dia), não puderam acionar os mecanismos habituais de protecção social, como o recurso ao subsídio de desemprego.

Políticas precisam-se

Em Portugal, como noutros países, o alastramento da precariedade laboral pode estar a contribuir para o aprofundamento das desigualdades sociais. Não é possível inverter estas tendências através de políticas paliativas. E o impacto da presente crise veio demonstrar, de forma brutal, como são frágeis muitas das situações laborais e sociais que proliferam no nosso mercado de trabalho. Torna-se, por isso, necessário conceber e aplicar um conjunto de medidas arrojadas, capazes de combater esta associação perversa em diferentes escalas e sectores.

Portugal continua a ser um dos países mais desiguais da Europa. Esta realidade que persiste há décadas não deve ser vista como irremediável. No entanto, se noutras áreas da economia e da sociedade não é preciso inventar reformas para melhorar as políticas (como nos serviços públicos que carecem de melhorias significativas a vários níveis), no caso das desigualdades sociais e da precariedade laboral as políticas do costume são manifestamente insuficientes para induzir mudanças estruturais. Por este motivo, o caminho deve ser trilhado pelo aprofundamento das políticas existentes (p. ex.: o aumento continuado do salário mínimo), juntamente com outras que recaiam sobre a distribuição dos rendimentos e a contratação com direitos. Urge inverter decisivamente a escalada da precariedade por via

de uma regulação e regulamentação mais activa da parte das instituições e poderes públicos competentes. Reforçar a contração e negociação colectiva e a representação dos sindicatos, limitar drasticamente o papel e o raio de actuação das empresas de trabalho temporário, inverter as modalidades de contratação que recorrem constantemente ao *outsourcing* são exemplos bem determinados de políticas que podem fazer toda a diferença. Contudo, além destas, é importante contemplar medidas que reforcem a protecção social universal dos trabalhadores impedindo que as más práticas se transformem na norma e no típico. Não queremos caminhar para esse novo normal e é importante que a política acorde de vez para este problema que a prazo afectará todos (mais ou menos directamente).

O país provou recentemente que é possível realizar uma recuperação económica num ambiente de vitalidade democrática. A nível internacional, foi até visto como uma boa excepção. O grande desafio que agora temos pela frente é ainda mais exigente. Contudo, com a implementação das políticas necessárias poderemos também ser excepcionais na redução consistente e progressiva das desigualdades e da precariedade no contexto da actual crise socioeconómica gerada pelos efeitos da pandemia. Como referimos num texto publicado durante o período de confinamento, “uma sociedade profundamente desigual, empobrecida e desfilada deixa de ser uma sociedade decente e passa a ser outra coisa, para a qual esperamos não ter de inventar um nome, cada vez mais distante das noções de humanidade de solidariedade. Teremos de mobilizar as políticas e os recursos necessários que impeçam que as inevitabilidades do costume se tornem novamente deterministas e tomem conta do nosso futuro colectivo” (Caleiras e Carmo, 2020: 12). É hora para sermos destemidos nas políticas de maneira a abrir futuros de prosperidade e de solidariedade social.

Referências

Atkinson, Anthony B. (2016), *Desigualdade: O Que Fazer?*, Lisboa, Bertrand.

Barata, André (2018), *E se Parássemos de Sobreviver? Pequeno Livro para Pensar e Agir Contra a Ditadura do Tempo*, Lisboa, Documenta.

Caleiras, J., e Carmo, R. M. (2020), O regresso do desemprego massivo? (Estudos CoLABOR, N.º1/2020), CoLABOR – Laboratório para o Trabalho, Emprego e Protecção Social. https://colabor.pt/wpcontent/uploads/2020/04/CoLABOR_Estudos_CoLABOR_1.pdf

Carmo, Renato Miguel do, e Matias, Ana Rita (2019), *Retratos da Precariedade: Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens*, Lisboa, Tinta-da-China.

Carmo, Renato Miguel, e Barata, André (2017), "Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização em Portugal", *Revista do Serviço Público, ENAP - Escola Nacional de Administração Pública*, 68(2), 319 - 342.

Carmo, Renato Miguel, Cantante, Frederico, e Alves, Nuno de Almeida (2014), "Time projections: Youth and precarious employment", *Time & Society*, 23(3), 337–357.

Doellgast, Virginia, Lillie, Nathan, e Pulignano, Valeria (2018), "From dualization to Solidarity: Halting the cycle of precarity", in Virginia Doellgast, Nathan Lillie, and Valeria Pulignano (eds), *Reconstructing Solidarity: Labour Unions, Precarious Work, and the Politics of Institutional Change in Europe*, Oxford University Press, pp. 1-41.

Habermas, Jürgen ([1981] 1987), "Tendências da juridicização", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 2, 185-204.

OIT (2018), *Trabalho digno em Portugal 2008-18: da Crise à Recuperação*, Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, BIT.

Piketty, Thomas (2014), *O Capital no Século XXI*, Lisboa, Temas e Debates & Círculo de Leitores.

Polanyi, Karl (2012 [1944]), *A Grande Transformação*, Lisboa, Edições 70.

Silva, P. A., Carmo, R. M., Cantante, F., Cruz, C., Estêvão, P., Manso, L., Pereira, T. S. (2020a), Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento: Perda de Rendimento e Transição para o Teletrabalho, (Estudos CoLABOR, N.º 2/2020). CoLABOR. <https://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/04/Estudos-CoLABOR-2.pdf>

Silva, P. A., Carmo, R. M., Cantante, F., Cruz, C., Estêvão, P., Manso, L., Pereira, T. S., Lamelas, F. (2020b), Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento (II): Desemprego, Layoff e Adaptação ao Teletrabalho, (Estudos CoLABOR, N.º 3/2020). CoLABOR. <https://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-e-Desigualdades-no-Grande-Confinamento-II.pdf>

Afrodescendência e a Europa do século XXI

IOLANDA ÉVORA
INVESTIGADORA DO CESA/ISEG-ULISBOA

“ O anúncio da Década dos Afrodescendentes chamou a atenção para um facto social comum ao continente: a presença dos afrodescendentes como parte da configuração social e confirmação de que a Europa não mais pode ser vista a preto e branco. ”

Afrodescendente, *afroeuropéu, afropeu, afroportuguês, português negro...* nos últimos tempos, várias categorias têm sido experimentadas para indicar a percepção das pessoas sobre a presença africana na Europa e a miscigenação neste século XXI. Apesar da sua adoção tardia, o recurso a novas categorias críticas como afro-europeísmo ou afropeanismo (referentes aos campos do direito, produção cultural, discurso racial, história, formulação de políticas e adoção de estruturas multi-situadas e transnacionais) tem ajudado a circunscrever aspectos culturais e políticos das mudanças sociais que moldam a existência social de africanos e seus descendentes na Europa.

Por seu lado, as referências à afrodescendência e aos afrodescendentes no espaço público começam a ser assumidas, com mais vigor, somente nos últimos anos¹ e têm como marco a Declaração da Década dos Afrodescendentes (2015-2024) proclamada pela ONU. Esta admissão recente² coincide com os diferentes graus de aceitação das mudanças sociais e culturais trazidas por fenómenos que exponenciaram a reconfiguração das sociedades europeias: os processos de descolonização e as dinâmicas migratórias em cada país. Nos seus resultados, estes fenómenos desafiam as pretensões de delimitação da identidade nacional dentro das fronteiras da cor da pele e, na actualidade, trazem para o centro dos debates políticos³, a necessidade de se definir em que consiste um europeu e como criar símbolos comuns e partilhar um sentido da história a fim de se alcançar um amplo apoio à nova ordem continental.

Em geral, considera-se muito limitado o cumprimento das orientações da ONU que pretendem melhorar as condições de vida e de acesso à cidadania dos descendentes de africanos no continente, todavia, o anúncio da Década dos Afrodescendentes chamou a atenção para um facto social comum ao continente: a presença dos afrodescendentes como

¹ Este movimento segue a tendência na América Latina e Caraíbas, onde a referência contemporânea aos afrodescendentes acontece em primeiro lugar, e já no século XX, o prefixo afro surge para marcar, pela primeira vez, a componente territorial da negritude.

² Com frequência, as versões mais correntes da história podem ocultar a contribuição de negros e outros não-brancos, porém, registros desde a época medieval mostram que africanos e seus descendentes viveram na Europa. A partir do fim dos anos 1400 e início de 1500, a maior parte dessas pessoas que chegaram à Europa passou pela península Ibérica; as cortes de Castela e de Portugal tinham já iniciado a expansão colonial em África e nas Américas, e com ela o tráfico de escravos.

³ Após o grande empreendimento da criação da União Europeia (UE) na tentativa de implementação da unificação económica e política.

parte da configuração social e confirmação de que a Europa não mais pode ser vista a preto e branco. Neste sentido, e tal como foi apresentado, desde o início, o projecto Afro-Port⁴ que investiga sobre a afrodescendência em Portugal, perante a ausência de uma determinação comum e consensual sobre a sua existência, os desafios que as abordagens sobre a afrodescendência enfrentam começam pelo ponto de partida, ou seja, pela possibilidade da definição de critérios de identificação unificados ou comparáveis, que ultrapassem as fronteiras nacionais no continente. É isto possível e pertinente num contexto marcado pela relutância em admitir que *há* negros na Europa e não apenas que aqui estão⁵?

Portugal e os contornos da Black Europe

Em Portugal, o *afro* como categoria é uma questão muito recente e identificada, sobretudo, na forma como descendentes de africanos ou portugueses negros descrevem a sua experiência social e apresentam-se no espaço público, a partir do activismo, por meio da arte, da cultura, da educação, entre outras dimensões. A adoção do termo *afrodescendente* representa mudanças tangíveis entre a população negra do país – tradicionalmente nomeada como migrante –, e acontece num contexto em que, para além das denominações que lhes são atribuídas – de acordo com a origem africana dos progenitores –, as pessoas também se anunciam como negras, africanas, portuguesas negras ou portuguesas. Em geral, no conjunto destas denominações, a condição afrodescendente tem-se evidenciado como suporte de formas específicas de resistência e afirmação identitária, adoptadas pelos

⁴ Projeto AFRO-PORT. Afrodescendência em Portugal: sociabilidades, representações e dinâmicas sociopolíticas e culturais. Um estudo na Área Metropolitana de Lisboa (FCT/PTDC/SOC-ANT/30651/2017).

⁵ As mais recentes preocupações em harmonizar e estruturar identidades em torno de noções tais como a “Fortaleza Europa” serviram para dificultar, ainda mais, as relações entre populações europeias e as que são consideradas não-europeias. Como mostra Eric Fassin (2012), na actualidade, a identidade europeia é definida, acima de tudo, em termos negativos, e em oposição à “pressão migratória”. Numa delimitação que não leva em conta os numerosos territórios extra- continentais (Canárias, Ceuta e Melilla ou Maiote e Reunião) que pertencem à União Europeia, tem sido reforçado o controle fronteiriço no perímetro sul do continente tendo como alvo específico os migrantes africanos e complicando e agravando as tensões entre europeus brancos e não brancos que já residem na UE.

agentes sociais, para defender a sua narrativa sobre o país, reivindicar políticas públicas que levam em conta a sua comunidade e, ao mesmo tempo, denunciar as discriminações e desigualdades económicas e raciais de que são alvo como minoria. Por exemplo, em 2016, e perante a insistência do governo português em refutar as conclusões do relatório da ONU sobre a fraca intervenção para a melhoria das condições destas comunidades, as 26 organizações que apresentaram queixa formal à ONU autoidentificaram-se como afrodescendentes, e como tal, denunciaram que a perspectiva oficial em Portugal constituía um bloqueio ao reconhecimento dos problemas que apontam e a possibilidade de desenvolvimento de estratégias para a sua solução. As suas reivindicações coincidem, em vários aspectos, com outros colectivos com uma actuação anterior e já consolidada, em Portugal, como é o caso da *Plataforma Gueto*⁶, e assumem, em conjunto, o compromisso com a luta contra o racismo e as limitações impostas à população negra na sua experiência social em Portugal.

Nos últimos anos, os afrodescendentes têm marcado o espaço público em Portugal, denunciando a inadaquabilidade do sistema de Educação ou as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Além disso, assumem pautas do feminismo negro e constituíram-se como importantes veículos no posicionamento político e na produção cultural e artística, articulando-se, fortemente, com as iniciativas em outros continentes e países da Europa. Neste sentido, as suas iniciativas e conexões com países africanos ou as demais afrodiásporas na Europa e no mundo (com destaque para o Brasil), representam as dinâmicas mais relevantes que contribuem para o conjunto das produções (materiais e simbólicas) que, na contemporaneidade, definem o lugar de Portugal no mundo globalizado do século XXI.

Fronteiras da nacionalidade: as “interferências” da cor da pele

A relutância em admitir os contornos permanentes da *Black Europe* ganha várias facetas em Portugal mas, na actualidade, os afrodescendentes é que são directamente questionados, na sua existência, por exemplo, com as diferentes propostas de adaptação da lei da nacionalidade apresentadas ao longo do tempo, ou os esforços em atribuir-lhes denominações (migrantes de 2ª, 3ª e até 4ª geração) que os mantêm associados aos processos migratórios protagonizados pelos seus parentes, no passado. Em síntese, aplicadas às pessoas de ascendência africana nascidas no país, estas iniciativas em torno da atribuição da cidadania formal são esclarecedoras do tipo de discussão dominante sobre a identidade política quando o corpo negro aparece como uma fronteira que marca os limites da inclusão (Spetin, 2018).

A particularidade, neste caso, em Portugal, e no momento actual, é o grau de consciência crítica e de reacção que tais iniciativas provocam nos colectivos negros directamente atingidos pelos seus efeitos. Com efeito, tais procedimentos descrevem os limites impostos pela interiorização da ideia, segundo a qual um negro só pode ser um imigrante, de preferência indocumentado, e não faz parte da narrativa nacional que o país conta sobre si mesmo, a si e ao mundo (Miano, 2012).

Como vem evidenciando a pesquisa *Afro-Port*, para compreender o alcance social, a complexidade e a abrangência do termo, é necessário conhecer, em primeiro lugar, as atribuições que lhe conferem aqueles que têm sido os principais alvos das tentativas de se fixar a categoria afrodescendente como marcador identitário: as pessoas com ascendência africana nascidas em países europeus. Ou seja, antes de se afirmar a actuação da designação identitária afrodescendente, é necessário compreender se os portugueses negros, actualmente, reconhecem e admitem essa designação de si e para si. Em caso afirmativo, deve-se alcançar, com clareza, se para estas pessoas, tal empreendimento significa adoptar a designação (afrodescendente) e ousar afastar-se ou contrapor-se à estigmatização de que têm sido alvo como pertencentes ao colectivo de negros/ migrantes/ex-colonizados.

⁶ <https://plataformagueto.wordpress.com/2012/01/13/plataforma-gueto/>



ANA CRUZ

Em Portugal, o *afro* como categoria é uma questão muito recente e identificada, sobretudo, na forma como descendentes de africanos ou portugueses negros descrevem a sua experiência social e apresentam-se no espaço público.

A pesquisa *Afro-Port*⁷ vem mostrando que no processo de autodenominação a cor da pele é um elemento incisivo, pois, é facto que a pessoa negra tem de se explicar quando afirma que é português, ou seja, um português afrodescendente e negro, quando se refere a si, tem de indicar o país e nacionalidade dos pais uma vez que o senso comum não admite a correspondência natural e directa de um negro como nacional português. Como mostram relatos recolhidos no âmbito do projeto *Afro-Port*, tal o peso da determinação da cor da pele na experiência social e a sua sobreposição ao reconhecimento legal como português que a pessoa pode decidir-se por não solicitar a nacionalidade portuguesa, por ter uma hiperconsciência dos limites desta atribuição: a pessoa compreende que será sempre vista como africana e a cor negra é a prova permanente e mais forte do que qualquer documento. Ou seja, o que está em causa ultrapassa a questão do status de possuir cidadania formal de um Estado europeu, para evocar reacções fortes (e ambivalentes, por vezes), acerca da permissão para ser totalmente europeu e sentir-se e ser tratado como tal.

Por outro lado, a pesquisa vem confirmando que a atribuição do termo afrodescendente determina, em certos contextos, uma disputa terminológica com o termo “preto” e traz a interrogação sobre se se trata de uma diferenciação libertadora ou excludente que pretende suavizar as significações implicadas no termo “preto”. Em certa medida, as diferenças entre os termos mostram-se importantes, uma vez que trazem o problema da hierarquização e a força do argumento da subalternização ou vitimização. Neste sentido, sobretudo os jovens mostram-se atentos às desconstruções dos mitos acerca da negritude e às tensões sociais que envolvem as populações de origem africana. Por outro lado, nos relatos recolhidos, algumas explicações das pessoas sobre o reconhecimento e identificação como afrodescendente baseiam-se em argumentos como: o facto de sermos todos afrodescendentes porque África é o berço da humanidade; a convicção de que afrodescendência nasceu em países que têm algum problema com os africanos; ou, ainda, a ideia de que trata-se de uma identidade com longos anos em Portugal, mas actualizada, por interesses políticos, como se fosse um facto recente.

⁷ A recolha foi feita durante as visitas exploratórias ou por meio de entrevistas individuais.

Black Europe, Afro Europe ou Afro-diásporas. Os marcos de referência

Anteriormente, a denominação `migrante` prometia contemplar todas as dimensões da definição da presença de africanos e seus descendentes na Europa, mas, na actualidade, a afrodescendência marca tais dimensões de forma crescente. Porém, o debate não deve deter-se apenas no potencial da *afrodescendência* como um possível marcador da identidade de um grupo ou nos processos de afirmação colectiva e de conquista do lugar de enunciação na sociedade. O interesse recai, sobretudo, nas possibilidades e alcance das abordagens às black experiences e à visibilidade política e social actual da Black Europe (Small, 2018), seja sob a denominação de “black”, “Afro-” (afrodescendente, afro-alemão, afro-britânico, etc) ou como “diásporas africanas”. As formulações acerca da Black Europe (Small, 2018; Nimako and Small, 2009; Hine, Keaton, Small, 2009) estão assentes na busca dos marcos de referência que devem ser adoptados para falar de tais populações nos níveis regional, nacional, continental ou transnacional. Neste contexto, a história e as trajectórias sociais das populações negras na Europa encontram um novo destaque à medida que as comunidades negras tornaram-se mais visíveis no espaço público e exigem uma melhor representação política. As abordagens à Black Europe colocam a ênfase na necessidade de explorar, discutir e representar as histórias e culturas de pessoas, cujas trajectórias também foram moldadas na Europa e por ela. Neste contexto, projectos de investigação como o Afro-Port consolidam um novo campo de trabalho, a partir de uma perspectiva predominantemente interdisciplinar, em que os estudiosos buscam intersecções com o activismo político e social e abordam desde as trajectórias dos migrantes à história do racismo ou a estruturação de organizações políticas. Deste modo, procuram esclarecer sobre a pertinência social e política da categoria afrodescendência, cujo surgimento no campo do desenvolvimento das identidades minoritárias, além de documentar heranças coloniais e imperiais da Europa, lança luz sobre as conexões duradouras das pessoas (Small, 2018; Nimako & Small, 2009; Thomas, 2014) com a África, o Caribe e as Américas.

Referências

- Brancato, S. (2011) “Introduction.” *AfroEurope@n Configurations: Readings and Projects*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 1–15.
- Fassin, É (2012). *Démocratie précaire. Chroniques de la déraison d’État*. Paris: Editions La Découverte.
- Hine, D. C.; Keaton, T.D.; Small, S. (eds), (2009), *Black Europe and the African Diaspora*. Illinois: University of Illinois Press.
- Miano, L. (2012) “Les Noires Réalités de la France”, In: *Léonora Miano Habiter la frontière*. Conférences, Paris, L’Arche Éditeur, 59-88.
- Nimako, K. & Small, S. (2009) “Theorizing Black Europe and Africa Diasporas: Implications for Citizenship, Nativism and Xenophobia”, In: Hine, D. C.; Keaton, T. D. and Small, S. (eds.), *Black Europe and the Africa Diaspora*, Illinois: University of Illinois Press, 212-237.
- Rodriguez, R. (2004). “Entramos Negros y Salimos Afrodescendientes: breve evaluación de los resultados de la III Cumbre Mundial contra el Racismo en América del Sur”. In: *Revista Futuros*, N°5, Vol.II.
- Small, Stephen (2018) *20 Questions and Answers on Black Europe*, Amrit Publishers: The Hague.
- Spetien, R. C. (2018) “Seguimos más allá del decénio”, In: Spetien, R. C. (ed.) *Afrodescendencias, Voces en resistencia*, Buenos Aires: CLACSO. 11-15.
- Thomas, D. (2014) “AfroEuropean Cartographies”, In: Dominic Thomas *AfroEuropeans Cartographies*, Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 1-16.

Modos
de ver



São Pessoas

FOTOGRAFIAS DE ADRIANO MIRANDA E PAULO PIMENTA

SÃO PESSOAS traduz uma ideia fundamental. Um ensaio fotográfico centrado no ser humano, na sua dignidade enquanto indivíduo, cortejado nos seus direitos e na sua plena cidadania.

Conscientes da enorme dimensão social que é a solidão, a exclusão e a pobreza, numa sociedade centrada no consumo, no lucro e na discriminação, Adriano Miranda e Paulo Pimenta decidiram dar o ser contributo com um alerta. **SÃO PESSOAS** é também isso. Uma tentativa através da fotografia de colocar a pobreza e a exclusão na ordem do dia. Um pequeno contributo para a construção de um mundo melhor.

SÃO PESSOAS assenta em dois pilares fundamentais - solidariedade e combate.

A ideia inicial, que Adriano e Pimenta nunca abandonaram ao longo do desenvolvimento do ensaio, foi produzir um conjunto de imagens em que os retratos contribuíssem com a sua identidade. Olhos nos olhos. De meses de trabalho, de Trás-os-Montes ao Algarve, **SÃO PESSOAS**, além do seu valor estético, é um documento de um país da Europa que continua a ter variadíssimas assimetrias sociais.



São pessoas



São pessoas



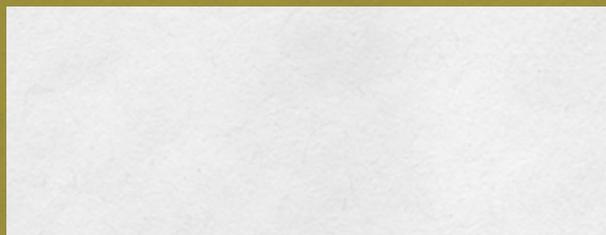
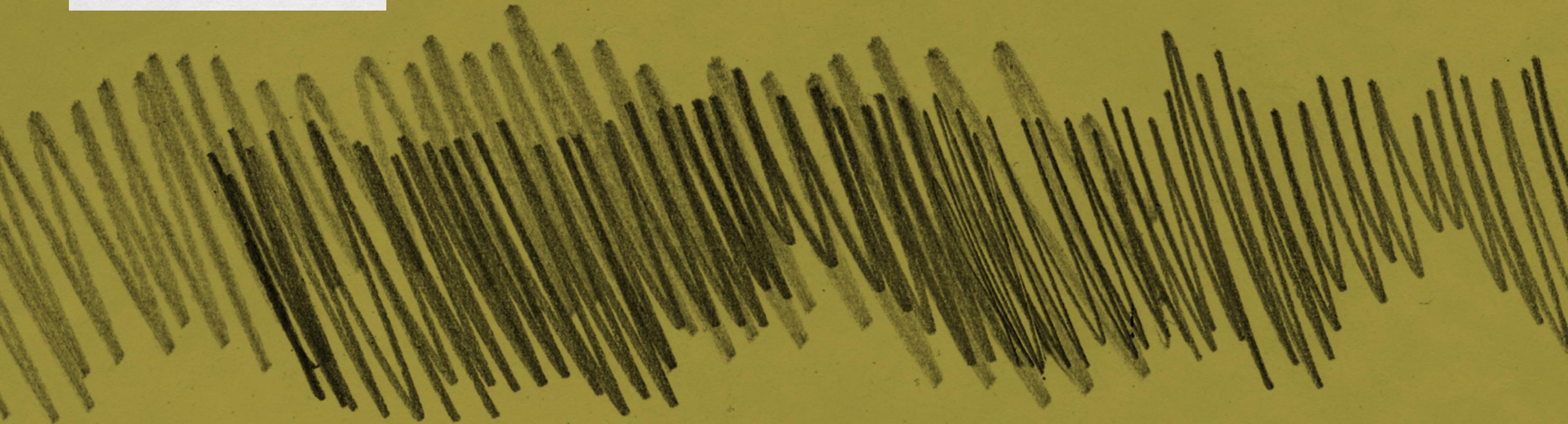
São pessoas



São pessoas



Narrativas



Hinacenda, o moribundo está para morrer

POR ANTÔNIO RODRIGUES

Há homens que adivinhamos sábios antes mesmo de dizerem uma palavra. O seu ar, o seu porte, a maneira como o corpo empresta importância aos passos e aos gestos. Mesmo até quando os olhos vagueiam em busca da pedra certa para se sentar junto à fogueira. Hinacenda, no seu corpo alto, esguio, macilento, mas ainda ágil apesar da parca dieta e da agrura do clima das regiões semi-áridas da província do Namibe, no sul de Angola, é um desses homens.

De idade indefinida, até para ele, deve andar pelos 70 anos ou

um pouco menos que aqui, nestas paragens, a dureza da existência deixa marcas mais profundas no corpo. No entanto, o porte altivo, a elegância dos movimentos, a forma como enche o cachimbo com as mãos longas e bem desenhadas enquanto espera as perguntas, os olhos pequenos, mas atentos, a barba grisalha quase branca, deixam a impressão que está por cá desde o princípio dos tempos e por cá continuará quando já formos pó.

Se calhar é porque Hinacenda, o segundo rapaz de uma mãe que desejava uma filha, quase morreu ao nascer. E quem vive com a responsabilidade do nome que porta, Hinacenda, o moribundo, ressuscitado contra todas as expectativas, comporta-se na vida como se essa fosse já uma recompensa.

Os Herero, do sul de Angola, vivem do pastoreio e o gado é a sua maior riqueza; o tempo, mais que em anos, mede-se em estações. Daí que Hinacenda, ao puxar pela memória, não se lembre dos seus aniversários e sim das cinco secas

normais e das outras três extraordinárias pelas quais já passou, tão extraordinárias como a que se vive nos últimos anos no Sul de Angola e o deixou sem nada. Sem gado e sem esperança.

“Em anos passados, veio seca e morreram. Criei de novo. Veio outra seca e voltaram a morrer. Hoje, com esta seca, não tenho mais nada. Os animais morreram; acabou-se. Boi morreu, carneiro morreu, cabrito morreu, estou sem nada”, contou com a resignação de quem está habituado a nunca dar nada por garantido.

Hinacenda vive como viviam os seus antepassados. Conhece as

≥



FOTO DE SÉRGIO GUERRA

modernidades, sabe que o Erora é Angola, mas os Herero sofrem pela desconfiança que os nómadas sempre despertaram e pela lonjura – que com caminhos tão maus para aqui chegar a distância se mede às horas e não aos quilómetros. Mesmo que vivam nesse país que “o partido” (o MPLA, que tem mandado em Angola desde 1975) sempre insistiu indivisível de Cabinda ao Cunene, é como se os Herero vivessem para lá do fim do mundo, umas léguas.

À noite, quando o pó revoluto pelo vento do fim da tarde já assentou deixando a terra mais refrescada, o imenso tapete de estrelas que olhamos deitados num pequeno promontório parece mais ao alcance dos nossos dedos que as decisões de Luanda. Ao Erora, nem as organizações não governamentais chegam para dar uma mão. E as instituições do Estado no terreno sofrem do constante subfinancia-

mento que mal lhes dá para pagar os salários dos funcionários. Em Luanda, sonham-se grandes obras, no Erora morre-se por falta das pequenas.

É, por isso, que Hinacenda diz resignado, sem pingo de raiva ou atribuição de culpa, calcando o tabaco com esse pequeno espeto de ferro que leva preso no cabelo e em muitas ocasiões serve também para separar uma brasa para o acender: “É mesmo a minha morte. Eu cuidava de animais e os animais morreram”. Silogismo tão simples quanto não admite que as premissas pudessem ser outras: se eu cuido de gado, se os meus animais morreram, logo a minha vida deixa de fazer sentido e só me resta morrer. Até porque agora, ao contrário das outras vezes em que a seca lhe levou os outros animais, está velho e já não vai a tempo de recomeçar.

Quando nasce um bebé do sexo masculino, os Herero costumam saudá-lo com a expressão “nasceu um menino que vai à

guerra”. Para existir em território agreste e clima inóspito é preciso ser guerreiro, agarrar a hospitalidade pelos chifres e arrancar-lhe o leite indispensável para a sobrevivência.

O velho Hinacenda é um pastor retirado de muitas guerras.

Além de chuva e bois, os Herero pouco mais querem na vida. E só desejam que o céu se lhes verta sobre a cabeça pela importância que isso tem para os bois, como aqueles que o pai entregou a Hinacenda e que este tinha obrigação de cuidar e aumentar.

Os povos Herero vivem para o necessário e mudar esse paradigma é complicado.

A vida gira à volta do gado, como giram as conversas em torno da fogueira. O pasto, o leite, o sambo (o círculo onde se constroem as casas da família e a cerca do gado), a água, como antes os seus pais e os pais destes e os pais dos pais. Os Herero de Angola e da Namíbia são os mesmos, e as famílias, como as de Hinacenda, vivem de um lado e

de outro do Cunene e o rio é apenas um acidente de percurso.

Mas sabem como em Luanda ou em Windhoek ligam a essas coisas da fronteira e da nacionalidade, e como uma afirmação de identidade nacional diferente do que o esperado pode ser mal interpretada. O massacre cometido pelo alemães na sua colónia do Sudoeste Africano (nome antigo da Namíbia) ainda presente, dizimando 50% a 70% da população Herero no princípio do século XX, foi passando na tradição oral.

Daí que Hinacenda, como outros Herero com quem falamos, não hesite em afirmar que é angolano, mesmo que isso de ser angolano não lhe tenha trazido mais que ser esquecido pela gente da cidade grande lá do Norte onde nunca pôs os pés: Luanda. “Nasci na Namíbia, mas saí de lá pequeno. Cresci aqui e habituei-me, não me sinto pertença de lá.”

É difícil

POR VASCO VELOSO

Freetown, 04h30 numa manhã de Maio. A gasolina empesta o ar, o barco que assegura o transporte para o aeroporto voa, e a cada onda um abismo de escuro. Entre o sono não deixado acontecer e a certeza da espera de horas que se aproxima, na cabeça aquela entrevista dois dias antes: community officer, sobrevivente de Ébola; a praia à frente e a sombra a chamarem a conversa, e esta que vem e se instala, a saúde pública, o estigma, as sequelas, “é difícil, sabes, não estávamos preparados”, o estado da Saúde e a saúde do Estado. Os sobreviventes são chamados grupo vulnerável, novas linhas de subvenção, mais um gru-

po vulnerável e são poucos os que vulneráveis não são no país. Uma onda maior e grande o salto, mas não tão grande como as máquinas, soldados da desflorestação que continuam a avançar, umas vezes mais lentamente que outras, pelas florestas também fronteiras.

Uma tarde de Março, estrada de Bafatá para Bissau. “Sabes, é difícil”, diz o Wilson, olhos na estrada enquanto arrancávamos deixando para trás um grupo de crianças. Tinham-se juntado a observar-nos a olhar para um qualquer cajueiro e a discutir como funciona a apanha do cajú, o papel do arroz, o preço que vai flutuando tal como flutuam os barcos próprios da época no porto, ou os bolsos onde se guardam as chaves das casas dos poderes. Seguimos viagem, as desigualdades estão à vista e reclamam serem faladas nos relatórios a escrever, critérios a analisar, relevância, eficiência, eficácia ou sustentabilidade, o impacto virá medido depois, ou então não.

Não longe de Rosso, na Mauritânia, um calor abrasador e o rio Senegal ali tão perto. A certa altura impõe-se na entrevista uma pergunta como “algo mudou?”, apesar de já saber que tudo mudou, as antigas terras já não lhes pertencem, as novas são pobres, os documentos foram negados durante anos e agora, mesmo se os conseguem, de pouco servem e não há o que é preciso, a comida, as escolas, o trabalho, a saúde. À sombra quente de um toldo, a vista enquadrada pelas poucas casas que formam este campo, um rosto cansado ensaia a clássica resposta de que o projecto está a tentar mas é difícil. É difícil, concordo, en-

≥



quanto vou olhando a impotência do toldo face ao sol.

“Quem tem boas estradas tem mais oportunidades”, oiço o colega dizer, enquanto o carro vai saltando nos buracos da estrada à chegada a Bukavu, na República Democrática do Congo. Buracos também podem ser minas, como aquelas que se vão instalando pelas colinas, são mais que mil as colinas, uma natureza exuberante há demasiado tempo assolada por armas e guerra, lugar de insegurança, de sofrimento animal e humano. À noite toca o telefone, ao levantá-lo a columbite e tantalite revelam o seu verdadeiro peso. Saindo a apanhar ar, o livro de pedagogia do guarda da casa ali pousado, o único livro que tem, são precisos mais para que se espalhem pelas colinas as palavras a entupir as armas, a combater a impunidade.

As desigualdades desafiam a dignidade, a diversidade, os direitos, a tolerância, a inclusão, a liberdade. A narrativa internacional de desenvolvimento, os seus actores e os seus projectos continuarão a contar com os seus grupos-alvo, os seus beneficiários, os seus processos e sistemas, os seus objetivos e resultados. Mas, ao reconhecerem as desigualdades, devem nelas focar-se, tratando de forma central e coerente situações demasiadas vezes empurradas para as margens de um qualquer relatório.



O Museu da Mafalala é história viva e tem atraído o centro para a periferia artística

POR VANESSA RODRIGUES



São 11h35 do dia 17 de Setembro de 2020. Ivan Laranjeira, 36 anos, um dos mentores e o rosto mais visível da associação IVERCA - Turismo, Cultura e Meio Ambiente, no bairro da Mafalala, demorou menos de um minuto a responder à minha mensagem Porto-Maputo. *“Achas que podemos falar uns minutos para me atualizar sobre o museu e os vossos projectos?”*, escrevi. *“Super, vamos a isso”*, devolveu. Ivan está sempre ocupado, mas, quando o assunto é Mafalala, está sempre disponível. No meio de entrevistas para a imprensa, da responsabilidade de produção executiva nessa ONG moçambicana e projectos pessoais, Ivan tem uma relação umbilical com o bairro, onde moram, actualmente, cerca de 25 mil pessoas. Chama-lhe “a capital de Maputo”. No passado, a Mafalala foi o ponto de encontro de intelectuais moçambicanos reconhecidos, como por exemplo os poetas Noémia de Sousa e José Craveirinha, o músico Fany Mpfumo, rei da marrabenta, e o pintor Malangatana, entre

outros que alimentaram o mito deste bairro. Lá nasceram e cresceram, também, personalidades que fizeram a história de Moçambique como os jogadores de futebol Eusébio e Hilário da Conceição e os presidentes da República Samora Machel e Joaquim Chissano. Além disso, o bairro é conhecido por ser símbolo da oposição cultural e política africanas à administração colonial portuguesa. A Mafalala é património tangível e intangível da identidade moçambicana.

Depois de meio ano fechado devido à pandemia, o Museu da Mafalala, inaugurado a 14 de junho de 2019, reabriu em meados de Setembro. Por isso, o também presidente e coordenador do “Programa de desenvolvimento comu-
≥

nitário – Mafalala Turística” e a equipa andam numa azáfama, para “reativar os serviços que o museu oferece com maiores cuidados”, com “protocolos de prevenção e segurança”. “É um cenário catastrófico”, admite, “com a cena cultural toda parada”, complementa. Um cenário discrepante dos dias que se seguiram à inauguração, quando o museu, integrado numa das comunidades culturais mais pujantes da capital moçambicana, entrou em modo *tunning*. Produziram já o Festival Internacional de Poetas de Moçambique, o Festival Kinani (plataforma de dança contemporânea), o Festival da Mafalala e várias exposições. E tiveram inclusive uma iniciativa online, durante o confinamento: *Até Couve de 19 Subiu*. Mais recentemente andaram em modo *Running from the urb*, que é um mapeamento digital e virtual do bairro da Mafalala. “Há uma fotografia, um *rapper* [Kloro Killa] e um local que simboli-

za parte da história da Mafalala, vai-se catalogando cada um desses lugares, e faz a ponte entre o que é o legado da Mafalala com a arte desse *rapper*.”

“Museu comunitário, moradores como promotores do património”

Da primeira vez que visitei a Mafalala, em 2017, o museu, que foi co-financiado pela delegação da União Europeia e cooperação Alemã em Moçambique, era ainda um bloco cinzento de arame maciço e cimento. O espaço faz parte do projecto “Protecção Patrimonial & Desenvolvimento Local: valorização histórica, cultural e ambiental nas províncias de Maputo e Inhambane”. A ideia era criar formas de promover a participação popular, para preservar o património público, ao mesmo tempo que se promovia a empregabilidade de jovens e mulheres no âmbito da indústria criativa. Tem hoje 14 funcionários.

Em 2018, quando regresssei, o edifício estava em fase finalização. Ivan mostrou o espaço com os olhos a brilhar de sonhos. Salas de exposição, alojamento em dormitório para *backpackers* (*Bed & Breakfast*), quartos, residências artísticas, galeria de arte.

O zinco, o cimento e o vidro são as três matérias primas que ergueram este espaço museológico, influenciado pela arquitetura das casas do bairro. Tem inclusive motivos arabescos sulcados no

≥





cimento, numa clara inspiração nas mesquitas que fazem parte da cultura religiosa ao redor. Hoje, o museu comunitário da Mafalala é muito mais do que o resgate da história e da memória deste bairro mítico e motivo de orgulho para Moçambique. É um museu vivo. A par das várias iniciativas culturais, “a comunidade usa muito o espaço para casamentos, batizados, aniversários”, afirma o gestor cultural. “As creches aqui do bairro fazem os seus encerramentos do ano letivo no museu”, acrescenta, recordando, ainda, os projectos do serviço educativo e as festas para crianças que ali aumentam o burburinho.

“Democratizar a cultura, trazer o centro à periferia

Ivan considera que “o impacto do museu é muito grande” na comunidade, sendo essa “a mais importante das perspectivas”. Não só já valorizou, como “mudou, deu uma outra cara ao bairro, deu outra perspectiva à Mafalala”. Mais:

houve um deslocamento da cultura do centro de Maputo para a periferia. Para Laranjeira, o museu tem permitido mudar “o entendimento” que as pessoas têm sobre a Mafalala e “sobre o património de uma maneira geral localizado na periferia de Maputo”. Isso porque o museu não só tem motivado “todo um debate a respeito do que é o património cultural e a legislação associada”, mas também “tem uma perspectiva de impacto que democratiza o elemento artístico”, garante. “Começamos a ter cada vez mais e mais festivais e eventos, e o movimento artístico a vir para a periferia e a ter eventos de qualidade que, de outra forma, não aconteceria. E que é raro de ter em bairros como a Mafalala”. Ao mesmo tempo, acrescenta, “também aborda a questão da descolonização e os olhares a respeito do processo colonial e como isso, também, é importante discutir, e como continua a ser relevante e pertinente para percebermos o momento atual.”

O museu da Mafalala tem sido considerado um exemplo de “re-qualificação da periferia”, e iniciou uma discussão nesse sentido do ponto de vista urbano, afirmando-se como um modelo-alternativo inspirador para ser implementado noutros locais. Depois, reflecte Ivan Laranjeira, o facto de o Museu da Mafalala ser, igualmente, um espaço de pesquisa e de documentação, leva a que “as pessoas sejam expostas a novos elementos e aprendam um pouco mais sobre a Mafalala e não ficam com aquela ideia superficial de que é um bairro histórico apenas”.

*Fotos cedidas por
Ivan Laranjeira/Museu da Mafalala
www.Facebook.Com/museumafalala/
www.Booking.Com/hotel/mz/museu-mafalala-b-amp-b.Pt-pt.Html*

Fotos: Mac - Creative Lines

Inovações



AIS – um instrumento de redução das desigualdades em África

TEXTO DE JOSÉ BRITO

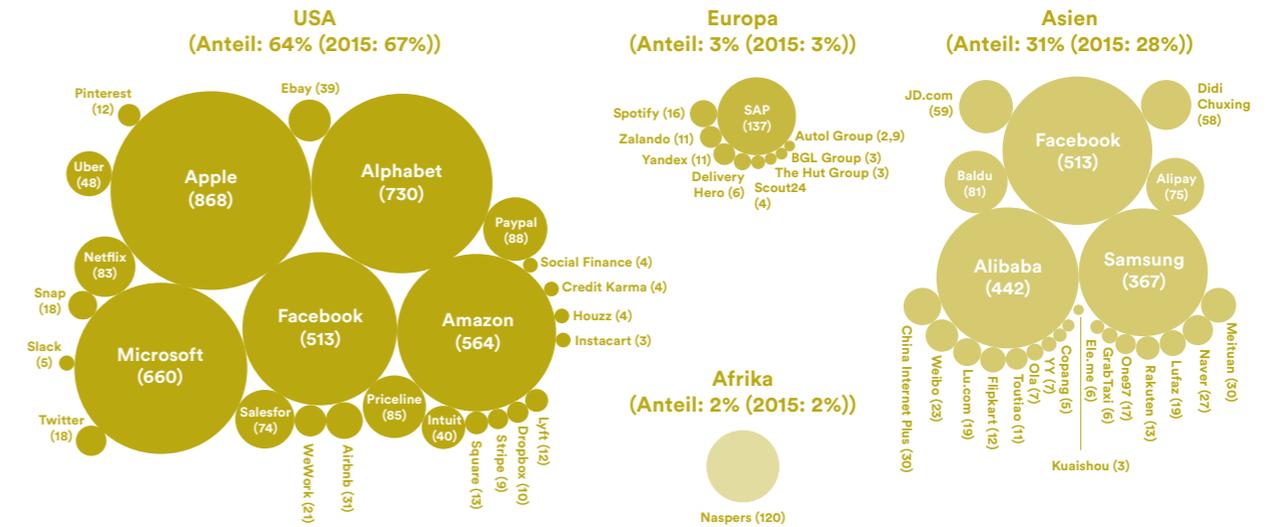
O mundo está a tornar-se cada vez mais digital e as plataformas são o modelo de negócio central da economia digital. Elas substituem a "mão invisível" (Adam Smith) como o princípio organizacional do mercado. Com a drástica redução dos custos de transacção e a enorme popularidade resultante entre os consumidores, os ganhos de bem-estar na economia da plataforma passam dos produtores para os consumidores e para o operador da plataforma.

A economia digital emergente está a desafiar os sistemas de produção existentes em muitas indústrias e a mudar a forma como vivemos, trabalhamos, consumimos e produzimos bens e serviços. Mas ao mesmo tempo a economia

digital desenvolveu-se de maneira muito desigual a nível global, regional e nacional. A figura abaixo sobre a sede das 60 maiores plataformas globais dá-nos uma ideia do grande desequilíbrio desta economia de plataforma a favor dos EUA e da Ásia.¹

A prosperidade está a deslocar-se cada vez mais e rapidamente dos países em atraso digitalmente (Europa, África, América do Sul, Austrália) para os EUA e a Ásia. Resulta daí uma maior dependência da economia global em relação a duas potências económicas com um sistema de valores próprios. Esta situação de desenvolvimento desigual da economia não é sustentável.

Gráfico 1. The imbalance of platform economy. The 60 most valuable global platforma in billion USD on December 31, 2017



A inexpressiva posição da África nesta classificação é um dos maiores desafios que a nova geração de africanos tem de enfrentar para romper com o novo colonialismo das plataformas dominantes.

O que falta em África é a necessidade de construir um ecossistema de inovação robusto, incluindo os mecanismos para financiar inovações e empresas, escalar e levar as inovações ao mercado, bem como promover a capacitação e colaboração entre os actores. Os inovadores africanos continuam a ter falta de apoio sistémico e são confrontados com um ambiente que é constrangedor.

O acesso limitado ao conhecimento é um desafio que África deve procurar formas de ultrapassar. Há também a necessidade de se manter a par dos desenvolvimentos das tecnologias e a facilitar a aquisição contínua de competências e de talentos.

A Cimeira Africana de Inovação (AIS, na sigla em inglês), uma iniciativa da empresa cabo-verdiana IHABA, foi lançada com base de que a inovação deve estar no centro da agenda da África se o continente pretender assegurar o desenvolvimento e a transformação estrutural.

Desde o seu lançamento em 2012 em Cabo Verde, a AIS emergiu como uma im-

¹ Kurt Brand Expert pour IT Governance, Compliance, Security

portante plataforma de inovação em África, com a visão de facilitar o desenvolvimento e a transformação estrutural. A Cimeira da AIS em 2018 realizou-se simultaneamente em Kigali, Ruanda, e em dois locais satélite – Pretória, na África do Sul, e Adis Abeba, na Etiópia. A AIS 2018 concentrou-se em traçar perfis e apoiar soluções que são exemplos de como África está a enfrentar os desafios com um pensamento novo e inovador.

A AIS está a ligar África, ajudando a ultrapassar fronteiras e trabalhando com empresários inovadores para aceder a mercados. Isto é fundamental para cumprir a promessa do Acordo Comercial de África (ZLECAf), assinado em 2018. A AIS está também a facilitar a aprendizagem através da investigação para descobrir lições sobre o que funciona, o que não funciona, bem como facilitar a partilha de experiências. A este respeito, a AIS construiu uma rede de investigadores e profissionais em todo o continente e na diáspora e tem hoje mais de 600 empresários/inovadores na sua rede de *startups* em vários sectores.

Um objectivo-chave da AIS é construir um ambiente propício para as nações africanas aprenderem. O plano é pôr em prática oportunidades de aprendizagem formais e informais. A este respeito, a AIS conceberá e implementará programas de aprendizagem que são específicos e de curto prazo. Para este efeito,

a AIS está a desenvolver uma plataforma digital que permitirá às *startups* e PMEs de serem acompanhadas por pessoas com experiência ou por grandes empresas capazes de oferecer apoio consultivo e servir como mentores.

A ideia é da AIS se transformar numa plataforma que reúne todos os interessados, desde chefes de Estado, decisores políticos, investidores, activistas, empresários, académicos, investigadores até inovadores, para partilhar ideias e aprender, bem como facilitar a colaboração necessária e acções colectivas para promover e de levar as inovações ao mercado em África.

A economia digital emergente oferece oportunidades únicas a África para superar os constrangimentos que impedem a transformação, colocando a inovação no centro do desenvolvimento e garantindo uma nova economia que beneficie todos e com menos desigualdade.

Observatório dos Direitos: um instrumento para medir a evolução dos direitos na Guiné-Bissau

TEXTO DE CARLOS SANGREMAN

O conceito de **inovação** evoluiu nas últimas décadas e assumiu uma dinâmica que ultrapassa em muito o campo das tecnologias, estendendo-se a todos os aspectos da vida cultural, social, política/administrativa e à participação de todos os actores públicos nacionais e internacionais e privados, lucrativos ou não. Não vale a pena pensar que só queremos conceber projectos de Cooperação para o Desenvolvimento completamente inovadores, mas sim pensar que é normal haver componentes de inovação em simultâneo com outras que já existiam anteriormente. O projecto da Casa dos Direitos, onde se integra o Obser-

vatório dos Direitos, na Guiné-Bissau, tem várias componentes inovadoras. Uma delas é a sua origem. Nasceu de uma ideia de pessoas da sociedade civil portuguesas e guineenses, de um apoio que ninguém esperaria, do governo da Guiné-Bissau ao oferecer, em 2011, uma esquadra/prisão no centro da capital para sede, e da aposta de financiamento feita pela Cooperação Portuguesa e pela Fundação Gulbenkian e o apoio da Universidade de Aveiro. Outra inovação tem sido a capacidade demonstrada, em nove anos de existência, de manter um consórcio de organizações na direcção e planeamento das actividades que desenvol-

Inovações

ve (como se pode ver no endereço <http://casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com/> e em <http://observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.com/>).

O Observatório dos Direitos, concebido e executado por duas organizações do consórcio (LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos e ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos) e por um centro de investigação (CEsA - Centro de Estudos sobre Africa e do Desenvolvimento, do ISEG/Universidade de Lisboa), com o apoio financeiro da União Europeia, também inovou. Primeiro, ao adotar a nível local a ideia (nascida sobretudo com os ODM e ODS-Agenda 2030) que, mesmo na área dos Direitos Humanos, se podia e devia recolher dados e informações junto de instituições e famílias/pessoas para sustentar a teoria de tornar o acesso aos Direitos Humanos como o instrumento central para compreendermos e melhorarmos o mundo. E defendeu também que se podia ler dados já recolhidos por outras entidades, de forma a perceber como estavam os Direitos Humanos em áreas como o ensino e a saúde. Em segundo lugar, inovou na organização, ao recorrer à equipa de dinamizadores regionais da LGDH, existente para sensibilizar as populações para o acesso à justiça e aos Direitos Humanos, a que juntou a competência técnica de um estatístico nacional experiente e a assistência técnica dum centro

universitário de investigação. Esta aposta nos recursos locais é uma inovação mais rara do que se pode pensar, pois as ONG e as Organizações Internacionais vêm frequentemente nos técnicos expatriados uma forma mais fácil e segura para obter os resultados que querem obter ao financiar projectos.

Em terceiro lugar, ao editar livros em português com os dados e análise dos mesmos, distribuí-los por todo país e ao conceber uma exposição itinerante com painéis facilmente transportáveis, coloridos e com fotografias tiradas nas zonas inquiridas, concebida graficamente de forma atraente, reproduziu uma ideia já existente, mas pouco usada, de instrumentos não precários de devolução aos participantes dos resultados alcançados por um projecto. Não se fez um simples seminário ou *workshop* de apresentação de resultados, que se esgota nesse momento, mas procurou-se deixar aos interessados instrumentos (livro e exposição) para apoiar a sua actividade de defesa e promoção dos Direitos Humanos.

O projecto do Observatório dos Direitos (tal como o projecto da Casa dos Direitos onde se insere) inovou ainda ao ousar entrar em áreas mais comuns para as populações - educação, saúde, habitação, água, justiça, energia, saneamento, alimentação e, neste ano, género - para procurar conhecer como os guineenses têm acesso aos direitos sociais e económicos.

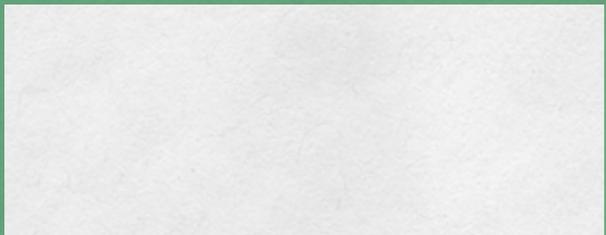
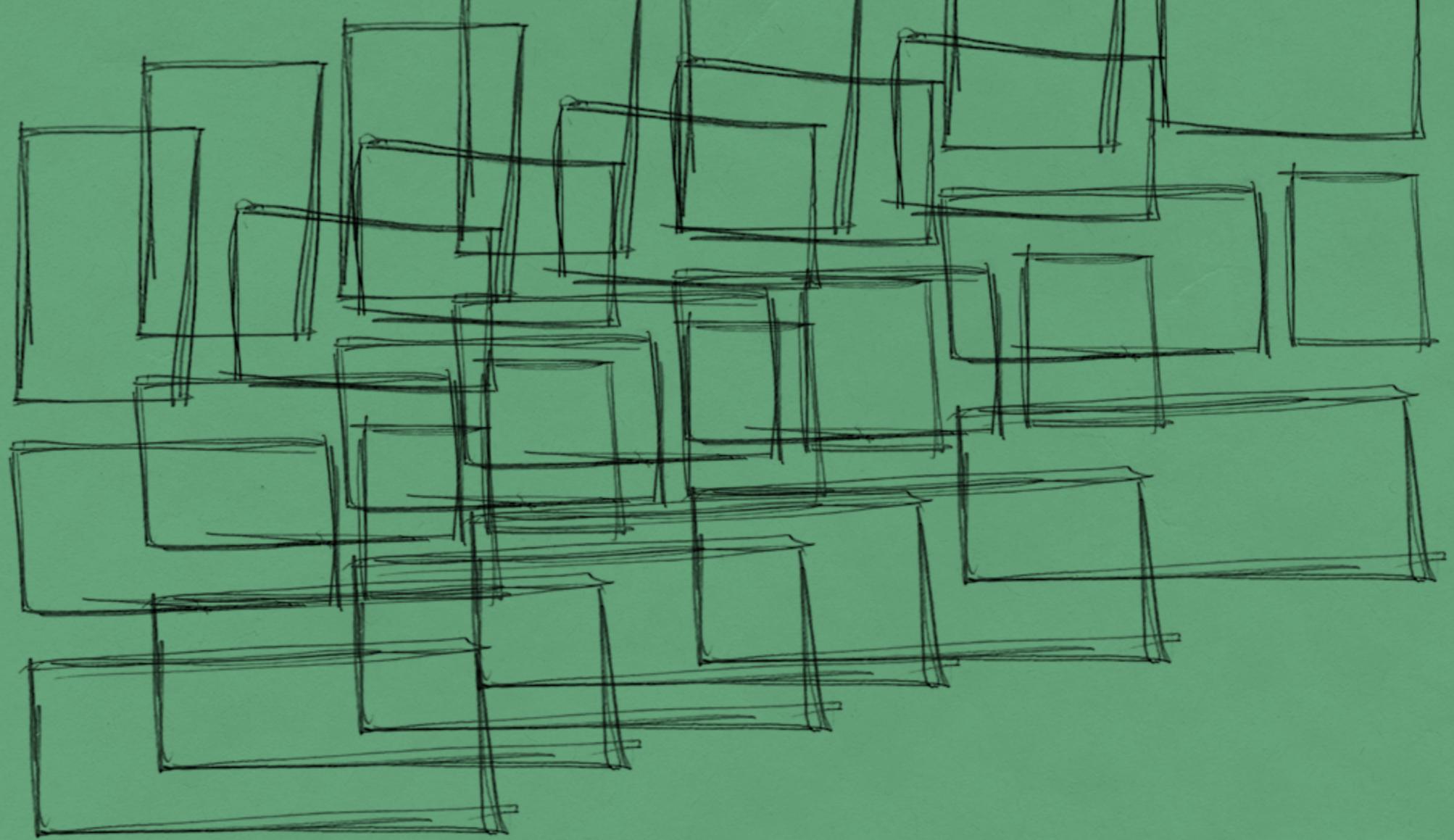


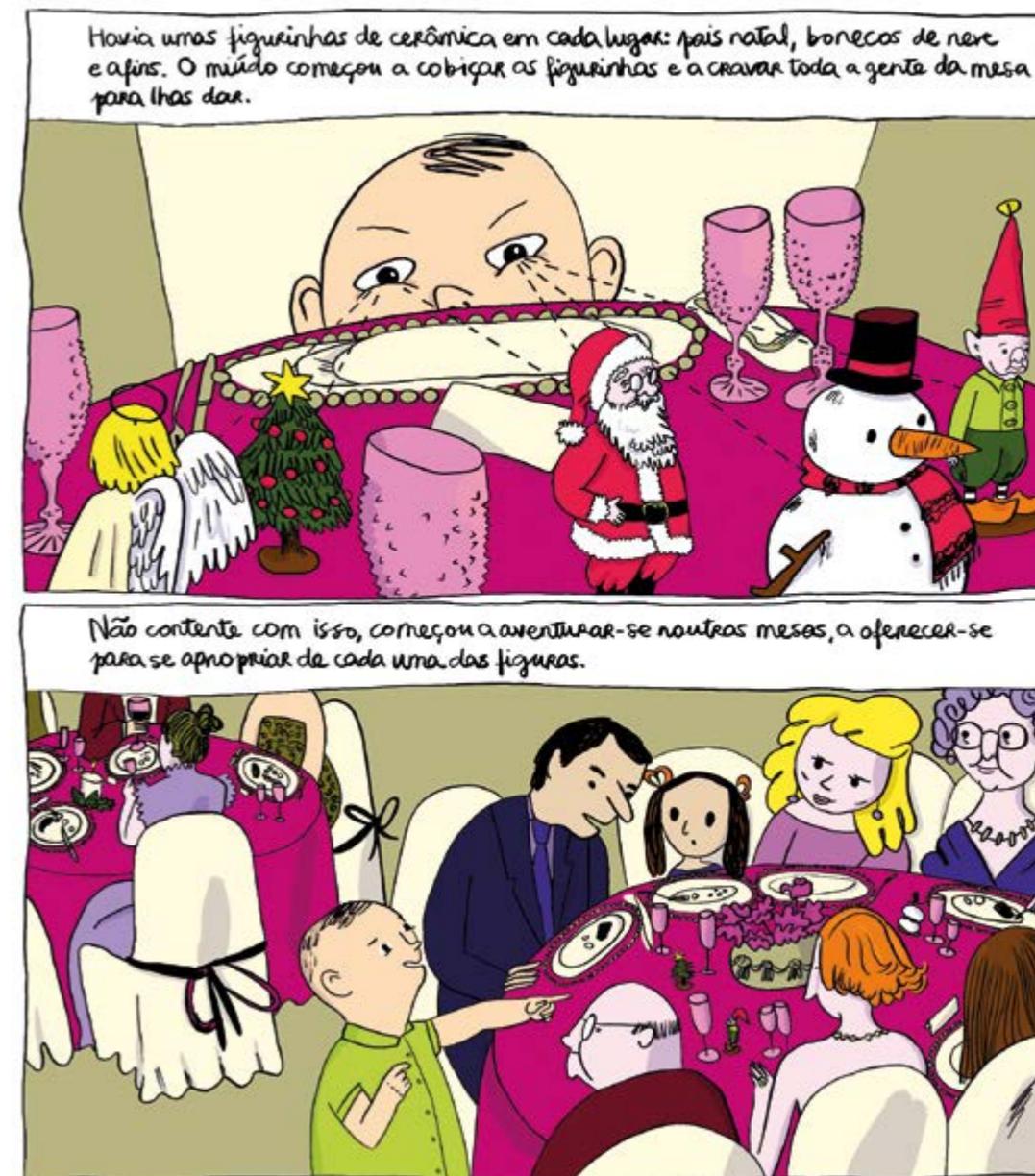
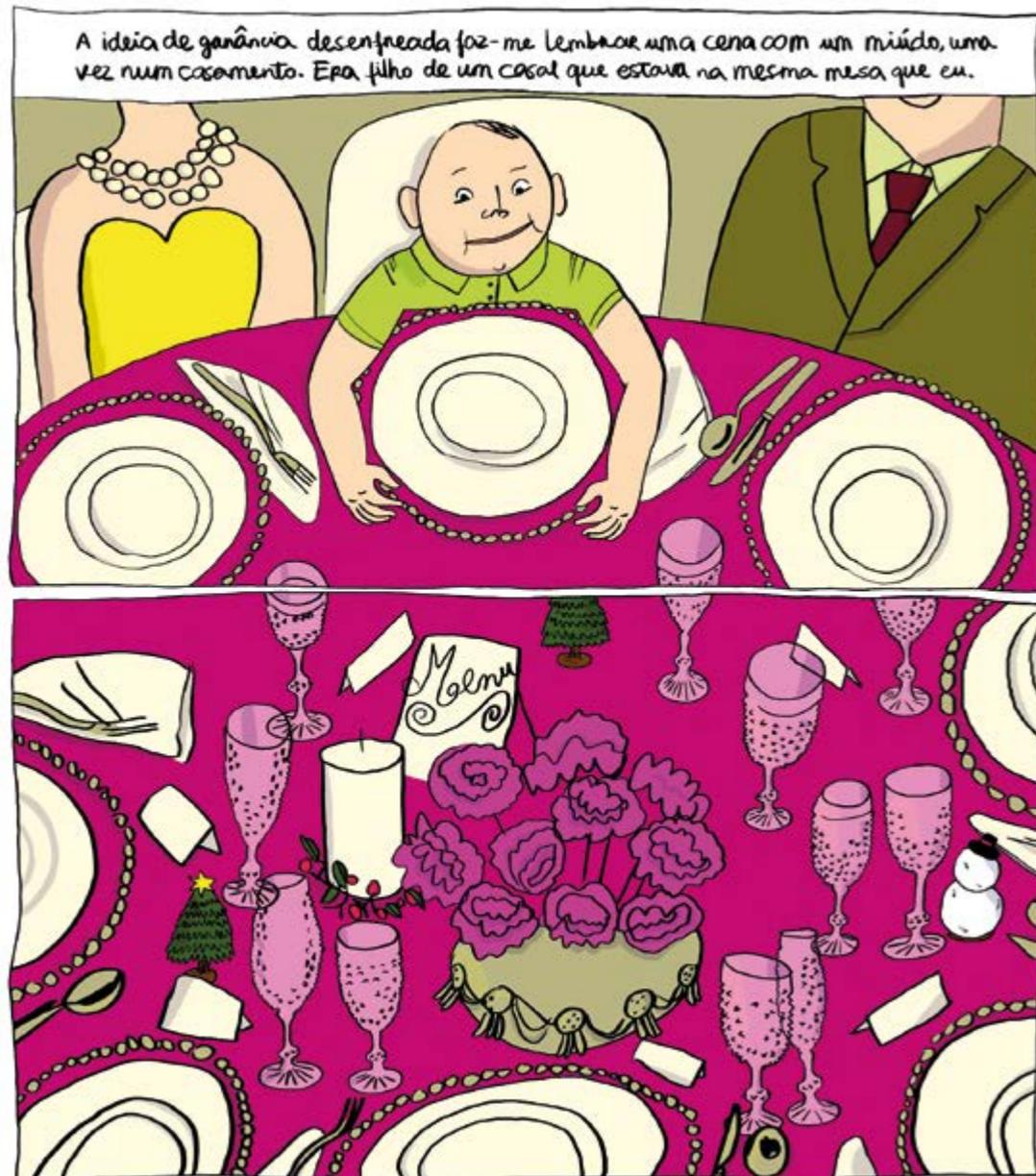
EXCERTO DA EXPOSIÇÃO ANUAL DO OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS

Saiu assim da área dos direitos políticos e cívicos (também chamados de primeira geração) que procuram monitorar o acesso a direitos como a liberdade de associação e de expressão. Saliente-se que a inovação principal neste projecto é a existência do próprio projecto. Como é possível que exista, desde há nove anos, um Observatório dos Direitos num Estado frágil, com uma experiência pós independência de vários golpes de Estado efectivos ou fictícios, uma guerra civil (1998-1999), um governo entre 2012 e 2014 não reconhecido pelos principais parceiros financiadores do desenvolvimento, com acusações internacionais de tráfico

de drogas a altos responsáveis da estrutura militar, com conflitos entre as instituições de soberania (tribunais, governo, assembleia nacional e presidência) que paralisaram a política económica e social, com um conflito institucional a partir de eleições, em 2019, que levou a que o país tenha um presidente que exerce a magistratura sem ter tomado posse na Assembleia Nacional, mas sim num hotel? Só pode explicar-se a sua existência pela persistência dos actores sociais activos na área e pelo facto de ser uma inovação que adquiriu prestígio social suficiente para continuar, mesmo face às oscilações de poder, incluindo o militar.

Ecos
gráficos







Escaparate

Give a Man a Fish – Reflections on the New Politics of Distribution



Ferguson,
James
Duke University Press, 2015,
Durham and
London

ANA LUÍSA SILVA

O antropólogo inglês James Ferguson é famoso pela sua análise crítica da indústria do desenvolvimento internacional no Lesoto, publicada em 1990 no livro *The Anti-Politics Machine: "Development", Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. O seu último livro, *Give a Man a Fish –*

Reflections on the New Politics of Distribution, de 2015, é um ensaio bem mais optimista sobre aquilo que muitos consideram a maior inovação das últimas duas décadas na luta contra a pobreza: as transferências monetárias (em inglês, *cash-transfers*).

A questão da redistribuição é central no debate sobre a desigualdade e, neste âmbito, o tema das transferências monetárias é há muito motivo de debate, tanto na política social como na cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária. O provocador título do livro remete para um provérbio muitas vezes citado em contexto de ajuda internacional: “se deres um peixe a um homem, estás a alimentá-lo por um dia; se o ensinares a pescar, estás a alimentá-lo por toda a vida”. A alteração do provérbio no título do livro para “dá um peixe a um homem” é reveladora da posição do autor: no momento do capitalismo em que vivemos não há falta de pescadores (para certos grupos populacionais o desemprego é estrutural) e há demasiada pesca (existe abundância e não escassez), por isso por que não distribuir os peixes (os recursos), sobretudo pelos mais pobres?

A transferência directa de recursos financeiros para as mãos dos mais pobres, apesar de não ser uma ideia nova, era até há bem pouco tempo vista como uma ideia irresponsável, paternalista, temporária e criadora de dependência: o oposto de uma mudança transformadora. No entanto, há muito que se demonstrou o efeito negativo da distribuição de bens alimentares importados nas economias locais durante situações de emergência humanitária. Amartya Sen defendeu precisamente este argumento em 1981, no seu livro *Pobreza e Fomes*. De 2004 a 2014, as transferências monetárias aumentaram de 1% para 6% do total de despesas globais no sector humanitário, segundo o *High Level Panel on Humanitarian Cash Transfers*. E no campo do desenvolvimento, Ferguson observa que, no contexto de uma globalização que falhou na promessa da criação de emprego e no aumento da riqueza para todos, os programas de transferências monetárias em países como a África do Sul, a Índia e o Brasil foram as intervenções com mais impacto na luta contra a pobreza das últimas duas décadas.

Com este livro, James Ferguson ambiciona ir para além da crítica ao discurso e ideologia dominantes e por isso faz uma análise de uma solução inovadora. O livro não pretende dar uma visão geral da experiência, bem-sucedida ou não, com programas de transferências monetárias, sejam elas condicionais como o programa Bolsa Família no Brasil, limitadas a certos grupos da população, como os subsídios sociais na África do Sul, ou universais como o movimento pelo rendimento básico incondicional (RBI) na Namíbia. A análise, centrada na experiência de países do sul do continente africano, em particular da África do Sul, é feita a partir das questões políticas e da natureza das reivindicações que estão subjacentes ao aparecimento destas novas formas de política social. Revê aspectos como o desemprego, o impacto do género no acesso aos apoios sociais, a desigualdade racial, a natureza interdependente das relações sociais, ou a dificuldade dos Estados pós-coloniais em transformar direitos políticos em conquistas sociais e económicas reais. Ferguson sugere que as transferências monetárias sejam vistas não do ponto de vista

do Estado social eurocêntrico (como uma rede de segurança temporária) ou da ajuda internacional (como um donativo), mas como o dividendo de uma riqueza comum que é de todos por direito. Assim, estas experiências podem ser um ponto de partida para repensar questões de justiça redistributiva que são importantes à escala global.

Muitos dos argumentos levantados por Ferguson estão presentes em discussões mais pragmáticas sobre transferências monetárias e RBI, um dos debates mais activos no desenvolvimento global e na luta contra a desigualdade. Para dar apenas alguns exemplos: o Banco Mundial lançou em 2019 um relatório dedicado ao tema que explora diferentes modalidades; a ONG GiveDirectly tem um projecto-piloto de RBI em curso no Quênia; na Índia, instalam-se sistemas de identificação biométricos para distribuição de subsídios. Neste contexto, o livro de James Ferguson pode ser um bom ponto de partida para perceber as origens e complexidades do tema, partindo da experiência recente de países do sul.

Tempo de Cuidar – O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade



TEMPO DE CUIDAR
O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

Max Lawson,
Anam Parvez
Butt, Rowan
Harvey, Diana
Sarosi, Clare
Coffey, Kim
Piaget e Julie
Thekkudah
Oxfam Internacional, Janeiro de 2020

LUÍS MAH

Desde 2013 que a Oxfam Internacional tem em curso uma campanha global contra a desigualdade extrema: Equilibre o Jogo! (ou Even it Up! em inglês). Com esta campanha, a Oxfam Internacional, uma confederação de 19 organizações não-governamentais que

trabalham em mais de 90 países, tem vindo a chamar a atenção para o impacto negativo da desigualdade global no crescimento económico, na luta contra o crime e pobreza e na vontade de se alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Para a Oxfam Internacional, esta desigualdade é acima de tudo uma consequência de escolhas políticas e económicas que tendem a favorecer os mais poderosos e ricos em detrimento da maioria das populações, principalmente dos mais pobres. No princípio de cada ano, a Oxfam Internacional publica um relatório sobre o estado da desigualdade global de forma a coincidir com o Fórum Económico Mundial em Davos na Suíça. Este Fórum, em Janeiro, reúne os principais líderes políticos e económicos globais bem como intelectuais, jornalistas e outros profissionais seleccionados para discutir uma agenda cheia de debates e conversas sobre os temas considerados mais relevantes na actualidade e nos próximos anos.

Este ano, o relatório da Oxfam Internacional intitula-se *Tempo de Cuidar - o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade* com um tema que não podia ser

mais atual e propositado durante estes tempos pandémicos. O relatório pode ser dividido em três partes. Na primeira parte, apresenta-se o estado da desigualdade económica global. Na segunda parte, discute-se de que forma a desigualdade de género é um reflexo dessa desigualdade económica. Esta questão é depois explorada em mais detalha na terceira parte através da análise do trabalho não remunerado ou mal pago às adolescentes e mulheres pelas tarefas domésticas e cuidados a familiares.

O relatório começa por revelar, de forma muito direta e taxativa, como o fosso entre os mais ricos e o resto da população global é cada vez mais profundo. Para 2019, os dados são claros: 2153 multimilionários tinham mais riqueza acumulada do que 4.6 mil milhões de pessoas, o 1% mais rico do mundo tem mais do que o dobro da riqueza de 6.9 mil milhões de pessoas e os 22 homens mais ricos do mundo possuem mais riqueza que todas as mulheres que vivem em África. Este último dado, espelha também o facto de que a desigualdade extrema tem na sua base a desigualdade de género. O relatório argumenta que, a nível global, os homens controlam mais 50% da riqueza

do que as mulheres e que eles também ocupam a maior número de posições de poder político e económico.

Os dados demonstram que os homens tendem a beneficiar mais do sistema economia vigente. No entanto, esse sistema depende de um trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres e que segundo os cálculos da Oxfam ascende a cerca de 10.8 biliões de dólares norte-americanos anuais, um valor 3 vezes mais alto do que o estimado para o sector tecnológico. Cálculos que podem estar até subestimados devido à falta de dados. Isso é particularmente visível quando se analisa o trabalho não remunerado ou mal pago às adolescentes e mulheres pelas tarefas domésticas e cuidados a familiares e que são essenciais para a economia e sociedade. Elas são responsáveis por mais de três quartos do trabalho não remunerado e representam dois terços da força de trabalho paga na área da assistência social. Este trabalho não remunerado ou mal pago é ao mesmo tempo assumido em grande parte por adolescentes e mulheres pobres e muitas vezes vítimas de discriminação com base na sua raça, étnica, nacionalidade, sexualidade ou casta. Como diz o relatório:

“se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnadas”. No entanto, este tipo de atividades lideradas por mulheres continua a ser desvalorizada por governos e empresas e vistas mais como custos e não investimentos. Os impactos do envelhecimento da população, da redução e cortes nos serviços públicos de assistência social, das alterações climáticas já estão a aumentar o peso sobre as mulheres envolvidas nestas atividades. O relatório propõe uma economia feminista baseada na igualdade de género como caminho para uma economia mais humanista e que valorize o trabalho das mulheres nas tarefas domésticas e cuidados a familiares. Essa economia deve obedecer ao marco transformador dos “4R”: reconhecer este trabalho não remunerado e mal pago, reduzir o número total de horas dedicadas a trabalho não remunerado, redistribuir o trabalho não remunerado de mais justa dentro da família e dar maior responsabilidade ao Estado e sector privado e representar as trabalhadoras mais marginalizadas.

O relatório finaliza com seis recomendações destinadas a ajudar os direitos de quem se dedica a tarefas domésticas e cuidados a familiares a reduzir o fosso com a elite rica que mais tem beneficiado desse trabalho:

1. “Investir em sistemas nacionais de prestação de cuidados para solucionar a questão da responsabilidade desproporcional pelo trabalho de cuidado realizado por mulheres e meninas ;
2. “Acabar com a riqueza extrema para erradicar a pobreza extrema ;
3. “Legislar para proteger os direitos de todas as cuidadoras e cuidadores e garantir salários dignos ;
4. “Garantir que cuidadoras e cuidadores tenham influência em processos decisórios ;
5. “Desafiar normas prejudiciais e crenças sexistas ;
6. “Valorizar o cuidado em políticas e práticas empresariais .

A atual pandemia global veio tornar ainda mais relevante, através das medidas de confinamento, o papel das mulheres não só nas tarefas domésticas e cuidados a familiares mas também em todo o sistema de assistência social, principalmente nos lares de idosos.

Conselho Editorial

ALEXANDRE ABREU

Economista, licenciado e mestre pelo ISEG (ULisboa) e doutorado pela SOAS (U. Londres). É professor no ISEG, faz parte da coordenação do Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento e integra a direção do CEsa - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Foi ODI Fellow em Timor-Leste (2013-15), assessor do Ministério das Finanças de Timor-Leste (2015-16) e consultor do Secretariado do g7+ (2016-18).

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervéem desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

LUÍS MAH

Professor no ISEG, é também investigador no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Foi director da Campanha do Milénio das Nações Unidas em Portugal entre 2007-2010. Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela *London School of Economics* (Londres, 2004), mestre pela Universidade de Yonsei (Seul, 1996), licenciou-se em Comunicação Social pela FCSH (Lisboa, 1993).

Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em França e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). alaincorbel-cos.blogspot.com / noticiasdoquelele.blogspot.com

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na TVS, foi jornalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses

e Brasileiros pelo *King's College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais,

educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente caboverdiano. Fundador do M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

MARIA ELEONORA RABÉLLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de

Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do *Arquivo Memorie Migranti* de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

MARIA HERMÍNIA CABRAL

Licenciada em Economia e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, com experiência em políticas, programas

e projectos de desenvolvimento, quadro da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2005, é directora do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento, desde 2012.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou. Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (Uni-SA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao género, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interesse.

se académico. É ainda membro do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da elaboração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e negociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro “Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento” e co-autor do “Manual de Procurement Internacional”, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

Curadoria de BD

PEDRO MOURA

É crítico e investigador de banda desenhada, escrevendo sobretudo nos blogues *www.lerbd.blogspot.com* e *www.yellowfastandcrumble.wordpress.com*. O seu primeiro livro de banda desenhada, *Os Regressos*, em co-autoria e desenhos de Marta Teives, foi publicado recentemente pela Polvo.

Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). www.anagrave.com

Ficha técnica

Conselho Editorial

Alexandre Abreu
Ana Filipa Oliveira
Carlos Sangreman
Fátima Proença
Luís Mah

Conselho Consultivo

Alain Corbel
António Tomás
Conceição Lima
Carmeliza Rosário
Geraldo Martins
Leão Lopes
Maria Eleonora Rabêllo
Livia Apa
Maria Hermínia Cabral
Maria Manuel Mota
Marina Costa Lobo
Mário Silva
Mónica Costa
João Simão
Paula Barros
Ricardo Soares de Oliveira
Rui Miguel Santos
Sofia Santos

Ilustração de capa

Matthew Rota

Concepção gráfica

Ana Grave

Periodicidade

Revista Semestral

ISSN

2184-1926

Promotores

ACEP - Associação para
a Cooperação Entre os
Povos
CEsA - Centro de Estudos
sobre África e Desenvol-
vimento

Apoios

Esta publicação é financiada
por fundos nacionais através
do Camões - Instituto da
Cooperação e da Língua e
da FCT – Fundação para
a Ciência e a Tecnologia,
I.P., no âmbito do pro-
jecto Estratégico UID/
SOC/04521/2013.

Disclaimer

O conteúdo desta publica-
ção é da responsabilidade
exclusiva dos promotores
e autores e em nenhum
caso pode considerar-se
como reflectindo o ponto
de vista dos financiadores.

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, “Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação” quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

uma iniciativa

acep



CEsM | Centro de Estudos sobre
África e Desenvolvimento

apoios



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia